

QUEM MEXEU
NO MEU TREMA?



MAX GEHRINGER

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



QUEM MEXEU
NO MEU TREMA?



MAX GEHRINGER

QUEM MEXEU
NO MEU TREMA?



MAX GEHRINGER

Edição do autor

Apresentação

Cada um de nós teve, em nossos primeiros anos de escola, uma predileção especial por uma determinada matéria. A minha foi o português. Me apaixonei por ele à primeira vista, por um motivo singelo – era a única matéria que me permitia criar alguma coisa. Em todas as outras, eu me sentia repetindo o que outros já haviam feito ou decorando fatos e nomes que qualquer um também poderia decorar.

Não sou um especialista em regras. Tenho que recorrer ao dicionário para lembrar o que é solecismo. Sou incapaz de reconhecer o predicativo do objeto direto em uma sentença, mas minha carreira profissional como executivo foi largamente beneficiada pelo fato de eu gostar de escrever. Mais tarde, porém, ao deixar a vida corporativa, pude aplicar tudo o que havia aprendido e praticado para iniciar novas e prazerosas atividades – publicar artigos em revistas e jornais, escrever livros, fazer comentários em rádio e televisão, proferir palestras em universidades e empresas.

Essa paixão duradoura pelas palavras resultou neste livro. Alguns dos maiores e mais fascinantes saltos quantitativos da história da humanidade passam quase despercebidos em nossa rotina diária. A escrita é um deles. Embora hoje pareça tão simples e tão óbvio transformar sons em caracteres gráficos, milhares de anos foram necessários para que esse prodigioso avanço se concretizasse, desde as perfurações em tabletes de barro na antiga Suméria até a corrente linguagem quebrada e abreviada das redes sociais.

A língua portuguesa é um capítulo dessa longa história. Como todas as línguas, ela foi inicialmente codificada a partir do som das palavras e depois sistematicamente aumentada e enriquecida em um processo que nunca terminará porque nenhuma língua jamais foi ou será estática. Este livro procura acompanhar passo a passo os avanços e os descaminhos de um dos aspectos fundamentais de nossa língua, a sua ortografia. Quem decidiu, e por que, e quando, e como, que uma palavra como phosphoro, por exemplo, deveria perder seus dois peagás, ganhar dois efes e ainda um acento agudo? Ou que o verbo dançar, que era grafado com cedilha, passasse a ser escrito com s e depois voltasse a ser cedilhado?

Como se verá a seguir, decisões como essas não foram tomadas da noite para o dia e tampouco foram aceitas pacificamente. Em minhas pesquisas, dei preferência às notícias frescas nos jornais e dicionários da época em que os fatos aconteceram em vez de me guiar pelas interpretações posteriores que tais fatos receberam. Procurei também ser isento, mostrando as razões daqueles que campearam pelas mudanças ou foram contra elas.

Como amante irrestrito de nosso idioma, eu aprendi bastante ao escrever *Quem mexeu no meu trema*, e também me diverti muito. Evitei dar a ele um tom acadêmico, preferindo a via do bate-papo informal para compartilhar fatos históricos já esquecidos ou raramente lembrados.

Espero que você também se divirta e aprenda, como eu, com este livro. Boa leitura.

É com *s* ou com *z*? Com *x* ou *ch*? Com ou sem acento?

Depende. Quando o assunto é a ortografia da língua portuguesa, o que um dia foi pode já ter deixado de ser, mas nada garante que tudo continuará a ser como é. Amanhã, alguma autoridade pode vir a decidir que não precisamos mais de acentos, por exemplo. Afinal, o inglês não se tornou o idioma mundial dos negócios sem precisar de um único acento? Ou, então, alguém poderá querer restaurar o fulgor clássico de nossa língua, e aí voltaríamos a escrever diphthongo, que é como se escrevia ditongo no século XIX.

Pois é, um dia nós escrevemos assim (ingleses continuam escrevendo *diphthong*, franceses, *diphthongue*), e de formas bem mais estranhas antes disso. E, antes ainda, bem antes, houve um tempo em que ninguém no mundo cometia erros ao escrever, porque ninguém escrevia. Nossos remotos antepassados nem sequer sabiam, e demorariam uma barbaridade para descobrir, que os sons que saíam de suas bocas poderiam ser transformados em caracteres possíveis de serem vistos pelos olhos.

O desenvolvimento da língua portuguesa é um dos capítulos dessa longa saga. Uma novela repleta de lances dramáticos, permeada por momentos cômicos e – mais no Brasil do que em Portugal – por reviravoltas dignas de um filme de suspense. Ou de terror.

As origens

Começando pelo óbvio, nenhuma língua falada foi criada com qualquer propósito que não fosse a da comunicação rápida entre seus praticantes. Em tempos memoriais, isto é, algumas centenas de milhares de anos atrás, um indivíduo que quisesse manifestar a seus pares que um objeto pontiagudo lhe havia perfurado a região lombar à altura de quarta costela, provavelmente se exprimiria da seguinte forma: “Uaukh!”. Sem a mínima preocupação com a prosódia.

Mas tudo evolui. Dezenas de milhares de anos depois, aldeões de diversas paragens já haviam conseguido desenvolver alentados vocabulários

de 64 fonemas, todos monossílabos, mas que lhes permitiam dizer “parece que vai chover hoje”. Havia, entretanto, um senão. Se um desses pioneiros decidisse caminhar até o povoado mais próximo, que ficava a uma distância de não mais de vinte quilômetros (medida expressa pelo vocábulo “uuuh”, significando “uma infinidade de chão”), descobriria, surpreso, que ali o povo não sabia se iria chover naquele dia, porque ninguém entendia o que ele falava.

A colonização

Esse isolamento resultou no fato de que o número de línguas era igual ao número de aglomerados humanos. Ainda hoje, existem pelo mundo afora entre 3 e 8 mil línguas ativas, dependendo da amplitude da definição que se dê ao termo “língua”. Desse total, o Brasil contribui com 180 línguas bem identificadas, todas faladas por tribos indígenas (o português não entra nessa conta, por ser o idioma de Portugal falado também no Brasil). Ontem, como hoje, para que uma língua se espalhasse por outros rincões, e por eles fosse adotada, seria indispensável que houvesse um acordo fonético. Que não levava em consideração a sonoridade de cada língua, nem a riqueza de seu léxico, mas, simplesmente, a capacidade de um bando ser mais eficiente que outro nas bordoadas.

A isso se dava o nome de “colonização”, verbete que se traduzia como “confiscamos suas terras e seus mantimentos, tomamos conta de suas mulheres, e damos um prazo de vinte luas cheias para vocês aprenderem a nos agradecer de um modo que a gente consiga entender”.

A civilização

O passo seguinte recebeu o nome de “civilização”, cuja principal característica era a arte de construir prédios altos. Uma das primeiras civilizações, a dos egípcios, para mostrar aos vizinhos que tamanho era documento, erigiu monumentos tão piramidais que um deles se tornaria a mais alta construção na face do planeta durante quatro milênios, até os estertores do século XIX.

Outro atributo das civilizações era a capacidade de transformar sons em símbolos gráficos. Na época, essa habilidade só não deve ter sido avaliado pela maioria dos cidadãos como um zero à esquerda porque o conceito do zero somente seria engendrado milênios depois, por um matemático árabe. Mas, nos dias presentes, se entende que a grande história da civilização começa no momento em que um ser humano desenvolveu a escrita.

Grafando o som

Sabe-se que os autores da proeza viviam em um local que os modernos historiadores convencionaram chamar de Suméria, situada onde atualmente está o Iraque. Foi lá que um progressista cidadão moldou um tablete de barro, e com um estilete perfurou nele vários sinais. Em seguida, cozinhou o tablete e produziu o primeiro documento escrito, mas não atinou para duas coisas vitais, que hoje são o pão com manteiga de qualquer burocrata – datar e assinar. Por isso, se supõe que o insólito fato tenha ocorrido há 5.300 anos, mas nunca se saberá quem foi o grande inovador.

Essas duas manias, a de edificar templos e palácios cada vez mais altos, e a de tentar inventar uma escrita que fosse mais compreensível que a do vizinho, não perderiam mais fôlego dali em diante. Quanto maior fosse uma civilização, mais forte era o seu exército, e mais importante a sua língua. E aí chegamos à parte que nos toca, porque por ela fomos tocados.

Ao sul do mar Mediterrâneo se desenvolveu a civilização grega, cujos cidadãos, talvez para despistar os inimigos, se referiam ao lugar em que moravam como Hélade em vez de Grécia. Mesmo assim, eles se expandiram o suficiente para que, logo, uma porção de gente, desde pobres conquistados até espertos mercadores, estivesse falando grego.

Foco nos resultados

Os gregos ocupam um posto fosforescente em nosso estudo linguístico, não só por terem inventado a palavra *phosphóros* (estrela da manhã), mas por terem criado uma leva de outras igualmente impressionantes, como hecatombe (sacrificar cem bois), ou apocalipse (vou contar uma coisa que você não sabe). Por soarem bem mais poderosas do que originalmente

eram, essas palavras ganhariam depois sentidos assustadores, de “fim do mundo”. Talvez por terem dedicado seus esforços a construir mais vocábulos que catapultas, os gregos acabariam sendo engolidos por uma outra civilização – a dos romanos, igualmente dada a bolar palavras extravagantes (como extravagante, “aquele que pega o outro caminho”), mas muito mais focada em resultados práticos.

No ano 1 de nossa era, os romanos dominavam o norte da África e toda a vasta porção de terra que hoje constitui a Europa (exceto, como qualquer historiador competente sabe, o vilarejo da Gália habitado por Asterix, o gaulês). No canto oeste daquela vastidão territorial se localizava, tomando sol à beira-mar, a península da Ibéria. Como tantas outras regiões nas quais os romanos promoveram seus arrastões, a península Ibérica acomodava dúzias de línguas independentes, que aos poucos iriam se submeter ao idioma falado pelos conquistadores, o latim. Mas, por vingança ou amor-próprio, os conquistados iriam transformar o latim, amoldando-o às peculiaridades das línguas que já falavam.

Pequeno problema

Se isso trazia uma conveniência no que se refere à língua falada, que ficava mais ao gosto do freguês, criava também uma dificuldade. Ela não podia ser escrita, visto que se afastara demais do latim da gema, usado nas bulas e traduções eclesiásticas. Assim que o Império Romano do Ocidente ruiu, no ano 480 (ou, como preferiam os romanos, CDLXXX), os povos dominados da região ficaram à vontade para constituir seus próprios feudos e fazer o que bem entendessem com a língua amalgamada que resultara da longa convivência com o latim, e que agora lhes pertencia.

Os povos liberados, entretanto, não se acomodaram em suas varandas para curtir *al fresco* a bucólica paisagem. Cada um começou a achar que poderia abocanhar algum naco de terra do vizinho ao lado, e o período de guerras e conquistas territoriais que se seguiu duraria mais alguns bons séculos, ao cabo dos quais as línguas derivadas do latim haviam se deformado ainda mais. Foi somente ali pelo final do século XV que os sobreviventes se puseram a pensar na possibilidade de sistematizar seus idiomas, embora seja pouco provável que, à época, alguém empregasse o

termo sistematizar, porque os consultores ainda não haviam sido inventados.

O francês

Entre todos os rebentos bem criados do latim, o queridinho da mamãe foi o francês, por ter se encorpado e acumulado muito mais prestígio que os irmãos no segundo milênio. Mas, como ocorreria com todas as línguas, latinas ou não, teria que haver um momento em que alguém se propusesse a consertar os estragos que os séculos haviam produzido no idioma falado, para que ele pudesse ser escrito da mesma maneira por todos os que sabiam escrever.

Na França, essa tarefa foi assumida pelo rei Francisco I (*François le Premier, s'il vous plaît*), que, como retribuição, seria brindado com o título de Pai e Restaurador das Letras. Em 1539, ele impôs o francês como idioma oficial do reino, se sobrepondo ao latim e às várias línguas regionais, e deu início ao processo de determinar regras definitivas para a gramática e o vocabulário (a maioria das palavras podia ser escrita de duas ou três maneiras diferentes, como o verbo *savoir*, saber, grafado também *sçavoir e çavoir*).

A faxina ordenada pelo primeiro rei François resultaria em um tratado gramatical, publicado em 1550 por Louis Maigret, e seria consolidada em 1694, com a fundação da Academia Francesa pelo cardeal Richelieu, imediatamente cingida como única instituição autorizada a ditar as normas gramaticais do idioma. Quem hoje se dispõe a estudar francês percebe, já na primeira lição, que terá que aprender dois idiomas, porque o que está escrito (*Que c'est ci? C'est un oeuf*), não parece refletir exatamente o que é falado (Quececi? Cetanêf). Muita coisa poderia ter sido simplificada na ortografia francesa, mas não foi.

Isso porque, desde 1600, a França possuía o status de indisputável centro cultural e intelectual do mundo, e o francês era (e seria por mais três séculos) a língua falada e escrita da diplomacia e da nobreza. No século XVIII, a França acumulava uma vasta e vigorosa produção literária que servia de referência a todos os povos ocidentais, e nenhuma biblioteca que

se prezasse, mesmo as imperiais, seria levada a sério se em seu acervo não constasse uma fornida quantidade de obras em francês.

Além de ser responsável pelo fato de o idioma inglês ter mais da metade de seus vocábulos de origem latina ou grega, a França introduziria também milhares de palavras consideradas gregas no léxico universal a partir do século XVI, exemplo que seria seguido por outros povos posteriormente. O ortodontista, que coloca os aparelhinhos corretores de dentes nas bocas adolescentes, deve o nome de sua profissão a duas palavras gregas (*odontos*, dente, e *orthos*, correto), mas a combinação delas só surgiria no início do século XX.

Assim, um pouco por justificado orgulho e outro tanto pelo simples fato de que parecia não fazer muito sentido impor uma nova ortografia a milhões de leitores espalhados pelo planeta e já acostumados com a existente, se decidiu por inércia que tudo ficaria como estava, inclusive a prolífica acentuação (*génétique*, com dois agudos, *préféré*, com três, Nîmes com circunflexo no *i*, Noël com trema no *e*.) No *Dicionário da Academia Francesa* do início de século XVII, entretanto, a definição do vocábulo frase (“Modo de falar. Agrupamento de palavras segundo uma dada construção”) já era exatamente igual, palavra por palavra, ao francês escrito em nossos dias:

Phrase. Façon de parler. Assemblage de mots sous une certaine construction.

O inglês

O inglês não é uma língua latina. Seu arcabouço é germânico. Mas, em termos de vocabulário, é a mais latina das línguas não latinas. Quem combate o livre e desimpedido acesso ao vocabulário brasileiro de uma avalanche de termos ingleses, sob o argumento de que eles corrompem a nossa língua, gostará de saber que não existe no mundo língua mais corrompida que o inglês. De cada cinquenta palavras que hoje compõem o vasto léxico anglo, só uma é realmente inglesa, embora, reduzindo-se a conta somente às cem palavras mais empregadas no dia a dia, todas sejam.

Assim como Portugal, a enevoadá ilha situada ao norte da Europa foi inicialmente habitada por tribos de origem celta. Daquela época, só

restaram algumas poucas palavras em nomes de cidades, como Aberdeen, na Escócia. Quase nada, em comparação à contribuição dos índios ao português falado no Brasil. No ano 55 a.C., quando os romanos se apossaram da ilha – a que chamavam de Britânia –, a língua celta continuou a ser falada, mas não deixou de incorporar muitas palavras do latim, aquelas que não tinham termos correspondentes no léxico local. A estadia de quatro séculos dos romanos ainda está viva no nome da ilha, Britain.

Os romanos partiram no século V, quando seus legionários foram chamados a defender Roma, que havia algum tempo vinha sendo saqueada sem cerimônia por vândalos e outras tribos bárbaras. A Britânia ficou sendo uma terra de ninguém, e logo três povos germânicos tomaram conta do pedaço – os saxões, os jutos e os anglos, sendo que a estes se deve o nome England (terra dos anglos). No ano 595, o bispo santo Agostinho, enviado pelo papa Gregório I, iniciou a conversão da Inglaterra ao catolicismo, tarefa que seria concluída por seus sucessores em pouco mais de cinquenta anos.

Salada mista

Mas os anglo-saxões católicos não ficariam muito tempo sem companhia. Através de invasões e migrações, os vikings, povos nórdicos originários das atuais Suécia e Dinamarca, foram se acomodando na ilha a partir do ano 800, o que provavelmente causou um *boom* imobiliário (o termo inglês *boom*, “barulhão”, registrado no ano 1500, foi traduzido para o português atual como *boom*). Como a língua dos nórdicos também era germânica, parecida com a dos anglos, mas não igual, as duas facções já tinham intercambiado, trezentos anos depois, palavras suficientes para se entender em uma linguagem comum modificada, o *englisc*, cujo *sc* final tinha o som de *sh*.

No século XI, a Igreja católica já havia crescido e engordado o suficiente para influir na geopolítica europeia, e os papas passaram a instigar os nobres da época a montar exércitos com o fim de reaver terras que outrora haviam sido ocupadas por Roma (a primeira cruzada foi convocada pelo papa Urbano II em 1095, para expulsar os muçulmanos de Jerusalém). Como parte dessa troca de favores, 33 anos antes, em 1066, o

papa Alexandre II havia outorgado aos normandos, que falavam francês, o privilégio de ocupar a antiga Britânia.

Pelos três séculos seguintes, a ilha teria três idiomas: o latim do clero, o francês da classe dominante e o inglês do povo, língua que lentamente iria incorporar a infinidade de palavras de origem latina e grega que permeavam a linguagem dos nobres. A partir de sua independência no século XV, os britânicos continuariam a importar termos do latim, agora já sem a intermediação da França, porque era em latim que os documentos oficiais dos reinos independentes eram grafados.

No século XVI, metade do idioma inglês era formada por palavras oriundas do latim, enquanto as remanescentes do tempo dos anglos e dos nórdicos tinham mudado o suficiente para ter suas correspondentes atuais reconhecidas depois de algum esforço, como *cyming* (king), *eoroan* (earth) e *heofonum* (heaven). Foi aí que alguém teve a mesma ideia que Portugal e Brasil teriam quatrocentos anos depois – que tal simplificar a grafia?

Real comitê

A Inglaterra tinha desde 1662 a sua academia, a Royal Academy, que sempre investira seus neurônios em temas científicos, até que alguns de seus membros tiveram o estalo de incluir o idioma em seus afazeres. Um comitê de sábios foi constituído para “melhorar a língua inglesa”, e logo descobriu que não havia ainda na ilha um bom dicionário geral, apenas vocabulários para fins específicos (o primeiro deles, datado de 1604, foi *A Table Alphabeticall*, dirigido a “mulheres e outras pessoas não esclarecidas”).

O trabalho da Academia seria decidir a maneira como cada palavra iria ser escrita, a partir de regras que seriam estabelecidas. Isso implicava não apenas unificar a grafia de um termo que tivesse duas ou três formas diferentes, mas modificar a grafia de qualquer outro que não se adequasse às regras. Entre os escritores (e a literatura inglesa já colecionava várias obras literárias de prestígio internacional), alguns acharam a ideia razoável, embora a maioria não tenha engolido aquela intromissão de meia dúzia na língua de todos, e suas reações oscilaram entre a rejeição polida e a ira espumante.

O Johnson

Entre os discordantes, um se destacaria: Samuel Johnson. Só que, em vez de ficar malhando a comissão de reconstrução da língua, Johnson se propôs, sem ajuda de ninguém, a compilar um dicionário que fosse suficientemente abrangente. Johnson tinha o que vários autores de futuros dicionários “tentativos” da língua portuguesa também teriam, a erudição, mas possuía algo que faltaria aos primeiros dicionaristas portugueses – credibilidade sem restrições.

Iniciado em 1746, o dicionário de Johnson seria publicado em 1755, com 40 mil palavras definidas, explicadas e seguidas de exemplos de seu uso coloquial ou clássico. Na introdução, Johnson enterrou a ideia de uma eventual Academia Inglesa de Letras, ao opinar que instituições desse gênero iriam “fustigar o vento” se tentassem construir regras que aprisionassem palavras, porque línguas são voláteis. Um século depois, o conselho de Johnson não encontraria eco nem em Portugal, nem no Brasil.

Cada um na sua

Nesse processo de adaptação da fala aos caracteres escritos, Itália e Espanha tiveram uma desvantagem linguística que acabaria se tornando uma vantagem ortográfica – eram países com muitos dialetos, e não havia uma língua unificada nacional. O caso italiano é peculiar. Como, perguntaria um arguto observador, uma frase do escritor Publílio Siro, “até um fio de cabelo tem sua sombra” – em latim, *etiam capillus unus habet umbram suam* – se transmutou em *anche um capello ha la sua ombra* no italiano atual? Por que os cidadãos de Roma, berço do latim, não continuaram simplesmente a usá-lo depois que o Império Romano ruiu? A explicação mais simples é provavelmente a mais correta: porque nunca o haviam usado.

O latim clássico, da lavra de grandes escritores como Publílio Siro, da fulgurante oratória de Cícero, dos éditos do Vaticano e das atas do Senado, bem pouco tinha a ver com o latim com que o povo se expressava nas ruas. O aprendizado da gramática do latim, com suas declinações e desinências, requeria longos anos de dedicado estudo. A plebe, com outros interesses mais urgentes, como comer, dormir e se multiplicar, fazia uso de sua própria versão, simplificada ao extremo, que era suficiente para o gasto.

Quem espalhou pelas possessões romanas o latim falado não foi a elite letrada, mas os soldados incultos (se supõe que a grande maioria deles nem sequer sabia escrever), aos quais nunca havia sido solicitado que empreendessem uma catequese linguística. Anos depois, ao retornar a Roma (os que retornavam), os soldados não apenas traziam de volta o mesmo latim rudimentar que enunciavam ao partir, como ainda haviam incorporado em sua pronúncia o jeito estranho de falar dos povos com os quais tiveram que conviver.

O italiano

Quando, finalmente, um dos dialetos falados na Itália teve que prevalecer, o que pesou foi a lei do mais forte – vingou a versão vigente na iluminada Florença, dos Médici que inventavam e destronavam papas, mas que abrigava as mais brilhantes cabeças literárias da época (a começar por Dante Alighieri, cuja *Divina Comédia* deu o pontapé inicial (*calcio d'inizio*) na formação da moderna língua italiana.

O *h* de “hoje”, que no Brasil foi defendido até a última trincheira por etimólogos e filólogos, por derivar do latim *hodie*, na Itália se tornou *oggi*, simplesmente porque era assim que os melhores escritores florentinos escreviam. A Accademia Fiorentina surgiu em 1540, mas o primeiro dicionário – *Vocabolario degli Accademici della Crusca*, editado em 1612 – foi obra de uma entidade rival, a *Accademia della Crusca*, fundada em 1582. As duas entidades seriam fundidas em 1873.

O castelhano

No caso da Espanha, assomou o dialeto de Castela, onde ficavam Madri e Burgos (para perene insatisfação de catalães e bascos). No final do século XV, dois meses antes de Colombo dar de cara com o Novo Mundo e pensar que tinha arribado às espaldas das Índias, a rainha Isabel I de Castela foi agraciada com o primeiro exemplar da primeira gramática em língua espanhola, que era a primeira em qualquer língua derivada do latim. No século XVI, os galhos etimológicos haviam sido devidamente aparados e da poda brotaram palavras fáceis de serem escritas, ou porque acompanhavam

a maneira como eram pronunciadas, ou porque mantinham o modo simplificado como já eram grafadas.

A primeira frase do épico espanhol de Miguel de Cervantes, *El Ingenioso Hidalgo Don Quixote de La Mancha*, publicado em 1605, é idêntica à do espanhol de hoje: “*En un lugar de la Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo que vivia um hidalgo...*”.

O mesmo se aplica à edição de 1555 da novela italiana *Il Decamerone*, de Giovanni Boccaccio: “*Quantunque volte, gratiose Donne, meco pensando riguardo quanto voi naturalmente tutte siete pietose*”.

Achámos

Já a carta redigida em 1500 por Pero Vaz de Caminha, para anunciar ao venturoso rei Dom Manuel o “achamento” do Brasil, mostra diferenças muito mais profundas em relação à grafia atual: “*Sñor posto que o capitam moor desta vossa frota e asy os outros capitaães screvam a Vossa alteza a nova do achamento desta vossa terra nova q se ora neesta navegaçom achou, nom deixarey tam bem de dar nisso minha comta...*”.

Se França, Inglaterra, Itália e Espanha já tinham, bem ou mal, acomodado suas regras gramaticais e sua ortografia ao final do século XVIII, Portugal ainda teria um longo caminho a percorrer para se emparelhar com a vizinhança. Mas, pouco antes que isso começasse a acontecer, toda a Europa culta seria sacudida por uma daquelas ideias que, em princípio, parecem ter tudo para dar certo.

O idioma universal

Impor a um povo a adoção de novas regras gramaticais sempre foi uma tarefa árdua. Os conservadores se declaram contrários à simplificação, alegando que ela não passa de um prêmio aos ignorantes. E o povaréu geralmente não digere o fato de ter que mudar algo a que sempre esteve acostumado, e que nunca lhe causara problemas cotidianos. Para um lisboeta do século XVII que fosse comprar um pão, pouco se lhe dava sobre qual letra se empinava o til (no caso, sobre o *o*: paõ), ou mesmo se til houvesse, desde que o pão estivesse fresquinho.

Então, um dia, um padre alemão pensou. E se em vez de tentar empurrar mudanças antipáticas goela abaixo, não se parte de uma folha em branco e se cria uma nova língua, que seria facilmente assimilável por não trazer em sua construção a carga histórica dos tempos? O fato de que a ideia tenha surgido na Alemanha não é causa de surpresa. O idioma alemão, além de ter quatro declinações, como no latim (que tinha seis), forma palavras compostas sem o auxílio de preposições, gerando pérolas como *schiffahrt*, “viagem de navio”, com três *f* em sequência.

O volapük

Em 1879, o padre Johann Schleyer apresentou ao mundo a primeira língua artificial da história, o volapük – em cujo léxico *vol* era universo, e *pük*, idioma. O sistema tinha 29 letras, cada um delas com um único som. Todos os radicais básicos eram monossílabos (*sel*, venda, *nim*, animal, *fil*, fogo) e as derivações seriam feitas – como no latim e no alemão – mudando-se a terminação. Assim, do radical *dom*, casa, viriam *doma*, da casa, *dome*, para casa, e o adjetivo *domik*, caseiro (todos os adjetivos eram formados pelo sufixo *ik*, e o plural pela adição do *s* – *doms*, casas, *domiks*, caseiros).

A novidade encantou a todos os que reclamavam da dificuldade para falar e escrever seus idiomas seculares, e que não eram poucos. Nove anos depois, em 1888, conforme informações das 283 sociedades organizadas que editavam 25 jornais, já se contabilizava pelo mundo perto de um milhão de fluentes volapükistas, e sua inovadora gramática havia sido traduzida para 24 idiomas. Parecia que o padre Schleyer tinha reinventado a roda.

No Brasil, o volapük foi introduzido em 1886, e no ano seguinte inspiraria a primeira piada publicada na imprensa. A *Revista Illustrada*, do Rio de Janeiro, fazendo referência a um político que usara em seu discurso a forma verbal “orgulheceria”, comentou: “Há quem julgue que o verbo é volapük”. Para portugueses, espanhóis e brasileiros, a nova língua trazia a dificuldade adicional de pronunciar o *ü* alemão – que requeria um biquinho fora dos padrões fonéticos locais.

Volapükices

Vários intelectuais brasileiros, que haviam aderido à moda antes que o fogo de palha se apagasse, usariam por muitos anos em seus textos o termo volapuk, já desprovido do trema, mas não no sentido que o bom padre Schleyer esperava. Em 1937, Monteiro Lobato escreveria, criticando a linguagem indecifrável dos cientistas: “Sábios falando um volapuk só deles entendido”. O poeta Carlos Drummond de Andrade, em seu “Poema da Necessidade”, enumerava dezenas de coisas fúteis que alguém poderia fazer, incluindo “estudar volapuk”. E em 1959, sete décadas depois da introdução do primeiro idioma universal, o romancista Gustavo Corção ainda não havia se esquecido da antiga novidade: “Aprendi a não ter esperança em certas coisas. Nada espero, por exemplo, do volapuk...”.

Porém, se o volapuk em si não havia decolado (ou se espatifara logo depois de alçar voo), o conceito de um idioma universal se espalharia como chama em capim seco – no curto período de 21 anos entre 1886 e 1907, viriam à luz nada menos que dezessete deles. O mais duradouro e bem-sucedido, o esperanto, foi o terceiro, criado em 1887 pelo médico judeu-polonês Ludwik Zamenhof. Mas, por fim, nenhum conseguiria emplacar e os idiomas ancestrais, por mais complicados que fossem, ainda teriam a preferência popular. A febre passageira das línguas inventadas, entretanto, não havia poupado Portugal, que durante um par de anos agregou uma das maiores comunidades europeias de volapukistas, sintoma evidente de que estava mais que na hora de seguir o exemplo de outros países e modernizar a ortografia da língua pátria.

O jeito certo

Começando pela própria palavra ortografia, que hoje tem duas letras a menos do que tinha havia algumas décadas. Escrevia-se, então, orthographia, como mandava a etimologia – em grego, seu idioma de nascença, a palavra original significava escrita correta (o *orto* grego continua bem vivo em dezenas de outras palavras atuais, como ortodoxo, opinião correta).

Seria de supor que a supressão do par de agás de orthographia, que nada adicionavam à pronúncia, fosse universalmente aceita como uma maneira sensata de tornar a escrita mais simples, mais acessível, mais lógica e mais

moderna. Por que, então, em inglês ainda se escreve *orthography* e em francês *orthographe*? Essas duas potências não perderam o bonde da história, decidiram somente que suas palavras privilegiariam a via etimológica já de uso corrente em vez de usar o atalho fonético.

Pelos meandros da etimologia

A importância da etimologia é a mesma da arqueologia – descobrir a origem e acompanhar as transformações através dos tempos. Satisfeita essa curiosidade, surge a dúvida: uma palavra precisa preservar, em sua forma escrita, as marcas que o tempo nela deixou? E em que momento, exatamente, essa forma deve ser esculpida em pedra e impedida de mudar dali em diante? É nesse segundo ponto que as correntes etimológica e fonética discordam, e a partir daí a discussão se torna ideológica, ao estilo Capuleto e Montecchio – o outro lado pode até ter seus motivos, mas nunca, jamais, terá razão.

No longo prazo, os etimologistas portugueses perderiam a batalha por usarem um argumento inconsistente – o de que defendiam a pureza da língua. Quem for pesquisar a palavra “onda” em um dicionário etimológico encontrará: “Onda. Do latim *unda*”. O étimo latino continua perfeitamente visível em inundar e abundar, mas, a não ser que estejamos todos precisando de óculos, não está em onda, que começa com *o*. Portanto, os etimologistas não defendiam a mudança do corrompido onda para o puro unda, e sim a manutenção do *status quo*. Se tivessem dito isso, talvez houvessem angariado bem mais simpatias populares.

O joelho etimológico

Onda, entretanto, é fichinha perto de vocábulos como “joelho”. Um dia, alguém resolveu que o sistema de articulação da perna teria esse nome. Mas de onde ele veio, posto que os franceses escrevem *genou*, os italianos *ginocchio*, os espanhóis *rodilla*, os romenos *genunchi*, os românicos *schanugl*, os catalães *genoll*, e os galegos *xeonllo*? Esse é um dos encantos da aventura arqueológico-etimológica: cavoucar até o fundo para descobrir

como um vocábulo foi se transformando de povo para povo através dos séculos, até ficar quase irreconhecível em sua feição presente.

A palavra latina original era *genu* (ainda visível em *genuflexo*), e seu diminutivo, *genuculum*. No português arcaico, falado e grafado lá por 1300, a plebe já tinha encurtado a palavra para *geollo*. Depois, durante os dois séculos seguintes, ela seria registrada pelos escribas portugueses de seis maneiras diferentes (a mais estranha delas, *gyolho*), até que, a partir do início do século XVI, passou a prevalecer a grafia atual. Só que os outros povos citados, partindo dos mesmos *genu* e *genuculum* latinos, haviam chegado a formas muito diferentes. Por quê?

Porque não houve uma abençoada tarde em que todo mundo se reuniu na praça do mercado do povoado e combinou que, daquele momento em diante, o latim seria adotado como idioma e todo o resto seria esquecido. Como cada povo já falava sua própria língua, houve uma lenta corruptela (uma palavra atual que parece reter o mofo dos tempos), que foi adaptando e acomodando os termos latinos ao modo local de se expressar. Em seu devido tempo, o latim seria usado por todos esses povos na estruturação das frases, mas não na construção de cada palavra.

Voando...

Um exemplo simples é a palavra “pássaro”. Em latim, *passer* era o nome dado à mais comum das aves, o pardal. Alguns séculos depois, no latim vulgar, já levemente corrompido pela pronúncia popular (isto é, os iletrados), *passer* mudou para *passaru*, pelo banal motivo de que a segunda forma era mais fácil de ser pronunciada. Mais alguns séculos e a forma *passaro* foi adotada na Espanha e em Portugal, sendo mantida até hoje no português, mas alterada para *pájaro* em espanhol.

Já em duas outras línguas igualmente herdeiras do latim, o francês e o italiano, a história começa com outra palavra – o latim *avis*, cujo diminutivo era *avicellus*. No latim vulgar, *avicellus* se torna *aucellus*, e aí segue em duas direções diferentes – em italiano, num pulo só, se torna *uccello*. Em francês, passa inicialmente pela forma *oisel*, não muito diferente de *uccello*, mas depois deriva para o atual *oiseau*. A essas duas palavras deveriam corresponder os diminutivos *avezinha* em português e *avezita* em espanhol,

visto que os quatro vocábulos resultaram do mesmo diminutivo latino. Mas não correspondem, porque franceses e italianos criaram os diminutivos dos diminutivos: *uccellino* e *petit oiseau*, já que os franceses não usam os “inhos” para formas diminutivas.

Os fonéticos

Exemplos com essa genealogia confusa fazem os defensores da ortografia fonética se encherem de razão. Não há o que preservar, dizem eles, porque as palavras atuais já foram tão adulteradas que o mais sensato é escrevê-las como são pronunciadas. Os etimologistas, ainda segundo a opinião dos fonéticos, teimam em preservar apenas uma forma ocasional da palavra, uma que existiu em um dado momento da vida dela, e não em seu nascimento. Logo, se tantas alterações foram consentidas no passado, qual o problema de consentir mais uma no presente e tornar a leitura mais fácil?

A França, obviamente, discorda dessa tese. Voltando ao irrequieto *oiseau*, a primeira sílaba, *oi*, tem som de *oá* em francês (como em *moi* e *noir*). E as vogais da segunda, *eau*, tem som de *ô*. Assim, *oiseau* poderia ser simplesmente grafado *oazô*, com economia de duas letras e identificação instantânea da pronúncia. Mas não é. Porque, para os franceses, a questão já deixou de ser etimológica ou fonética – tem mais a ver com a preservação (ou congelamento) da forma escrita de seu idioma em um dado momento de sua história.

A penúltima flor

O Lácio (*Latium*, para os nativos), a região onde Roma foi fundada, batizou o nome da língua que nela se desenvolveu, o latim. No século XIX, o escritor e jornalista português José Duarte Ramalho Ortigão brindou o idioma latino com a olorosa definição de “flor do Lácio, plantada à beira do Mediterrâneo”. Décadas depois, o poeta brasileiro Olavo Bilac aproveitaria o mote e escreveria seus parnasianos versos, “Última flor do Lácio, inculta e bela”, que contrapunham a beleza sonora da língua portuguesa a seu triste abandono ortográfico. Como se saberia alguns anos depois, a última flor

oficial do Lácio seria o romanche, elevado em 1938 a um dos quatro idiomas oficiais da Suíça, e cuja ortografia só seria unificada em 1982.

Mesmo sendo a penúltima flor, o que não o desabona, o português se despedia do século XVIII como a única entre as línguas derivadas do latim que ainda não havia aparado seus espinhos ortográficos. Uma das causas – senão a maior – nada teve a ver com atividades intelectuais, entretanto. Em 1º de novembro de 1775, Lisboa foi praticamente destruída por um abalo sísmico. O epicentro, no fundo do oceano Atlântico, a 300 km de Lisboa, produziu enormes ondas que escorreram pela cidade, arrastando tudo o que encontraram pelo caminho, incluindo grandes prédios e igrejas. Perto de 90 mil pessoas morreram (um terço da população), ou no dia, ou em incêndios nos dias posteriores. Quem hoje visita as ruínas do Convento do Carmo, preservado no estado em que ficou depois da devastação, pode ter noção do tamanho do estrago.

A inércia

O terremoto seguido de maremoto encerraria o período de supremacia marítima que Portugal dividira com Espanha e Inglaterra. Os altíssimos custos de reconstrução do país geraram dívidas que levariam décadas até serem pagas, e acabariam por influir na proclamação da Independência do Brasil, cinquenta anos depois – em 1825, ainda com as finanças combalidas, a Coroa portuguesa assentiu que sua maior colônia adquirisse a liberdade política pela módica indenização de 2 milhões de libras esterlinas (algo próximo a 180 milhões de dólares, em valores atuais).

O longo período de árduo trabalho braçal que se seguiu ao desastre resultou no que se poderia esperar – a inércia das letras. Enquanto os vizinhos puderam dedicar parte de seu tempo à recuperação delas, Portugal teve problemas mais tangíveis a resolver. No transcorrer do século XIX, foi-se tornando cada vez mais evidente nas hostes lusitanas o fato de que ninguém sabia qual era a maneira correta de escrever um avantajado punhado de palavras. Não em regiões distantes umas das outras, mas na mesma cidade, e não raramente na mesma rua, se nela funcionassem dois jornais em endereços próximos.

De onde viemos?

Uma explicação para essa confusão foi dada à luz em 1878, quando uma comissão de notáveis da cidade do Porto houve por bem submeter à Academia Real de Sciencias, em Lisboa, uma proposta para unificar a ortografia. Médico, militar e proprietário do *Jornal do Porto*, o sr. José Barbosa Leão lembrou o que passara com o português:

“O português primitivo, a língua do berço da monarquia, entre Douro e Minho, era uma mistura da linguagem rude dos aborígenes (também já uma mistura) com o latim bárbaro das legiões romanas”.

“Essa mistura foi alterada com elementos introduzidos pelos conquistadores do Norte, principalmente os suevos e os visigodos, e também pelos sarracenos. E alterada, ainda, depois de conquistado o Sul, pelas relações com seus habitantes, alguns já meio árabes e outros árabes verdadeiros. E, depois de estabelecida a capital em Lisboa, novamente alterada por colonizados vindos de Marrocos, e pelo grande número de estrangeiros que concorriam a seu porto – particularmente os cruzados –, muitos dos quais ali ficaram”.

“Embora predominasse o elemento latino – por ser o latim a língua dos atos religiosos, das relações com Roma e com outros governos da Europa, e porque os sacerdotes eram quase os únicos homens de letras no país – esse amálgama era apenas a língua falada, porque pouco ou nada se lia ou escrevia. O elemento burguês apenas se fazia sentir e os senhores só cuidavam de armas, desdenhando até o saber ler e escrever”.

O quanto essa salada mista havia, de fato, mudado o idioma nos 739 anos decorridos entre a constituição de Portugal como nação e a longa explanação do sr. Barbosa Leão? O suficiente para torná-lo praticamente ilegível. Tanto que, em 21 de novembro de 1885, o *Correio Luzitano* do Rio de Janeiro, subintitulado “Órgão do povo portuguez residente no Brasil”, escrevia, se referindo a um documento grafado em português arcaico: “N’estas citações não adoptamos a orthographia antiga, que serve apenas para confundir e embaraçar o leitor”.

Primeiras tentativas

O primeiro passo para estabelecer uma ordem na garbulha ortográfica é sempre um dicionário, que antanho se escrevia diccionário, com *c* duplo e pronúncia *cs*, da mesma forma que sua palavra-mãe, dicção, continua sendo escrita e pronunciada até hoje. Como a palavra vinha do latim *dictio*, “como se fala”, os primitivos dicionários se propuseram a adotar a maneira, qualquer que fosse, como cada palavra era falada, e dar a ela uma forma gráfica.

Na França, isso não foi difícil. Dois anos depois de ser fundada, a Académie Française recebeu do Parlamento a atribuição de regulamentar a gramática e a ortografia do idioma. Como seus atos tinham força legal, a Academia resolveu sem complicações as querelas que perduravam no campo ortográfico. Sua congênere em Portugal (a Academia Real de Sciencias), entretanto, surgiria somente um século e meio depois, deixando nesse meio tempo a soletração das palavras por conta de mestres bem intencionados, mas nem sempre com opiniões concordantes.

O pioneiro

O primeiro dicionário da língua portuguesa – a tradução de 12 mil palavras do latim para o português, intitulado *Dictionarium Latino Lusitanicum et Vice Versa* – foi compilado por Jerónimo Cardoso e publicado por volta de 1562. Normalmente se costuma utilizar a expressão “esforço hercúleo” para louvar qualquer dicionarista que parta do caos para criar sua obra, mas esse provavelmente não foi o caso do bom Jerónimo.

A tradução e a cópia de textos do latim para o português (et vice versa, como bem pontificou Jerónimo) eram atividades que já contavam alguns séculos de existência. Como tais tarefas eram confiadas a abadias e órgãos burocráticos oficiais, cada tradutor ou copista possuía sua própria lista de palavras para consulta. Mui possivelmente, Jerónimo consolidou as listas existentes, eliminando as possíveis discrepâncias entre elas. Um esforço semi-hercúleo, inda assim digno dos melhores encômios.

Os entraves

O dicionário de Jerónimo foi ao prelo 114 anos depois de o alemão Johann Gutenberg ter criado os tipos móveis que permitiram a impressão múltipla de um mesmo livro (e três anos antes da impressão de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, epopeia-mor do idioma lusitano, tanto em conteúdo quanto em tamanho). Naqueles 114 anos, muitos livros haviam sido impressos em Portugal no idioma nativo (os mais antigos reconhecidos, *Sacramental* e *Tratado de Confissom*, ambos com instruções eclesiásticas, datam de 1488-1489), mas foram bem menos livros do que poderiam ter sido, e invariavelmente com temas que não desagradassem ao clero. A ortografia preocupava autores, mas perdia de longe para outra preocupação mais urgente, a salvaguarda da própria pele.

Isso porque a Santa Inquisição, instituída em Portugal em 1521, só seria superada em barbárie pela da Espanha. Nos dois séculos seguintes, qualquer escritor português que se arriscasse a palpitar sobre moral e virtude, ou a insinuar que a Terra talvez não girasse em torno do Sol, podia ser denunciado como herege e conseqüentemente torturado, apedrejado ou queimado em uma fogueira. Ou tudo isso junto.

E nem mesmo os nobres escapavam, porque tanto a Santa Sé de Roma quanto os inúmeros monarcas europeus haviam descoberto uma nova e promissora fonte de renda – excomungar latifundiários e lhes expropriar as terras e propriedades, que eram depois fraternalmente divididas entre suas majestades imperiais e suas eminências clericais. Como eram esses nobres que financiavam a impressão de livros (seus nomes apareciam com grande destaque na capa, sob o título), todo cuidado era pouco no tocante ao conteúdo.

O raiar da ortografia

A ausência de ideias luminares nos livros, porém, não influía na maneira como as palavras eram escritas, mesmo que uma palavra pudesse ser escrita de três maneiras diferentes. Fazia-se imperioso aplainar o terreno a partir de uma premissa confiável, e em 1576 o licenciado Duarte Nunes de Leão usou pela primeira vez a palavra ortografia em um título – *Origem e Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Nunes de Leão principiava definindo o que pouca gente devia então saber, que “ortografia é a ciência de bem

escrever qualquer linguagem, porque por ela sabemos com que letras se hão de escrever as palavras”.

As letras eram 25, explicava o autor (das atualmente usadas, só não constava na relação o *w*), sendo que o *h*, incluído no rol, não era considerado propriamente uma letra, e sim “uma aspiração ou assopro que ajuda na pronúncia das letras”. Em seguida, Nunes de Leão dissecava diligentemente cada uma das letras do alfabeto, apresentando sua respectiva origem, evolução, emprego e correta enunciação (por exemplo, “o *z* soa entre *s* e *ç*”).

A acentuação

Os acentos trabalhavam bem menos no século XVI do que trabalham em nossos dias. Não eram acentuadas as oxítonas terminadas em ditongo oral (necessario, presidencia), nem as proparoxítonas (autographo, arithmetica, cholera). E não havia ainda a crase (se escrevia “situado á rua”).

O til, entretanto, fazia hora extra. Além de marcar o característico som nasal do *ã*o, o til era utilizado para indicar letras “escondidas”, como em *dõ*de (lia-se donde), ou sobre o *u* em *algua*s (lia-se algumas). Ademais, o tempo verbal da terceira pessoa do plural do tempo presente terminava em *ã*o (aqueles que ignorão, medidas que se tomão). No caso de passado e futuro, quando a grafia era a mesma, um acento agudo eliminava a dúvida (os que falarão para o pretérito e os que falarão para o futuro).

Os pontos e as vírgulas

Quanto à pontuação, os sinais eram idênticos aos atuais, mas seus nomes nem tanto. Vírgula era vírgula, mas dois pontos [:] era *comma* (que, curiosamente, em inglês quer dizer vírgula), e ponto [.] era *colon* (que, em inglês, é dois pontos). O trema tinha o nome de ápice ou cimalha, e era usado para mostrar que uma vogal deveria ser marcadamente pronunciada, como em *argü*ir e *boi*ada. Havia também um símbolo, dito nota – uma bolinha sobre uma vogal – que atualmente encontramos nos textos escandinavos. No caso do português, para indicar que a vogal seria breve (isto é, não tônica).

A gente vulgar

Nunes de Leão não incluiu um dicionário completo em sua obra (de apenas 79 páginas), mas se preocupou em oferecer, para fim de “reformaçoão”, uma lista de palavras que, segundo ele, “a gente vulgar usa e escreve mal”. Alguns exemplos são acupar por ocupar, escuma por spuma, pergunta por pergunta, a troca do *v* pelo *b* em barrer e escrever, e o contrário em empovrecer.

Nesse rol, porém, surge um dos paradoxos da ortografia – o incorreto de hoje pode ser o correto de amanhã, tanto que atualmente se aninham em nossos léxicos (*lexikon* era a palavra grega para dicionário) vários exemplos de erros mencionados e censurados por Nunes de Leão:

Como a gente vulgar escrevia Como deveria ser escrito

Baixo Baxo

Cinco Cinquo

Como...? Quomo...?

Disforme Deforme

Escuro Oscuro

Joelhos Giolhos

Mulher Molher

Nunca Nunqua

Salmo Psalmo

Os sobrenomes

Incidentalmente, Nunes de Leão descreveu os patronímicos, os sobrenomes dos tempos presentes que remontam a um único indivíduo, cuja identidade se esvaiu na poeira do tempo, e do qual descendem milhares de pessoas que já não têm mais qualquer grau de parentesco entre si. Assim como no inglês e em outras línguas, a afiliação milenar é conferida pela terminação *son*, como Peterson ou Johansson, em português é caracterizada pelo final *es* (na época de Nunes de Leão em *ez*, similar ao espanhol).

Alguns desses sobrenomes são facilmente reconhecíveis, como Álvares (de Álvaro), Nunes (de Nuno) e Rodrigues (de Rodrigo). Outros requerem um bocadinho mais de atenção para serem percebidos: Ruiz (de Rui), Dias

(de Diogo), Pires (de Pedro) e Vaz (de Vasco). E outros, ainda, demandam certo poder de dedução, visto que os sobrenomes sobreviveram intactos, mas os nomes originais caíram em desuso: Teles (de Telo), Lopes (de Lopo) e Bermudes (de Bermudo).

O Bluteau

O dicionário de Nunes de Leão seria expandido em 1721 pelo padre Dom Raphael Bluteau (que mencionava entre seus afazeres a função de “qualificador no Sagrado Tribunal de Inquisição de Lisboa”, o que já garantia uma calorosa acolhida à sua obra literária). Em seu *Vocabulário Portuguez & Latino*, portentosa coleção de oito volumes e mais de quatro mil páginas, o padre Bluteau oferecia o que o título propunha, a tradução para o latim de palavras portuguesas, como tropeçar (*pede aliquid offendere*), e também de expressões usuais da língua, como vender fiado (*fide vendere*).

No tocante às definições, porém, o reverendo se esmerava na explicação detalhada de cada vocábulo, acrescentando versos, provérbios, citações e fatos históricos ao estilo das enciclopédias – a definição de “vento” ocupava, sozinha, mais de uma página. A da letra *x*, duas páginas inteiras. Igualmente é longa e curiosa a descrição da portentosa colônia lusa cá abaixo, e em seguida da madeira e da cor que deram origem ao nome do país:

Brasil. Grande região da América Meridional descoberta por Pedr’Alves Cabral, que ia por capitão-mor da segunda armada que El-rei Dom Manoel (*de felice memoria*) mandou à Índia.

Partiu de Lisboa em 9 de março de mil & quinhentos do nascimento de Cristo, e no mês de abril, correndo tormenta, por descair muito ao loeste, da Equinocial para o Sul, avistou as praias incógnitas. Em 3 de maio, surgiu com a armada em um porto, ao qual por lhe parecer seguro dos perigos do mar, chamou Porto Seguro.

Divide-se o Brasil em 14 capitanias, a saber, Tamaraça, que é a mais antiga de todas; Bahia, donde reside o governador; Pernambuco, Pará, Maranhão, Ciará, Rio Grande, Pariba, Seregipe,

os Ilhéos, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente.

Em latim, *Brasilia* ou *Provincia Sancta Crucis*, porque desembarcaram os portugueses em 3 de maio, dia da Vera Cruz.

Brasil. Chamam os pintores a uma cor, que eles fazem com rachas de brasil, goma arábica e água ardente.

Brasil. Pau vermelho. Pesado e muito seco. No comento do soneto 28 da “Centúria I” (*) quer Manoel de Faria que este pau se chame brasil, de *braza*, nome que significa o incêndio da sua cor.

(*) Manoel de Faria e Sousa (1590-1649), *Centúria de cartas*, 1640. O padre Bluteau se referia apenas à possível origem da palavra, posto que o nome Brasil, com *s*, já denominava o país desde 1511.

O Madureira

As obras de Nunes de Leão e Raphael Bluteau sobreviveriam por três séculos, com várias reimpressões, cada uma delas com emendas e adições feitas por seus seguidores. Em 1734, porém, uma nova obra surgiria na praça e se tornaria a principal referência dali em diante – *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza*, do padre João de Moraes Madureira Feyjó, bacharel em teologia. Usando como base o livro de Nunes de Leão (a divisão dos capítulos era idêntica, incluindo os “erros do vulgo”), o venerando Madureira espichou a obra de seus antecessores, preenchendo 551 páginas, das quais 384 tratavam da ortografia e da pronúncia de quase 15 mil vocábulos.

Não é fácil

Ao contrário de Bluteau, Madureira era mais minimalista e mais contundente em suas definições, tendo aproveitado algumas delas para lançar críticas ferinas aos catedráticos que pugnavam pela adoção de uma ortografia simplificada e coerente – uma proposição espúria, segundo Madureira, porque esbarrava nas próprias incoerências da língua. Um exemplo:

“*Algeróz, alviróz, aljaróz* – é o nome da cobertura do cano principal dos telhados. Aqui perguntaria eu aos que dizem ‘que se escreva como se pronuncia’: como se pronuncia essa palavra? O certo é que para falar de fora sempre há muitos, mas para meter as mãos à obra, nenhum”.

Para o vulgo inculto

Se Nunes Leão publicara uma lista de cinquenta palavras erroneamente pronunciadas ou escritas pela plebe ignara, Madureira foi extremado – para mais da metade das palavras, listou seu respectivo modo incorreto, numa demonstração prática de que havia ainda muitos remendos a serem cosidos nos panos da ortografia. Alguns exemplos:

“*Abestrúz*, dizem uns, *avestrúz*, dizem outros, e este é o mais próprio pela analogia de *ave*, porque é a maior das aves”.

“*Heresia*, e não *heregia*, porque não se deriva de ‘herege’, mas é a significação de heresis”.

“*Fralda* é geralmente tudo o que, dos vestidos, desce do joelho até o chão. A que alguns chamam *falda*, porque o italiano diz *le falde*, e eu digo, querem falar mais à italiana do que à portuguesa”.

Aplausos e críticas

A ortografia de Madureira foi dignamente louvada (possivelmente, alguma autoridade deve ter-se referido a ela como “esforço hercúleo”) e seria imediatamente adotada como fonte preferencial para o aprendizado da grafia do idioma. Para os reformadores, porém, a obra tinha um grave senão – sua base ortográfica era etimológica e, portanto, em desacordo com os novos tempos.

De fato, Madureira gastara todos os *ph* possíveis em vocábulos como *phosphoro*, *pharmacia*, *philosophia*, *pharol* e dezenas de outros que os defensores da modernização da ortografia preferiam ver grafados com *f*. Igualmente, eram causa de incômodo os *th* de *theologia* e *orthographia*, os *ch* de *chimica* e *machina*, e as consoantes consideradas desnecessárias

(posto que já não eram pronunciadas) em cenário, solemne, afeição, aparecer, iluminar e inocente.

Não bastasse tudo isso, as frases curtas, definitivas e impositivas de Madureira passavam a impressão de um sábio e severo professor espinafrando um aluno inculto. A linha dedicada ao vocábulo “exibição” dizia apenas: “*Exhibição* e não *exibição*”. Quatro palavras. E ponto final.

Na colônia do além-mar

Enquanto isso, o que se passava no Brasil, a maior propriedade portuguesa fora de suas fronteiras? Em termos de produção de riquezas, bastante – as pedras preciosas extraídas nas Minas Geraes havia tempos representavam uma gorda fatia do orçamento do império. Já em termos culturais, quase nada. Sendo uma colônia, o Brasil estava proibido, como as demais possessões ultramarinas, de publicar qualquer documento impresso, como jornais, revistas e folhetos, ou mesmo de fazer circular de mão em mão panfletos manuscritos sem a devida vênias das autoridades portuguesas.

Mesmo em Portugal, notícias sobre o Brasil eram escassas. A *Gazeta de Lisboa*, publicação mensal autorizada pela Corte Portuguesa, somente fazia esquálidas referências ao Brasil, para informar quantas naus para cá haviam partido e quantas de cá provindas haviam por lá aportado. Mesmo um fato que, para os brasileiros, ganharia muita repercussão histórica no futuro – a condenação de Tiradentes à morte em 1792 – ficaria restrita aos escaninhos burocráticos de Lisboa.

O mártir

O mineiro Joaquim José da Silva Xavier foi preso no Rio de Janeiro, em maio de 1769, acusado de participar de um movimento pró-republicano na província das Minas Geraes. Tiradentes era seu apelido, prático que era no manejo de boticões em uma época em que as funções de médico, dentista e barbeiro se confundiam, e alferes seu posto militar. E o que era exatamente um alferes? A ortografia de Madureira estava lá para esclarecer:

“Alféres. O que leva a bandeira de guerra. Serve para o singular e plural, o alféres, os alféres”.

Ou seja, o porta-bandeira da tropa, na época uma patente militar de média hierarquia (na nomenclatura atual, aproximadamente um segundo tenente). Condenado por traição, os insurretos mineiros foram sentenciados à morte, mas todos, exceto Tiradentes, teriam a pena reduzida para desterro pela rainha de Portugal, dona Maria I, que no Brasil seria alcunhada “a Louca” (presumivelmente, não em sua real presença).

Entrando na história

Em 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado no largo do Rocio, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi esquartejado e as partes remetidas para diferentes pontos das Minas Geraes (a cabeça para Villa Rica, atual Ouro Preto, berço da revolta). Embora depois de tal selvageria a família real de Portugal continuasse a imperar no Brasil por mais 97 anos, aparentemente o imperador Dom Pedro II não se incomodava com o fato de que sua própria bisavó ordenara o enforcamento e o desmembramento de Tiradentes. Ao contrário, atribuía ao alferes mineiro o primeiro passo para a Independência do Brasil, negociada em 1825 por seu pai, Dom Pedro I.

Assim, em 1848, já surgia o livro *Gonzaga, ou a Conjuração do Tiradentes*, composto a partir das memórias de um dos revolucionários, Tomás Antônio Gonzaga. Em 1855, o livro *Brazil Pittoresco*, publicado pela Typographia Nacional, apresentava um capítulo intitulado “A Conspiração de Minaes Geraes (Tiradentes)”. Em 1866, o presidente da província de Minas Geraes, Saldanha Marinho, mandara erigir um pequeno obelisco em homenagem a Tiradentes na praça principal de Ouro Preto. E em dezembro de 1880, nove anos antes de ser apeado do poder, Dom Pedro II em pessoa prestigiou a inauguração de um quadro do pintor Leopoldino Joaquim de Faria que mostrava Tiradentes no cárcere, em exposição promovida pela Typographia Nacional no Rio de Janeiro.

Dez anos depois, já com a República proclamada e a família real exilada na França, 79 logradouros cariocas que tinham nomes ligados à extinta monarquia foram trocados. Entre eles, a Praça Isabel a Redemptora recebeu o novo nome de Largo da Lapa, enquanto o Largo do Rocio, local do enforcamento, que passara a se chamar Praça da Constituição, foi rebatizado de Praça Tiradentes. Mas, no distante 1792, não existia sequer um único

jornal no Rio de Janeiro, ou em qualquer cidade do Brasil, que pudesse noticiar a morte de Tiradentes. Como, outrossim, seria um espanto se houvesse nesta imensa colônia lusitana d'além-mar qualquer cidadão minimamente preocupado com a ortografia da língua portuguesa.

De volta à terrinha

Mas em Lisboa havia vários cidadãos, como havia novos livros sendo lançados. Em 1783, o frei franciscano Bernardo de Jesus Maria, assinando seu nome laico, Bernardo de Lima e Melo Bacelar, mandou ao prelo sua *Orthographia Philosophica da Lingua Portugueza*. O tomo conduziria a discussão para um novo terreno, o filosófico. O que exatamente tinha a ver filosofia, amor pela sabedoria, com a maneira de se grafar uma palavra? A racionalidade, segundo os defensores da corrente – a lógica precisava se sobrepor ao apego insensível ao passado. Leis, explicava frei Bernardo, eram ditadas por seres humanos para tornar suas vidas mais simples de serem vividas e mais fáceis de serem compreendidas, e isso incluía a comunicação falada e escrita.

Etimológicos versus filosóficos

Naturalmente, as razões filosóficas não balouçaram os guarda-roupas dos defensores da ordem existente, mas o rótulo filosófico agradou em cheio aos vários grupos que pregavam a revolução ortográfica, e passou a ser utilizado não mais para definir a refrega entre liberais e conservadores, mas a campanha do pensamento progressivo contra a preguiça de pensar.

O número de descontentes com a velha ordem só aumentaria na medida em que o século XIX ganhava impulso. Entre 1812 e 1822, surgiram em Portugal quatro obras que brandiam a lança filosófica contra o escudo etimológico. Na quarta delas, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, o autor Jeronymo Soares Barboza explicava no intróito:

“A gramática, arte que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente, tem naturalmente duas partes principais; uma mecânica, que considera as palavras como meros vocábulos e sons

articulados, e outra Lógica, que considera as palavras como sinais artificiais das idéias e suas relações”.

Uma exceção para cada regra

Para os leigos, tudo isso devia soar altamente filosófico, embora ainda não ficasse clara a relação entre a ideia embutida em um vocábulo e o fato de ele levar ou não um til. No fundo, rebatiam os conservadores, cada uma das frases utilizadas para louvar os benefícios da ortografia filosófica podia ser igualmente, e eventualmente até com mais precisão, usada para suportar a ortografia etimológica, que preservava intactos em sua forma os pensamentos que haviam originado os vocábulos.

O que não era bem verdade. Uma miríade de palavras do léxico português conserva apenas vagas lembranças de suas antepassadas do latim: cheio veio de *plenu*; puxar de *pulsare*; enxada de *asciata*; bexiga de *vesica*; chama de *fiama*. Além disso, erros repetidos de pronúncia haviam criado palavras que os etimologistas defendiam, como o verbo chover, que séculos antes era *chuver*, acompanhando *chuva* e o latim *pluvia*. De onde havia surgido o *o* de *chover*? Do guarda-chuva da ignorância, certamente.

Por essas e outras mais, Jeronymo botou o dedo na ferida ao acusar a gramática de sua pátria de ser “cheia de mil erros, e de tantas exceções quanto são as regras”, aduzindo que tudo era “repetido e copiado cegamente, sem nunca ter sido submetido a exame”. E fazia uma desbragada louvação aos espanhóis, que haviam “sacudido o jugo da autoridade e introduzido na gramática latina as luzes da filosofia”, no que seriam devidamente acompanhados por italianos, franceses e ingleses. Resumindo, somente Portugal ficava devendo no campo das inovações.

Os radicais

Em toda corrente de pensamento, porém, existem sempre aqueles que preferem caminhar gradualmente e aqueles que são favoráveis a atropelar o que surja pela frente. Um desses foi António Feliciano de Castilho, que em 1843 sugeriu uma radicalização da ortografia filosófica. Castilho propunha esquecer o que existia e reproduzir com letras o modo como as pessoas

falavam, por mais estrambólicas que as palavras escritas pudessem parecer à primeira vista. Assim, o sacrossanto verso camoniano “Por mares nunca dantes navegados” passaria a ser grafado “Pur márex nûca dêtex navegádux”, com o *x* imitando a tradicional enunciação em *sh* do *s* em Portugal, que faz com que Cascais seja pronunciado Cashcaish.

O Brasil vai à luta

Nesse momento, porém, uma *intelligentsia* nativa já começara a dar os ares da graça no Brasil. O primeiro jornal impresso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgira em 1808, e quatro décadas haviam sido suficientes para que uma geração de estudiosos se considerasse apta a participar das envolventes discussões literárias que grassavam em Lisboa e adjacências. Assim, em 1848, o padre Francisco João Chrysostomo Barreto, vigário de Barra Mansa, se dispôs a comandar uma campanha brasileira contra a mudança que os radicais de Portugal tentavam perpetrar na língua que também era nossa.

“Se a língua portuguesa fôra simples – escreveu o padre Barreto – nada mais fácil que dar a cada letra um só som, ou a cada som uma só letra.” Como isso era impossível, o que fizeram os antigos mestres? Adotaram a racional opção de usar nos vocábulos portugueses as mesmas letras das palavras originais em latim. E essa opção, defendia o padre Barreto, devia ser mantida a todo custo. Durante dezesseis anos, até sua morte em janeiro de 1864, padre Barreto despejaria copiosas cartas plenas de erudição nos jornais do Rio de Janeiro, rebatendo todos os argumentos de seus adversários ortográficos. O Brasil havia adentrado o campo da luta, embora em Portugal ninguém ainda se tivesse dado conta disso. Provavelmente, porque faltavam obras literárias brasileiras que pudessem conferir sustância aos alaridos.

O Coruja

Em 1828, Lourenço Trigo de Loureiro, português radicado no Brasil, escrevera uma *Grammatica Razoável da Lingua Portuguesa*, mas logo trocava a carreira de professor de português pela de advogado, e longos

trinta anos iriam se passar até que uma nova obra fosse publicada no Brasil. Em julho de 1848, o professor Antônio Álvares Pereira Coruja, gaúcho de nascimento e diretor do Liceo Minerva, escola católica de ensino secundário no Rio de Janeiro, anunciou o lançamento de seu *Compêndio da Ortografia da Língua Nacional*.

O livro de trezentas páginas trazia, nas palavras do autor, “extenso vocabulário com palavras que geram dúvidas na grafia e na pronúncia”. Embora se mostrasse adepto de uma revisão filosófico-ortográfica, Coruja informou que baseara seu compêndio na obra do padre Madureira, revelação que só não causou muito desgosto ao clérigo português porque o mesmo se encontrava morto havia 107 anos.

O Brasil no tempo do Coruja

O *Anuario Politico, Historico e Estatistico do Brazil*, edição de 1847, oferece uma meticulosa visão da situação do império, 23 anos depois de o país ter se separado de Portugal. Para começar, não se sabia qual era a população do Brasil. Os dados referentes aos 421 municípios e 960 freguesias (vilas) eram informados, quando o eram, pelos presidentes das catorze províncias, com base mais em estimativas do que em contagens efetivas. Assim, em 1845, havia-se chegado a uma população de 7,4 milhões. Apenas dois anos depois, o número estimado saltava para “perto dos dez milhões”. Desses, pouco mais de um milhão eram escravos (denominação que a burocracia oficial evitava, preferindo se referir a “os africanos”).

Dom Pedro II, então com 22 anos, era o imperador e também o nome do colégio de maior prestígio no Rio de Janeiro. Um professor do colégio Pedro II ganhava 500 mil réis por ano. A dotação pessoal do imperador (para ser gasta como bem lhe aprouvesse) era de 800 contos de réis anuais, que eram acrescidos de mais 300 contos para fazer frente às despesas domésticas. Considerando-se a taxa de câmbio da época (5 mil réis por dólar) e a inflação do dólar nos 160 anos seguintes, sua majestade embolsava (no bom sentido) 600 mil dólares ao mês em valores atualizados, enquanto o professor recebia 440 dólares mensais, um ordenado supimpa, porque havia poucos empregos que pagassem tanto.

O ministério do faz-tudo

Mas o imperador trabalhava para merecer o que ganhava. Subordinados a ele existiam seis ministérios, sendo que cinco se definiam pelos próprios nomes: Justiça, Marinha, Fazenda, Guerra e Negócios Estrangeiros. O sexto, o Ministério do Império, encabeçado por Joaquim Marcelino de Brito, era um caleidoscópio que cuidava de uma variada gama de assuntos, desde as goteiras das inúmeras residências imperiais até temas essenciais como agricultura, mineração, pecuária, indústria, comércio exterior, saúde pública, imigração, situação dos índios, navegação, rodovias e Correios. Não bastasse tudo isso, o eclético Marcelino era também responsável pela Educação e Cultura, então chamada de Instrução Publica.

O ensino era ainda incipiente. Nos cursos primários, 25 mil crianças aprendiam as primeiras letras, numa proporção (bem pré-emancipação das mulheres) de cinco classes masculinas para cada classe feminina. Na época, a França contava com 32,9 mil escolas primárias para 35 milhões de habitantes; o Brasil, com meras 450 escolas para, supostamente, dez milhões de almas. A exorbitância de 90% delas era e seria analfabeta, e jamais tomaria conhecimento, durante toda a sua existência terrena, de que algures estava em curso uma importantíssima discussão sobre ortografia.

O lado de lá

Já Portugal contabilizava 4 milhões de lusitanos em 1850. É certo que havia um fosso educacional e literário separando os dois países, mas um fator funcionou a favor do Brasil – os portugueses passariam mais trinta anos sem se entender. Mais propriamente, não era do interesse dos defensores da ortografia etimológica em Portugal que houvesse qualquer entendimento, já que ela estava em vigor – se não oficialmente, pelo menos arraigada na prática.

Em 1855, João Nunes de Almeida se arriscou na enésima tentativa de consolar os aflitos e afligir os consolados, ao publicar o livro *Noções Geraes de Orthographia Elementar da Lingua Portugueza*. Na esteira de uma corrente filosófica constituída em 1843 com o nome de “restauração”, Nunes de Almeida advogava “a adaptação de um sistema ortográfico razoável e uniforme, que pusesse um termo à vergonhosa variedade”, e

mais uma vez definia o que pretendiam os filósofos: “A escrita nasceu da pronúncia. Para representar com exatidão aos olhos a palavra, é indispensável que os caracteres correspondam em número aos sons da palavra decomposta”. Apesar disso, a obra de Nunes de Almeida teria o mesmo destino de tantas que antes vieram, e de várias que depois viriam – gerou discussão, mas não adoção.

O lado de cá

Em julho de 1874, o professor doutor Manoel Jesuíno Ferreira proferiu no Rio de Janeiro uma conferência sobre o tema Instrução Pública, e jogou a toalha quanto a alguma esperança de mudanças imediatas no nível de instrução da maioria da população brasileira:

“É bem provável que o ensino livre nos sertões das nossas províncias se circunscreva, o mais das vezes, a uma escrita de caracteres desiguais e sem as regras da ortografia. Em falta de mais é o suficiente, se atende às condições do mundo limitado em que vive quem o recebe”.

A bem da verdade, o dr. Jesuíno estava sendo otimista. Ali ao lado, em Niterói (então, Nictheroy), cidade que proporcionalmente contava com bem mais letrados e alfabetizados que a média do país, um cidadão enviou em 1878 um convite para uma festa, em comemoração à aprovação de seu certificado de eleitor. O convite chegou à redação do jornal *Gazeta de Notícias*, que o publicou sem revisão, exatamente como fôra escrito:

“O baile he çabado ce deos quizer 17 do corente comprime o ceguente. 2 capoteras com tampas para ençopado de galinha, 2 garrafas de parati boa para os muzico, 2 ó 3 pacotes de traques para as criança que onde ce ajuntar e para os grandes que gostar do xero de porva, 2 qejos deminas frescaes, 2 livras de atracanelles ção hums bicóto furadinhos que ce vende na padaria do frances defonter da cadea velha, mantéga não percisa tem ca na vendas, 1 aresta de sebóla e 1 dalhos. Por ora só. O dinheiro tira da qitandas”.

Vale mencionar que o certificado de eleitor, para ser concedido, demandava uma rigorosa prova de alfabetização. Ou seja, o anônimo escrevinhador do convite era um dos que “sabiam escrever”.

Não aos filosóficos

Com o Brasil jogando pelo empate, a língua portuguesa poderia vir a passar por alguma reforma se a iniciativa partisse de Portugal, mas a ideia não entusiasmava a quem podia impulsioná-la. Formada majoritariamente por membros contrários à adoção da ortografia filosófica, a Academia Real de Ciências de Lisboa apreciou em julho de 1879 uma proposta formal para a adoção de medidas de flexibilização da escrita. O resultado foi o esperado:

“A Academia Real das Ciências de Lisboa, sob presidência d’El-rei Dom Fernando, se mostrou contrária à adoção da reforma ortográfica apresentada por uma comissão do Porto, por considerá-la absurda. O sr. Latino Coelho, relator, falou por cerca de duas horas, combatendo com bons argumentos os planos ortográficos do sr. Barbosa Leão”.

O mencionado sr. Barbosa Leão é o mesmo citado nas páginas iniciais deste livro. Reclamando que “cada um escreve como quer”, ele publicara em 1875 um livreto, *Considerações Sobre a Ortografia Portuguesa*, em que já grafava a palavra ortografia despida do *th* e do *ph*. Mesmo tendo visto sua proposição ser rejeitada, Barbosa Leão teve o mérito de tirar a discussão dos livros, jornais e agremiações literárias e levá-la diretamente ao cerne das decisões – El-rei Dom Fernando, que presidia as sessões da Academia.

O Latino

Já o citado relator José Maria Latino Coelho, nascido em 1825, era membro da Academia desde 1857, e seu secretário (o cargo de maior expressão da dita) a partir de 1859. Por seus pares, Latino Coelho era definido como um escritor minucioso, brilhante e precoce (estava ainda no frescor de seus 34 anos, o que não o impediu de ser um conservador de carteirinha). Em um de seus escritos, ele desdenhou sem piedade da moda filosófica de escrever como se falava: “Nem a França, nem a Grã-Bretanha se lembraram jamais de tentar o escabroso problema de acordar a escrita com a pronúncia”.

Por seu lado, El-rei Dom Fernando, que já acumulava 54 bem desfrutados anos, e passaria à história com o epíteto de “o Rei Artista”, não fizera ouvidos moucos ao imbróglio que vinha atazanando o idioma pátrio. Quatro anos antes, em 1875, sua majestade havia conferido ao próprio

Latino Coelho a incumbência de compilar um dicionário, completo e definitivo, que pudesse então ser sacramentado pelo poder real num sistema político em que mandava quem tinha sangue azul e obedecia quem tinha juízo (nesse caso, os adeptos da ortografia filosófica).

O dicionário

Pois bem. Latino Coelho botara mãos à obra e os anos foram se escoando. A paciência de Dom Fernando resistiu por mais seis anos, até dezembro de 1885, quando sua majestade se despediu d'esta vida. Seu filho e sucessor, Dom Pedro V, cognominado “o Esperançoso”, mostrou que não iria esperar tanto quanto seu finado pai para consertar a ortografia. Ao presidir a sessão da Academia em 2 de fevereiro de 1887 (doze anos depois de Latino Coelho ter iniciado sua compilação de vocábulos), o novo El-rei mostrou não estar tão seguro de duas coisas, a saber: que a ortografia etimológica fosse de fato a opção mais viável, e que Latino Coelho levaria a cabo seu trabalho:

“El-rei pronunciou um discurso notável na última sessão da Academia de Sciencias. Lembrou a necessidade de a Academia se pronunciar sobre a urgência de adotar uma ortografia harmônica com o espírito da época, e que viesse acabar de vez com o caos resultante das diversas ortografias hoje existentes. Segundo sua majestade, faz parte da importante questão o dicionário, que estava incumbido ao sr. Latino Coelho. Respondeu o sr. Latino que estavam concluídos os trabalhos até a letra *e*”.

Nesse momento, bastou El-rei ter feito uma continha de cabeça (ou ordenado a seu matemático real que a fizesse) para concluir que, se em uma dúzia de anos Latino Coelho chegara ao *e*, a maioria dos membros da Academia já teria batido as botas (*percutere caligas*, em latim) quando o dicionário finalmente chegasse ao *z*. Se é que chegaria. Sua majestade observou com bons modos que o dicionário era “trabalho demais para um homem só”, o que significava para os bons entendedores presentes que a procrastinação estava atingindo seu limite.

Positivistas e carnívoros

No Brasil, duas novas propostas ortográficas seriam reveladas na década de 1880. A primeira, *Traços gerais de lingüística*, de autoria do mineiro Julio Ribeiro (o que não o impediu de criar a bandeira do estado de São Paulo), saiu em 1880. Entre outras novidades, Julio Ribeiro grafava epokha, mekhanica e kharacter, despertando tanto curiosidade pela inovação quanto elogios à erudição com que defendia suas ideias. Em 1888, Júlio Ribeiro se consagraria como autor e arrumaria uma encrenca federal com o clero ao publicar sua obra-prima, o romance *A Carne* (uma antevisão de *Lolita*, 67 anos antes de Nabokov).

A segunda obra, de autoria do fluminense Miguel Lemos, saiu em 1888 e se intitulava *Ortografia Positivista*, na onda da corrente em moda na época, o positivismo, desenvolvido pelo filósofo francês Augusto Comte (seu resultado mais visível em nossos dias é a frase “Ordem e Progresso”, com que os apóstolos positivistas adornaram a bandeira nacional). Essas e outras incursões de escritores independentes, em quantidade cada vez mais numerosa, e cada qual com suas definitivas certezas ortográficas, apontavam para a necessidade de se encontrar um teto único para abrigá-los, a fim de permitir que diferentes pontos de vista pudessem ser conciliados e harmonizados. E tal teto surgiria já na década seguinte, com a fundação da Academia Brasileira de Letras.

As protoacademias

Agrupamentos literários existiam no Brasil desde o tempo do onça, e o primeiro deles foi criado por protesto – a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em 1724, em Salvador, pelo vice-rei de Portugal no Brasil, Vasco Fernando Cezar de Menezes, Conde de Sabugosa (inspiração de Monteiro Lobato ao criar seu Visconde de Sabugosa no *Sítio do Pica-pau Amarelo*). Seus membros – os da academia baiana, não do sítio – eram poetas e prosadores que se escondiam em pseudônimos para escapar à feroz censura de João Calmon, comissário do Santo Ofício, o braço da inquisição no Brasil. A academia de Salvador, que resistiu por apenas onze meses e dezoito reuniões, pavimentaria o caminho para muitas associações que iriam desabrochar a partir da chegada da família real em Salvador, em 1808.

No final da década de 1830, Antonio Coruja, mencionado algumas páginas atrás, era o primeiro secretário da Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor. Outra congregação, a Sociedade Gymnasio Brasileiro, instalada em 12 de outubro de 1848, explicava em seu preâmbulo: “Inaugurada com o fim de estudar e propagar as letras. Estatutos aprovados pelo governo imperial. Tem o número limitado de quarenta sócios efetivos, distribuídos em quatro seções: ciências físicas, ciências sociais, literatura e história”. Mesmo objetivo e mesmo número de membros efetivos que teria a Associação Litteraria Fluminense, organizada em 6 de dezembro de 1851. Ambas tinham como presidente o funcionário público imperial José Julio Dreys, que teve mais sucesso como contador do que como literato, alçado que seria a diretor do Tesouro Nacional.

A onda dos círculos literários, também chamados de gabinetes de leitura, ou outros nomes criativos, rapidamente se alastraria pelo Rio de Janeiro, e novas sociedades procuravam se diferenciar das existentes já a partir do nome. Em 1857, o jornal *Correio Mercantil* informava: “Algumas pessoas possuídas de amor das letras intentam organizar uma associação literária sob o título de Sociedade Philologica da Língua Latina”. Em 1880, somente na Capital Federal, pelo menos cinco dezenas de associações dedicadas às letras disputavam espaço, enviando sofregamente aos jornais colaborações de seus associados – poesias, principalmente – na expectativa de que fossem publicadas.

Os homens

A abundância e a competição fatalmente teriam que gerar a chamada nata, um grupo que sobressaísse não apenas pelos pendores literários de seus mandachuvas, mas também, se não principalmente, pelo poder de fazer chover que lhes conferiria a proeminência. A primeira tentativa de organizar um conselho de notáveis se deu em 1883 – a Associação dos Homens de Letras do Brasil. O nome havia sido emprestado de Portugal, onde grassavam associações de professores e homens de letras.

É justo esclarecer que o “homens” do título não excluía em teoria as mulheres, embora excluísse na prática. Desde os tempos bíblicos (“Lembra-te, homem, que és pó”) o substantivo era empregado para definir a raça

humana, e não apenas os machos da espécie. Em 1948, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” seguiu essa mesma linha, até que o vagalhão do politicamente correto entrasse em cena e a ONU decidisse trocar “do Homem” por “Humanos”.

Para inglês ver

Na década de 1880, a mais elevada figura literária do Rio de Janeiro era o Barão de Paranapiacaba, o santista João Cardoso de Meneses e Sousa, advogado, professor, tradutor de obras francesas e inglesas, político (havia sido deputado), rico e influente. Em 1883, o barão se propôs a organizar um jantar em homenagem ao ministro argentino Vicente Quesada, mas com o real objetivo de juntar os melhores “homens de letras” à volta da mesa. Prestigiaram a boca-livre o imperador Dom Pedro II, sua filha, a princesa Isabel, e seu genro, o conde d’Eu. Entre os comensais, se contavam quatro futuros fundadores da Academia Brasileira de Letras e mais dois que seriam eleitos posteriormente – Ruy Barbosa, Machado de Assis, Silvio Romero, Carlos de Laet, Souza Bandeira Filho e o barão Homem de Melo.

Os jornais da época, mormente aqueles que não tiveram colaboradores agraciados com convites para a comilança do barão, não perdoaram a desfaçatez: “Não nos parece que a fundação de uma sociedade de homens de letras prometa grande futuro”, escreveu a *Gazeta de Notícias*, enquanto a *Gazeta da Tarde* apelava para a ironia: “A nova Associação dos Homens de Letras é para inglês ver, ou... para argentino ver”. A torcida contra se mostrou acertada – a associação não sobreviveu à sobremesa –, mas nem por isso a ideia foi atirada à cova rasa dos insucessos.

Os Homens, insistindo...

Cinco anos depois, em 1888, um novo banquete, desta vez no hotel Glória, seria oferecido ao dr. Luís Guimarães, pioneiro do parnasianismo no Brasil, mas esse motivo era secundário, porque os jornais informaram a real motivação dos convivas: “Reunir-se-ão dentro de poucos dias para o fim de se fundar a Associação dos Homens de Letras”. Além do indefectível barão

de Paranapiacaba, desta vez o regabofe congregaria sete fundadores da futura Academia Brasileira, incluindo o homenageado da noite.

O pasquim *O Mequetrefe*, cujas matérias faziam jus a seu nome (intrometido, enxerido), arriscou seu palpite: “Consta que se trata de fundar definitivamente a Associação dos Homens de Letras do Brasil. É a quarta ou quinta vez que se aventa semelhante idéia, tendo sido até hoje infrutíferos todos os esforços empregados no sentido de sua realização. Desta vez, contudo, se espera alcançar a união de todos os nossos literatos”. Não se alcançou, mas se alcançaria, embora nove anos depois.

A Academia

Como o real dicionário se movia a passos miúdos em Portugal, mesmo patinando o Brasil ganhara um precioso tempo para se aprumar. Em 20 de julho de 1897, foi fundada a Academia Brasileira de Letras, inspirada na Académie Française tanto na missão quanto na denominação de “imortal” a seus eleitos, e também no número de quarenta membros vitalícios (sendo que, no caso da brasileira, estipulava o regimento: “25, pelo menos, residentes no Rio de Janeiro”, para que o quórum estivesse garantido).

O primeiro ato prático da Academia foi decidir que Brasil se escrevia com *s*. Já no terreno das ambições futuras, duas se destacavam: “A organização de um vocabulário dos brasileirismos introduzidos na língua portuguesa” (centenas de palavras indígenas e africanas) e “o tratamento das diferenças no modo de falar e escrever dos povos de Brasil e Portugal”. Esta segunda tinha como óbvia pedra de toque a ortografia (posto que as marcantes diferenças de pronúncia já pareciam irreconciliáveis), e alguns acadêmicos brasileiros logo se revelariam adeptos de uma profilática reforma no português escrito.

Medeiros e Albuquerque

Nesse quesito, o primeiro a se destacar seria o pernambucano Medeiros e Albuquerque, jornalista, professor, deputado, escritor e poeta. Nesta última acepção, foi o autor da letra do “Hino da Proclamação da República”, lembrada pelo impetuoso refrão “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre

nós”. Tendo estudado de 1880 a 1884 na Escola Acadêmica de Lisboa, Medeiros foi lá fisgado pelos defensores da reforma ortográfica. No retorno ao Rio de Janeiro, encontraria dois férteis campos para espalhar suas sementes – o cargo de diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal, para o qual foi nomeado em 1897, e os trabalhos da Academia Brasileira de Letras, que ajudou a fundar.

Embora proferisse palestras em clubes literários com o tema “O silêncio é de ouro”, Medeiros era tudo, menos silencioso. Ganharam espaço na imprensa seus enteveros, como deputado, com a empresa Light (responsável pelo fornecimento de energia elétrica e pelo transporte municipal por bondes elétricos), bem como sua exoneração do cargo na Instrução Pública e posterior reintegração por via judicial. Tirando partido de sua dupla visibilidade como político e educador, Medeiros se lançou em defesa do português descomplicado, cruzada que ganharia um súbito reforço mundial em 1906 com o ingresso no clube dos reformadores de idiomas de um inesperado sócio peso-pesado – os Estados Unidos.

Reforma à americana

A história dessa adesão começara em 1779, quando o norte-americano Benjamin Franklin (inventor, entre outras coisas, do para-raio e da lente bifocal) publicou uma cartilha que havia escrito treze anos antes, quando residia em Londres – *Esquema para um Novo Alfabeto e Modo Reformado de Soletração*. A ideia original de Franklin era reformar a língua inglesa de cabo a rabo, mas, evidentemente, os britânicos não viram com bons olhos a sugestão de um piaui de sua colônia na América de eliminar quatro letras do alfabeto (*c, j, y, w*) e criar várias letras novas, com formatos estranhos, que pudessem identificar diferentes sons de uma mesma letra (como o do *o* em *go* e *gone*).

Com a independência dos Estados Unidos em 1776, e a consequente onda reformadora que acompanha qualquer revolução, Franklin viu a oportunidade de criar um “idioma americano”, pelo menos na ortografia. A radicalização proposta não encontrou adeptos, mas seu contemporâneo Noah Webster, considerado o maior lexicógrafo da América do Norte, incorporaria a seu *Dicionário Americano da Língua Inglesa* algumas

significativas mudanças ortográficas, que foram de pronto adotadas nos Estados Unidos sem grandes discussões, como *center* em vez de *centre*, *color* em lugar de *colour*, e *waggon* simplificado para *wagon*.

Se em 1776 o inglês falado na Filadélfia era praticamente o mesmo falado em Londres, mais de um século depois a pronúncia norte-americana já havia se distanciado o suficiente da matriz para que novos revolucionários voltassem a considerar a hipótese de desenvolver também uma ortografia própria. Assim, em 1906, surgiu nos Estados Unidos o *Simplified Spelling Board*, Câmara de Simplificação da Soletração, com o objetivo de eliminar as inconsistências e incoerências das palavras inglesas.

Through or thru?

Por trás da iniciativa estava um dos homens mais ricos do mundo, Andrew Carnegie, o magnata do aço. Convencido de que “no futuro, o inglês poderá ser o idioma do mundo”, Carnegie forneceu os fundos para que a associação não apenas reunisse integrantes de ilibado saber, mas igualmente para que pudessem ser postas em prática duas artes em que os norte-americanos eram mestres incontestes, marketing e propaganda (o termo “marketing” havia sido cunhado em 1905).

Em março de 1906, foi publicada a primeira relação de trezentos vocábulos a serem modificados, e pelos anos seguintes a lista foi sendo vigorosamente incrementada. Verbos teriam a terminação *ed* do tempo pretérito substituída pelo *t* – como *lovt* em vez de *loved*. Letras não pronunciadas seriam eliminadas: *dout* e não *doubt*, *eg* e não *egg*. Palavras cuja origem etimológica se escafedera no tempo ganhariam versões fonéticas, como *laf* por *laugh* e *enuf* por *enough*.

A adesão à causa do próprio presidente norte-americano, Theodore “Teddy” Roosevelt, que em agosto de 1906 ordenou o uso da linguagem simplificada nas correspondências oficiais, tornou-a impossível de ser ignorada. Na Inglaterra, tamanha criatividade foi motivo tanto de ironias quanto de editoriais raivosos, mas em Paris uma alocução do representante norte-americano, ao defender a reforma no Congresso Mundial de Filologia, seria calorosamente aplaudida.

Enough or enuf?

Quando conselhos estaduais de ensino se recusaram a adotar as mudanças (que afetariam perto de 10% do vocabulário), a questão foi encaminhada ao Congresso e à Suprema Corte, e ambas as casas decidiram – embora, obviamente, não dissessem isso – que o idioma era uma fortaleza que não poderia ser detonada pelo capricho de um milionário ou por uma insensata canetada presidencial, e que a velha ordem continuaria a prevalecer até que os subsídios para substituí-la se comprovassem indiscutíveis.

Teddy Roosevelt voltou atrás, mas a discussão persistiria teimosamente até 1920. Os generosos recursos injetados por Carnegie convenceram vários jornais do país (nenhum de grande circulação) a aderir ao novo inglês, mas o mentor da mudança finalmente entregou os pontos e concordou que a abordagem inicial havia sido equivocada – em vez de tentar impor uma batelada de mudanças radicais de uma só tacada, o *board* deveria ter mudado uma dúzia de palavras, esperado pelas reações, convencido os indecisos, e ir prosseguindo paulatinamente dali em diante. Em 1907, porém, o alarido sobre a revolução ortográfica nos Estados Unidos causava rompantes de entusiasmo pelo mundo, e entre os entusiasmados se contavam vários confrades da Academia Brasileira de Letras. Volta à cena Medeiros e Albuquerque.

De volta à Lapa

O plenário da Academia, no edifício Syllogeu, sito à praia da Lapa, já houvera debatido civilizadamente o tema da mudança ortográfica em várias de suas sessões anteriores, sem ter chegado a um acordo quanto à sua viabilidade. Como a maioria não se mostrava nem inteiramente contra, nem totalmente a favor, em 2 de maio de 1907 Medeiros decidiu eliminar da equação o muro sobre o qual vários acadêmicos se empoleiravam, ao apresentar uma proposta formal para a adoção da ortografia fonética.

O escritor e advogado fluminense Salvador de Mendonça, que se assentava à cadeira 20, se definia como “intransigente defensor da etimologia”. Ao sentir que os ânimos poderiam se exaltar além da conta do chá, Mendonça se dispôs a apresentar um substitutivo mais ameno ao projeto original, para o qual obteve a colaboração do ilustríssimo baiano

Ruy Barbosa (cadeira 10, primeira fila), que beirava já os sessenta anos e se imortalizara na história do Brasil muito antes da fundação da Academia.

No dia 16 de maio, Salvador de Mendonça propôs que a Academia elaborasse um dicionário a ser utilizado em publicações oficiais. A proposta foi vivamente endossada pelo acadêmico sergipano João Ribeiro (cadeira 31, fundos), que sustentou “em minuciosa prelecção philológica”, ser inadiável a necessidade da adoção de regras que facilitassem o ensino do idioma vernáculo.

A premência

Medeiros tinha plena consciência de que o tempo requerido para a elaboração de um dicionário iria aniquilar seu projeto de uma ação zás-trás. Um exemplo prático seria dado na sessão de 31 de maio, quando o acadêmico José Veríssimo solicitou que “os nomes indígenas habitualmente escritos com *y* conservassem esse sinal”, e o tema ficou reservado, conforme a ata do dia, a um posterior “estudo ponderado”.

Se cada um dos zilhões de pontos discutíveis fosse merecer uma exposição detalhada de motivos e uma análise ponderada, o século XX terminaria antes que a Academia esgotasse as possibilidades dos vocábulos iniciados em *a*. Por isso, na sessão de 20 de junho de 1907, Medeiros propôs que um dos dois projetos, ou o dele ou o de Salvador Mendonça, fosse escolhido pelo voto direto dos acadêmicos. Para evitar rachar o grupo, decidiu-se pelo meio termo – cada regra proposta seria analisada e votada individualmente. Na sessão de 11 de julho, foi dado o primeiro passo para a reforma ortográfica, com os presentes arregaçando as mangas dos paletós (os fardões só viriam a ser adotados em 1923) para decidir o destino da letra *h*.

Tyrannos ou tiranos?

O fato de a Academia ter se formado por escolha própria, quase como uma ação entre colegas e companheiros, sem que o poder público, a imprensa e os doutores em geral fossem convidados a opinar sobre sua constituição, provocou descontentamentos naqueles que haviam sido deixados à margem

do processo. Talvez por isso, as reações foram ácidas e contundentes quando vazaram as primeiras informações sobre o rumo que a revisão ortográfica estava tomando (divulgou-se que excelente poderia ser substituído por escelente, etymologia por etimolojia, nenhuma por nenuma, e achar por axar).

Carlos de Laet, emérito professor de português do Colégio Pedro II, reagiu às notícias enviando ao presidente da Academia, o escritor Machado de Assis (cadeira 23), uma carta que começava com “Caro Maxado” e desancava “o semifonetismo do sidadão Medeiros”. Mais sisudo, mas não menos adstringente, o jornal *Correio da Manhã* opinava que “o único benefício que resultaria dessa reforma seria permitir que os imbecis escrevinhassem, a seu bel prazer, as mais descabidas asneiras”.

As regras

Mas a Academia não se assustou com essas e outras difamações, e no dia 17 de agosto de 1907 aprovou, por maioria simples, as regras que regeriam o novo vocabulário. Algumas proposições haviam sido rejeitadas nas sessões, entre elas a de que só seria mantido na grafia o *x* com som de *xis*, como em *xarope*. Assim, o *x* escapou (por 15 votos a 6) de perder o emprego em novos vocábulos como *enchame*, *ezame*, *tóracs* e *ecesso*.

Não foi aprovada também a sugestão (que se teria tornado sugestão) de substituir o *g* medial por *j* – *lejislação*, *orijem*. Ficou igualmente decidido que não se mexeria em nomes próprios existentes, nacionais ou estrangeiros – os *Chrisostomos* e *Theophilos* puderam respirar aliviados. Ao final das votações, o *placard* mostrava que o projeto fonético de Medeiros vencera por goleada.

Cazo sério

Aos olhos de hoje, a lista de mudanças não parece tão assustadora, mas à época (ou época, segundo os etymologistas) provou frêmitos de pavor:

Os ditongos *au*, *eu* e *iu* prevalecem na terminação de palavras escritas com *ao*, *eo* e *io* – *mau*, *chapeu* e *partiu*, e não mais *máo*, *chapéo* e *partío*.

Palavras que vinham sendo indistintamente escritas com *e* ou *i* iniciais devem adotar sempre o *i* – igreja, idade e igual em vez de egreja, edade e egual.

São eliminadas as letras *k*, *w* e *y* – kilo vira quilo, kermesse passa a ser quermesse e a fruta kaki se torna caquí; martírio e mistério substituem martyrio e mysterio. Por 14 votos a 7, o *y* ficou preservado nos nomes geográficos de origem indígena, como queria José Veríssimo (embora, se um índio fosse consultado a respeito, ele provavelmente perguntaria o que era um ípsilon, visto que os índios desconheciam o alfabeto).

Some o *h* no meio das palavras, exceto nos encontros *nh*, *ch* e *lh* (para horror da Igreja, seus theologos teriam que eliminar o *h* do grego *Theos*, Deus).

Palavras compostas que provenham de uma com *h* inicial mantêm o *h* – continua sendo correto escrever rehaveer, deshonra, desherdar e inharmonico (mesmo que as três últimas não soassem como eram escritas).

O *h* inicial, mesmo quando desnecessário foneticamente, é conservado segundo os usos e costumes (uma concessão da Academia, que aceitou formas consagradas como hoje e heroi, sem que houvesse uma razão fonética).

O *ch* com som de *c* mudo é eliminado – querubim, quimica, cromo e Cristo substituem cherubim, chimica, chromo e Christo.

O *ph* com som de *f* também – pharmacia e philosophia viram farmacia e filosofia (ao pé da letra, a abreviação inglesa Ph.D, de Philosophy Doctor, deveria ser FD num curso brasileiro).

O *s* com som de *z* deve ser grafado com *z* – roza, tranzição, coiza (e centenas de outras palavras em que o *s* fica entre duas vogais).

As consoantes geminadas perdem uma delas, com exceção dos *rr* e *ss* – sabado, afeição e aplauso em vez de sabbado, affeição e applauso.

Desaparecem as consoantes sem valor fonético – ativo, ginasio, ciencia, otimo e aumentar, e não mais activo, gymnasio, sciencia, optimo e augmentar.

Continuam as consoantes com valor fonético – fleugma, opção, bacteria.

Nenhuma palavra deve começar com cedilha (escrevia-se, eventualmente, çapato e çabado).

Palavras que os dicionários existentes admitem tanto com *s* ou *ç* devem ser escritas com *s* – dansar e não dançar, cansado e não cançado.

Substantivos e adjetivos que terminam com uma vogal tônica seguida por um *s* ou um *z* devem ser escritas com *z* – inglês, português, húngaro, az.

Porém, permanece o *s* final nos tempos verbais (amarás), nos pronomes (nós, vós) e nos advérbios (mas).

Palavras terminadas em *ão* ou *ã* tônicos continuam assim (senão, manhã), mas as não tônicas mudam a terminação para *m* – orfam e não orfão, orgam e não orgão.

Elimina-se o apóstrofo – também chamado sinalefa – nas contrações n’esta, d’esta, d’aquela.

Assina o comunicado “Machado de Assis, presidente” (com *z*). O jornal *Correio da Manhã* fez uma única observação final: “Nisto tudo há muita baboseira” (com *s*).

Em compensação

A visão pessoal de um acadêmico que participou dos debates foi dada pelo escritor fluminense Euclides da Cunha (que nunca mais na vida escaparia de ter, grudada a seu nome, a menção “autor de *Os Sertões*”). Euclides, cadeira 7, enviou uma carta a Domício da Gama, cadeira 33, que estava em missão diplomática no Peru e perdera as reuniões da Academia (mas teve as faltas abonadas), relatando suas impressões:

“Realmente, depois de tantos anos de alarmante silêncio, a Academia fez uma coisa assombrosa: trabalhou! Trabalhou deveras durante umas três dúzias de quintas-feiras agitadas, e ao cabo expeliu a sua obra estranhamente mutilada, e penso que abortícia. Há ali coisas inviáveis; a exclusão sistemática do *y*, tão expressivo na sua forma de âncora, a ligar-nos com a civilização antiga. E a eliminação do *k*, do hierático *k* (kapa, como dizemos cabalisticamente na álgebra)... como poderei eu, rude engenheiro, entender o kilometro sem o *k*, o empertigado *k*, com as suas duas pernas de infatigável caminhante, a dominar distâncias?”.

Euclides, entretanto, encerraria a carta concordando que os trabalhos haviam colocado a Academia em um patamar estratosféricamente acima dos “clubes literários” que grassavam pelas cidades brasileiras: “Mas a

discussão foi vantajosa. A importância da Academia cresceu”. Tanto cresceu que intelectuais da Pauliceia se apressaram em fundar sua Academia Paulista de Letras, tomando emprestado, data vênica, o nome da entidade magna do Rio de Janeiro.

A repercussão

Nas três sessões seguintes da Academia seriam providenciadas algumas correções e adições, mas assim que as primeiras decisões foram levadas ao conhecimento público através dos jornais, boa parte da população do Rio de Janeiro se mostrou sumamente preocupada. Não com a ortografia, que a bem poucos afetava, mas com uma feroz campanha de repressão que a polícia movia ao jogo do bicho. No tocante ao modo de escrever, o jornal *O Paiz*, que se autointitulava “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”, deu a notícia quatro dias depois, profetizando que “continuará a maioria a escrever como lhe ensinaram as grammaticas sensatas” e atribuindo a reforma a “um capricho” que teria vida curta.

Apesar de alguns livros terem sido publicados com a ortografia simplificada (o primeiro deles, *O Ensino Público*, do médico Francisco Pinheiro Guimarães, professor do colégio Pedro II), a novidade não teria aceitação instantânea. Tanto que, longos vinte anos depois, em 1927, os principais jornais do Rio de Janeiro (*O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Imparcial*, *A Noite*) continuavam escrevendo telegrapho, secco, beleza, comissão e official. Em São Paulo, a nova ortografia havia sido brevemente adotada nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, mas os editores retornaram à forma antiga quando os leitores começaram a se queixar.

Quem é que manda?

Nem tudo o que é novo é melhor, filosofavam os mais calejados, mas o ponto nevrálgico da questão ortográfica era de fácil entendimento: não existia uma ortografia oficial no Brasil. A Constituição não determinava como os cidadãos deveriam escrever e as regras gramaticais em vigor eram inerciais – haviam sido trazidas de Portugal e adotadas desde sempre pelas

escolas públicas. Quando literatos brasileiros começaram a discutir mudanças, esbarraram de chofre no entrave da legalidade: nem a Academia, nem qualquer órgão ou associação, detinha o poder de arbitrar questões ortográficas.

E deu no que tinha que dar. Por um período de tempo, nada menos que quatro possíveis ortografias se encontravam simultaneamente e extraoficialmente à disposição dos interessados. A etymologica, que defendia a tese de que “continuará sendo o que foi” e, portanto, se devia grafar ontem e hoje. A fonética-filosófica, advogando que “é o que deve ser” e mandava escrever ontem e hoje. A positivista, com o lema “é o que é”, ou seja, escreva-se ontem e oje. E a da Academia, um híbrido que reconhecia a ineficácia do *h* em inúmeras palavras, mas decidira preservá-lo.

Manda quem pode

O Brasil era um país tão grande que nem se sabia ao certo onde terminavam suas fronteiras, mas a Academia sabia que a reforma, para se tornar efetiva, somente precisaria ser acatada no Distrito Federal. Com o tempo, como sempre acontecera, o resto da nação acompanharia a maré. E nem seria preciso introduzir a reforma em todo o ensino primário. Bastaria que os exames para admissão de novos professores a exigissem, e a partir daí a obrigatoriedade se espalharia de cima para baixo.

O jeito, então, era buscar apoio oficial e o incansável Medeiros se ocupou do assunto ao propor, em setembro de 1907, que o Conselho Superior de Instrução Pública adotasse, nas provas de seleção do Gymnasio Nacional do Distrito Federal, tão-somente a ortografia gerada pela Academia. A bravata estouraria onde menos se esperava, no seio da própria Academia. Alcindo Guanabara, que ocupava a cadeira 19 às quintas-feiras, mas batia o ponto diariamente na chefia de redação do jornal *O Paiz*, classificou a ação de Medeiros como “um atentado”, e a própria reforma como “até aqui, uma farsa inofensiva, que a nada e a ninguém obrigava, fruto da fantasia natural de Medeiros”.

Depois de revelar que “mesmo alguns que a votaram não a usam”, Guanabara enfatizou que “ninguém, neste vasto país, se decidiu a

abandonar a ortografia usual” e condenou a via do “constrangimento da autoridade” para tentar forçar a questão. Mas Medeiros era persistente e conseguiu que o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Tavares de Lyra, recomendasse ao Gymnasio Nacional “a tolerância às novas regras, sem que isso influa no julgamento dos examinados”. Se não era um decreto, pelo menos já dava à reforma da Academia um peso equivalente ao da ortografia utilizada havia séculos.

Voando mais alto

Em março de 1908, o *Jornal do Brasil* reclamava do descaso oficial para com a maneira de se escrever: “Nas cédulas e moedas e circulação, Brasil aparece escrito com *s* e com *z*”. O mesmo ocorria com dois selos colados no mesmo envelope de carta. A situação, no entanto, não incomodava aos cultores da ortografia etimológica. Como jornais e escolas não haviam aderido à reforma, bastaria dar tempo ao tempo para que a moda passasse.

Mas a Academia tinha outros planos, e saiu em busca do único aliado que poderia fazer toda a diferença – Portugal. Assim, os acadêmicos brasileiros foram bater aos pórticos dos patrícios de Lisboa para propor o início de uma salutar discussão ortográfica (naquele momento, o anteriormente mencionado dicionário de Latino Coelho já teria atingido as cercanias da letra *m*, se o ilustre homem de letras não houvesse falecido em 1891).

Ora, pois...

Mas esses brasileiros não se enxergam, ó pá, talvez possam ter pensado os portugueses – fundadores, proprietários e guardiões do idioma. Nada muito diferente do que os dirigentes da Liga das Escolas de Samba pensariam se hoje uma comissão de colombianos propusesse uma reunião para discutir a unificação das regras dos Carnavais do Rio e de Bogotá. Mas, certamente, em 1907 a tradicional cordialidade lusitana se traduziu em palavras de boas-vindas e em gentis convites para o estreitamento dos laços acadêmicos.

Apesar dos rapapés, nada de prático aconteceu durante os dois anos seguintes, nem lá, nem cá. Até que, não mais que de repente, em 5 de

outubro de 1910, Portugal agradeceu os longos serviços prestados pela real Casa de Bragança, enviou ao exílio sua majestade fidelíssima, o rei Dom Manuel II, e declarou proclamada a República.

Sempre que um país sai de um extenso período político (no caso de Portugal, foram 771 anos de monarquia e 34 monarcas), os novos governantes são acometidos por um furor reformista. O exemplo mais marcante havia sido dado pela França depois da revolução de 1789, e mostrara que os resultados podiam ser tanto sucessos duradouros quanto miseráveis fracassos. No primeiro caso, os franceses presentearam ao mundo o sistema métrico decimal; no segundo, tentaram impingir a semana com dez dias, o dia com dez horas, e a hora de cem minutos. A excrescência perdurou por doze anos e foi extinta por Napoleão porque o povo (ora, o povo), fez de conta que não era com ele e continuou a se guiar pelo calendário e horário antigos.

Filólogos à obra

Portugal seguiu a mesma linha de reformas urgentes para sacudir a poeira do tempo (felizmente, ao contrário da França, sem apresentar qualquer pescoço ilustre à lâmina da guilhotina). Uma torrente de novos decretos inundou o país e panapanás de comissões especiais foram criadas para analisar tudo o que precisava ou poderia ser mudado. Uma delas seria constituída em fevereiro de 1911: “O ministro do Interior de Portugal, António José de Almeida, nomeou uma comissão de filólogos para estudar a reforma da ortografia portuguesa”. Todo mundo deve saber, mas filólogo é amante das letras, a partir de duas palavras gregas.

Nos meses seguintes, os amantíssimos portugueses que integravam a comissão (capitaneada pelo mui respeitado Gonçalves Viana, com a assessoria de sumidades como Cândido de Figueiredo e Carolina Michaelis) deixaram entrever que a Academia Brasileira seria devidamente ouvida, posto que só haveria vantagens em uma unificação ortográfica entre os dois países.

Os portugueses, no entanto, não concordavam com o argumento brasileiro de que o peso populacional do Brasil (que se aproximava dos 20 milhões de habitantes, quatro vezes mais que Portugal), era uma vantagem

para a banda de cá. Afinal, os Estados Unidos eram maiores que a Inglaterra, e os países de língua espanhola eram conjuntamente mais populosos que a Espanha, mas isso não tirara de ingleses e espanhóis uma vírgula sequer do domínio sobre os idiomas que haviam exportado para outras terras. Passando do discurso à ação, a comissão portuguesa decidiu que os palpites brasileiros seriam dispensáveis.

Carolina e Luluzinha

Vale registrar que a filóloga Carolina Michaelis, que contava sessenta anos em 1911, foi a primeira mulher a ser aceita no Clube do Bolinha (lema: menina não entra) dos literatos da língua portuguesa. Nascida na Alemanha e portuguesa a partir de seu casamento em 1876, seu sobrenome está no *Dicionário Michaelis*, iniciativa de sua irmã mais velha, Henriette. No Brasil, o reconhecimento ao pendão feminino demoraria um pouquinho mais – somente 66 anos depois, em 1977, a primeira mulher seria aceita na Academia – a cearense Rachel de Queiroz.

Vale também o registro, de somenos importância, tanto que vai grafado em fonte menor, de que o Bolinha do Clube surgiu em 1935, nos Estados Unidos, na tira de quadrinhos *Little Lulu* (*Luluzinha* no Brasil, lançada em 1952). Na versão original norte-americana, Bolinha era Tubby.

Antão...

Em 12 de setembro de 1911, o Ministério do Interior de Portugal oficializou a nova ortografia, que não diferia substancialmente da proposta feita pela Academia Brasileira (na verdade, pareceu ter sido calcada nela). Ou vice-versa, embora a brasileira tenha sido a primeira a ser divulgada. Porém, muito antes que, no Brasil, Medeiros começasse a agitar os coretos literários, Gonçalves Viana já defendia em Portugal uma ampla revisão ortográfica.

Em 1880, três anos antes daquele primeiro banquete dos Homens de Letras no Rio de Janeiro, Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu, professores do curso superior de letras em Lisboa, já distribuíam um folheto chamado “Bases da Ortografia Portuguesa”. O panfleto daria origem ao

livro do mesmo nome, publicado em 1885, e nove anos depois, em 1904, Gonçalves Viana expandiria seus conceitos na obra *Ortografia Nacional*, que antecipava em boa parte a simplificação que seria adotada pela Academia de Sciencias (e fazia oito menções à necessidade de atender à prosódia brasileira, mostrando que os preceitos de Gonçalves Viana não tendiam à xenofobia). Em linhas gerais, a reforma portuguesa era mais ampla, porque incluía um capítulo sobre acentuação que não constava na brasileira.

Descortesia

Independentemente da precedência do ovo ou da galinha, a Academia Brasileira acusou o golpe. Seu secretário-geral, João de Sousa Bandeira, em correspondência posterior, não esconderia sua decepção:

“Pesa-nos dizer que as aberturas feitas por acadêmicos brasileiros e portugueses (para a participação dos brasileiros na comissão portuguesa) não mereceram a demonstração de boa cortesia. Limitaram-se, quer a Academia de Lisboa, quer a comissão oficial, a nos comunicar que estavam prontos a se entender conosco, mas somente depois de terem votado as suas decisões, firmado as suas reformas e estatuído as suas regras”.

O dia seguinte

Na primeira manhã depois da publicação da nova ortografia – cujo conteúdo não houvera sido previamente informado à imprensa – os jornais portugueses se limitaram a informar o que mudaria, sem fazer qualquer julgamento. Assim como na reforma proposta pela Academia Brasileira, seriam desterradas as letras *k*, *w* e *y*, as consoantes dobradas sem contrapartida fonética (*anno*, *aquelle*), o *h* inicial não amparado pela etimologia (*hontem*), e todos os *h* depois das consoantes (*pharol*, *orthographia*), exceto nas combinações *ch*, *nh* e *lh*. Até aí, nada diferente dos cortes cirúrgicos operados pela Academia Brasileira.

Mas discrepâncias havia, poucas em número, mas surpreendentes na forma. A saber:

Adotava-se o acento grave – onde futuramente se usaria o trema – para marcar a pronúncia de uma vogal (como o *u* em *exequível*).

Substituíam-se *qu* por *c* em algumas palavras (como *catorze* por *quatorze*).

Acrescentava-se uma leva de acentos que levavam em conta a pronúncia portuguesa (como em *polémica*), sem contar que todos os *Antonios* se tornariam *Antónios*.

Como na gramática espanhola, pontos de exclamação e interrogação marcariam também o início das frases (?*Quem foi?*), mas essa modificação, muito criticada quando anunciada, seria posteriormente descartada.

A ressaca

O Ministério do Interior de Portugal concedeu uma tolerância máxima de três anos para a conservação das grafias existentes (os órgãos oficiais adotariam a nova ortografia de imediato), mas os conservadores só precisaram de um dia para demonstrar seu total desagrado. O jornal *A Capital*, de Lisboa, deixou cristalina a sua opinião já no título da matéria – “A reforma ortográfica é uma porcaria filológica” – para em seguida advertir sobre os riscos: “Perde-se a noção da índole de nossa língua e a possibilidade para o futuro de a reconstituirmos”. E, para os maus entendedores, para os quais uma palavra não bastava, o jornal usou duas, classificando a reforma como “difteria filológica”.

No dia seguinte, os ataques continuaram, com outro título criativo, “O Escalpelamento da Grafia”, em um artigo de Alexandre Fontes, que lançara no ano anterior seu livro *A Questão Ortographica*. No artigo, Alexandre disparou contra “a chuva de acentos onde eles sempre foram dispensados”, chamou a reforma de despótica e ditatorial, afirmou que “a mudança já é repudiada pela enorme maioria da intelectualidade portuguesa”, e mencionou o que se passava em terras brasileiras, numa referência não muito lisonjeira:

“Onde já se viu semelhante trapalhada? Duas maneiras de escrever, distintíssimas uma da outra? E repare-se que igual loucura está já se dando também no Brasil. Também por lá houve um estrago profundo. Mas lá não se admira tanto, porque já foneticamente, por efeito do cruzamento com cerca de 2 milhões de negros, o português

se modificara bastante. Mas aqui! E note-se que os sábios de cá não concordaram sempre com o que os *di lá* haviam resolvido”.

E agora?

Ao tomar conhecimento da reforma sacramentada em Portugal, a Academia Brasileira ficou com duas opções – ou adotá-la sem contestações, ou ignorá-la e manter a reforma brasileira de 1907. Optaram os acadêmicos pela segunda. Nas palavras do magoado secretário João de Sousa Bandeira, “não fica bem aceitar uma reforma que tão imediata e diretamente nos interessa, e para o qual não quisera nos ouvir”.

Assim, a partir do final de 1911, a maior parte do Brasil pensante continuou fiel à velha ortografia, uma parcela menor seguiu os ditames da reforma da Academia, os positivistas empregaram a sua própria versão, e algumas unidades federativas (a começar por São Paulo, a partir de uma petição de professores da rede pública do Estado) se mostraram inclinadas a introduzir por conta própria a ortografia aprovada em Portugal. E por algum tempo tudo permaneceria apenas, em bom latim, na base do velho *ad quam spectat relinquit* – deixa como está para ver como é que fica.

O *Titanic*

Poucos meses depois, na noite de 14 de abril de 1912, o grande navio *Titanic* abalroou um iceberg e, depois de agonizar por 160 minutos, submergiu nas águas geladas do Atlântico Norte. Peceram 1.517 dos 2.240 passageiros, e as primeiras notícias da tragédia ainda não refletiam a extensão do drama:

“Navio que se afunda. O vapor *Titanic* communicou, por meio da telegraphia sem fios, hontem ás dez horas e 25 minutos da noite, ter batido contra um banco de gelo. Meia hora depois telegraphou novamente dizendo estar-se afundando e que as mulheres que se encontravam a bordo estavam sendo salvas em barcos”.

A Capital, Lisboa, 15 de abril de 1912.

“Os jornaes publicam telegrammas de Nova York dizendo que um radiogramma recebido naquella cidade annuncia que todos os

passageiros do *Titanic* estão salvos”.

O Paiz, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1912.

À parte o fato de que não se deve confiar em tudo o que a imprensa publica, os dois prestigiosos jornais ignoravam os recentes ditames ortográficos e continuavam a grafar suas palavras como sempre haviam feito.

A voz do povo

Inicialmente, o destino da reforma portuguesa parecia ser o mesmo da hora de cem minutos francesa: o povo fez de conta que ela não existia. Em 1º de setembro de 1911, antes da implantação da reforma, o jornal *A Capital* escrevia Allemanha, teatro, assumpto, chimico, orthopedia, animaes, phosphoro e hygiene. Exatos cinco anos depois (três concedidos para que a velha ortografia fosse extirpada da imprensa e mais dois de lambuja), o mesmo jornal escrevia photographia, colectivo, anno, official, attrahir, officiaes, hontem e physica, tudo ao revés do que deveria ser escrito.

Porém, embora passasse alguns anos em ponto morto, a reforma portuguesa acabaria pegando a partir da década de 1920, enquanto no Brasil o caos ortográfico iria persistir por mais dezenove anos. Em Portugal, porém, a década de 1910 não daria margem a muitas discussões acadêmicas, porque havia algo muito mais sério acontecendo.

A guerra

Em 28 de junho de 1914, em Sarajevo, o herdeiro do trono do império austro-húngaro, o arquiduque Franz Ferdinand, foi assassinado juntamente com sua esposa, a princesa alemã Sophie, por um nacionalista sérvio, Gavrilo Princip. Embora o assassino fosse nascido na Bósnia, então sob controle do império, o imperador declarou guerra ao reino da Sérvia, e rapidamente os múltiplos tratados em vigência entre países europeus foram invocados, dividindo os beligerantes em dois grupos. De um lado, ficaram França, Inglaterra e Rússia. Do outro, o império austro-húngaro e a Alemanha. Logo, outras nações aderiram: Itália, Japão e Estados Unidos

apoiando o lado franco-anglo-russo, e o império otomano e a Bulgária se colocando do lado oposto.

Nove milhões de pessoas perderiam as vidas no combate, cujo fogo só cessaria quatro anos depois, em 11 de novembro de 1918, embora vários acordos de divisões territoriais e de pagamentos de indenizações continuassem a ser assinados até agosto de 1920. Portugal, respeitando sua secular aliança com a Inglaterra, enviara tropas para enfrentar os alemães, mas teve que manter parte considerável do efetivo militar em casa, para continuar coibindo as diversas tentativas de golpes civis que vinham ocorrendo. A diferença numérica, somada a uma série de epidemias que grassaram entre os soldados, fez com que os portugueses fossem derrotados em todos os combates de que participaram. No fim, Portugal ficaria no prejuízo, tanto de vidas quanto de finanças, posto que não entraria na lista dos países que receberam compensações monetárias. Definitivamente, aquele não era um bom momento para se discutir se as notícias da guerra deveriam ser grafadas na nova ou na antiga ortografia.

A sorte grande

No Brasil, ao contrário, aqueles foram anos reluzentes para a Academia, que se vitaminou em todos os sentidos. No financeiro, recebeu em 1917 uma fortuna de 5 mil contos de réis, legada em testamento por Francisco Alves de Oliveira, proprietário da Livraria Francisco Alves Editora, que falecera aos 69 anos sem deixar filhos nem herdeiros (mas deixara sobrinhos que não se conformaram com o esquecimento do tio, e inacreditáveis 83 anos depois, em 2010, a cessão de um imóvel continuava sendo contestada na Justiça).

No plano imobiliário, a Academia foi agraciada em fevereiro de 1923 com outro regalo – a doação, através do embaixador francês Alexandre Conty, do prédio Petit Trianon, uma réplica do palacete anexo ao palácio de Versalhes, em Paris, que o governo francês mandara construir no Rio de Janeiro quando da Exposição Internacional comemorativa ao centenário da Independência do Brasil. Como o pequeno Trianon havia sido erguido em um terreno de propriedade do governo, a Academia ficou com o direito perpétuo de uso, mas não com a posse da propriedade. E, finalmente, mas

não menos relevante, no terreno político a Academia havia incorporado em seu seio diversas figuras de alta relevância, incluindo dois ministros de Estado.

Roupa nova

De casa nova, e com sua situação econômica resolvida, a Academia pôde vestir apropriadamente seus imortais com a aquisição dos famosos fardões. Além disso, começou a pagar aos acadêmicos o jeton (que a Academia Francesa pagava a seus *immortels* desde o século XVII) de 100 mil réis por sessão (10 dólares, ao câmbio de 1923). “Quanto era isso?”, alguém indagaria. Aplicando-se à cifra a inflação do dólar, o valor equivalia a 470 dólares em 2010 (correspondentes a 820 reais, ao câmbio médio do ano). Como o jeton pago em 2010 era de mil reais por sessão, os acadêmicos teriam tido o direito de protestar – o aumento real em 87 anos havia sido inferior ao de qualquer categoria profissional do país.

Recomeço

Já no tocante à reforma ortográfica, a década de 1910 foi marcada por marchas e contramarchas. Em junho de 1913, a Academia decidira aceitar, como demonstração de boa vontade, os termos da reforma que Portugal promovera em 1911. Supunha-se que esse gesto permitiria a adoção da ortografia simplificada nas escolas públicas brasileiras, mas isso não aconteceu. Em novembro de 1919, por iniciativa de Osório Duque Estrada (o autor da letra do “Hino Nacional”), os acadêmicos optaram por voltar atrás. Por 17 votos a 7, o acordo com Portugal foi revogado e a Academia voltou a adotar sua fórmula de 1907, ao mesmo tempo em que passava a tolerar sua convivência com a antiga ortografia, que nunca deixara de ser a mais usada no Brasil. Essa tolerância, porém, não implicava desistência.

Em 1924, as academias portuguesa e brasileira já haviam superado seus melindres e voltado a trocar figurinhas, visando solucionar a espinhosa questão ortográfica que só não caíra ainda de madura porque seu pedúnculo era muito mais resistente do que a oposição imaginara. Se em Portugal a nova ortografia ia se assentando sem alvoroços, no Brasil a situação só

mudaria de feição a partir de 1930, quando uma ditadura civil assumiria o poder. Com a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas à condição de caudilho-mor da nação, a ortografia e a academia iriam viver uma década e meia de fortíssimas emoções.

Novas temptativas

Em 1929, a Academia tinha como presidente o médico obstetra Fernando Magalhães, que havia sido eleito em setembro de 1926. Defensor ardoroso da reforma ortográfica, Magalhães conduziria durante seu mandato uma nova tertúlia em defesa das regras aprovadas em 1907 pela Academia. A começar pela publicação de um dicionário, comissionado em abril de 1926, que seria organizado pelo imortal sergipano Laudelino Freire (cadeira 10, desde 1923).

Porém, tal qual ocorrera em Portugal com Latino Coelho vinte anos antes, logo se veria que compor um dicionário completo era uma trabalhadeira impossível de ser levada a cabo em tempo exíguo. A solução encontrada por Laudelino foi trabalhar em um formulário ortográfico, que ditava as regras por atacado (e que ele completaria no final de 1930), enquanto o varejo – dicionarizar cada palavra – seria resolvido em pílulas. O primeiro verbete da letra *a* foi apresentado à imprensa em 1929, e pelos anos seguintes Laudelino submeteria à aprovação da Academia os vocábulos que gerassem dúvidas.

Um exemplo foi o do plural da palavra memorandum, votado em sessão de abril de 1932. Depois de explicar que os principais dicionários da língua portuguesa então em uso não registravam a forma aportuguesada memorando, Laudelino propõe manter a forma latina e “seguir a regra da derivação já existente da palavra album”. Assim como o plural de álbum era álbuns, o de memorandum seria memorandumuns. A proposta recebeu aprovação unânime dos acadêmicos.

O resultado final da obra de Laudelino Freire, em cinco volumes, somente viria a público em novembro de 1939 (dois anos depois da morte do autor) – com o nome de *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* – e continua à venda nos dias atuais, depois de sucessivas reimpressões, adições e alterações.

Vai desistir ou vai continuar?

Em novembro de 1929, a Comissão de Gramática da Academia se reuniu para discutir se manteria a decisão tomada em 1919, de aceitar que a velha ortografia tinha bem mais adeptos no Brasil do que a reformada, ou se voltava a pelejar pela mudança. Dois grupos antagônicos expuseram seus pontos de vista. O projeto da grafia de base fonética, já com 22 anos de vida atribulada, foi defendido pelos acadêmicos João Ribeiro e Humberto de Campos. No campo oposto, os imortais Aloysio de Castro e Ramiz Galvão propunham a manutenção do método usual (mais etimológico que fônico) adotado pela imprensa em geral.

Prevaleceu, mais uma vez, a versão da mudança radical, acrescida de três novidades:

Reabilitava-se a letra *k* em kilo e kilometro.

Desaparecia o *h* do verbo haver na forma mesoclítica (então chamada forma reflexiva do futuro) – dar-se-á (com acento) em vez de dar-se-ha (sem acento).

Substituíam-se o *j* pelo *g* no meio das palavras, antes de *e* e *i* – ajir e legislação e não mais agir e legislação, e majestade em vez de magestade.

Na imprensa em geral, as reações foram de pouca monta, e nem um pouco diferentes daquilo que o público já estava acostumado a ler. Escreveu o *Correio Paulistano*: “A Academia acaba de votar a reforma da nossa ortografia, voltando com leves modificações ao estabelecido em 1907”. No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* comentava e indagava: “A reforma ortográfica continua a preocupar os lexicógrafos nacionais. Mas como ensinar a escrever aos iletrados, se nem os letrados chegam a um acordo sobre o assunto?”.

A ABI entra na roda

Ainda em novembro de 1929, às vésperas de um novo pleito para a presidência da Academia, marcado para dali a um mês, Fernando Magalhães saiu a campo e conseguiu o simbólico apoio da Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, que era quase tão antiga quanto o assunto em discussão – havia sido fundada em 1908.

Para evitar celeumas internas, a ABI sempre concordara que os diretores de redação deveriam decidir a ortografia a ser adotada em seus jornais, mas em 27 de dezembro de 1929 resolveu tomar partido, através de um comunicado expedido por seu secretário-geral, Arthur de Guaraná (sim, era esse o seu nome), a todos os três mil periódicos em circulação no país – jornais, revistas e boletins de clubes literários e associações:

“A ABI faz um apelo à imprensa de todo o país no sentido de ser imediatamente adotado, na grafia dos jornais e revistas, o sistema de simplificação ortográfica aprovada pela Academia Brasileira e já em vias de ser tornado oficial, já que, segundo é corrente, tem o apoio decidido do eminente chefe da nação”.

Nem tão decidido

O eminente mencionado, o presidente Washington Luís, estava no cargo desde 15 de novembro de 1926. Sua excelência nunca houvera publicamente professado sua fé na reforma ortográfica e seus interesses tinham contornos mais concretos (“Governar é abrir estradas” era uma de suas frases favoritas), mas também nunca afirmara que era contra, mesmo que o *w* de seu nome fosse proscrito do abecedário pátrio.

Em junho de 1930, Washington Luís afirmaria que o primeiro Campeonato Mundial de Futebol da FIFA, a ser disputado no Uruguai, “não era assunto de interesse do governo” (foi o único presidente da história a não entender que era), e acabaria por adotar a mesma atitude de distanciamento em relação à reforma ortográfica. Apesar de seu propalado “apoio decidido”, e do apelo da ABI, os principais jornais e revistas continuaram pelos meses seguintes a cometer impunemente seus *ph* e *th*.

Imortal resistência

A obstinada cruzada ortográfica da Academia se equilibrava sobre o tênue fio que separa a persistência da teimosia, mesmo que seus imortais já nem fossem mais os que haviam levantado a causa – dos quarenta membros fundadores da Academia, 29 já tinham encerrado seu ciclo biológico nesta Terra ao início de 1930. Entre os onze sobreviventes, estava o imortal

Medeiros e Albuquerque, fisicamente enfraquecido, mas ainda pelejando com sua pena pela adoção do sistema simplificado de escrita. Medeiros, entretanto, teria uma pequena decepção ao crepúsculo do ano de 1929.

Sob nova direcção

Em 19 de dezembro, o também médico Aloysio de Castro foi eleito para substituir Fernando Magalhães na presidência da Academia. Cognominado cientista-poeta, o dr. Aloysio havia sido diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e era o atual presidente do Conselho Nacional de Ensino, que tinha sob sua tutela diretores e professores de milhares de escolas primárias e secundárias espalhadas pelo país. Com seu pendor para a oratória e o inegável peso de seu cargo, o dr. Aloysio poderia ser determinante para uma guinada no jogo ortográfico. Só havia um problema. Um mês antes, na votação da Comissão de Gramática, ele não se colocara ao lado dos reformistas.

O dr. Aloysio tomou posse no dia 26 de dezembro de 1929. Alguns intelectuais não eram fãs de sua verve poética, como o escritor modernista e futuro imortal Cassiano Ricardo, que escreveu: “Há muito mais beleza nas cifras do Instituto do Café do que em todos os sonetos do sr. Aloysio de Castro”. Mas o alagoano Amphilophio Mello, que em seus poemas usava o pseudônimo Jayme de Altavila, não escondeu sua euforia:

“Caminhamos para uma finalidade artística e literária que há de sagrar a nossa terra como uma das maiores do mundo em tudo que disser respeito aos problemas da palavra escrita e falada. Agora mesmo está em jogo a reforma ortográfica, questão máxima para os interesses de uma nação que ainda não tem língua definida. Será um dos passos mais interessantes na jornada que (Aloysio de Castro) irá encetar, cercado da confiança a que tem direito”.

As pompas e as circunstâncias

Provavelmente, algumas línguas maledicentes devem ter cochichado que Amphilophio Mello talvez estivesse agindo em defesa de seus dois *ph*, de seu *l* dobrado e do *y* de seu pseudônimo, três corpúsculos que a Academia

vinha havia horas tentando inumar (o verbo inumar tem hoje visibilidade quase nula quando comparado a seu antônimo exumar, desenterrar, mas em 1930 acontecia o oposto – as seções necrológicas dos jornais informavam: “Os restos mortaes do distinto finado serão inhumados hoje”). Mas, voltando ao dr. Aloysio, ele teria dez meses de intensa visibilidade pública logo depois de ser eleito.

Além de cumprir sua agenda de compromissos como oráculo do Conselho Nacional de Ensino, o dr. Aloysio não se descuidava de suas atribuições médicas, e também não se furtava a aceitar amáveis convites para declamar suas poesias em clubes literários. Ou a comparecer a recitais de piano e coro nos quais suas músicas eram apresentadas (sim, o eclético dr. Aloysio era também compositor, sendo *Chants d’amour et de tristesse* uma de suas partituras mais apreciadas). Ou a continuar escrevendo seus discursos, que foram reunidos em seu livro mais recente, *Palavras de um dia e outro*. E tudo isso sem contar ocasionais aparições diletantes, como a de jurado no concurso que elegeu a Miss Rio de Janeiro para o concurso Miss Universo, que o jornal *A Noite* promoveu em 1930.

Como resultado de tantas atribulações do presidente da Academia, a discussão sobre a reforma ortográfica (“questão máxima para os interesses da nação”, na definição de Jayme de Altavila) ficaria confinada a pequenas notas nas páginas internas dos jornais. Até outubro.

A revolução

No dia 24 de outubro de 1930 (exatamente um ano depois da quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, que mergulhara o mundo inteiro numa longa e pesada recessão econômica), uma coligação militar de três estados, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, tomou o poder pelas armas, depôs o presidente Washington Luís e encerrou o ciclo da República Velha (embora, até aquele dia, ninguém suspeitasse que ela fosse velha, posto que a democracia brasileira mal completara quatro décadas de existência). Imediatamente, o gaúcho Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais sete meses antes, foi instalado na chefia do governo provisório. Que, como logo se veria, não tinha intenções de ser nem efêmero, nem passageiro – a ditadura civil perduraria por quinze anos.

O paulista Júlio Prestes, apoiado por Washington Luís, havia vencido as eleições para a presidência da República, mas a eclosão da Revolução de Outubro impediria sua posse. No início de 1930, uma Associação de Intelectuais Brasileiros houvera sido constituída com o propósito de apoiar a candidatura de Júlio Prestes, sendo subscrita por mais de uma centena de nomes ilustres das letras e das artes. O primeiro deles, abrindo a longa lista, era o do dr. Aloysio, presidente da Academia.

As mudanças

Nem bem os revolucionários haviam removido a foto de Washington Luís da parede do palácio do Catete, o dr. Aloysio solicitou sua exoneração do Conselho Nacional de Educação (e a solicitaria mais quatro vezes nos dois meses seguintes). Sem ser atendido, permaneceria no governo até 1932, mas não mais na presidência da Academia. Em dezembro de 1930, Fernando Magalhães seria reconduzido ao cargo, o que significava que a batalha pela reforma ortográfica voltaria às manchetes.

Enquanto isso, na Lusitânia...

Os ditames ortográficos de 1911 já viçavam vigorosos em Portugal. Mesmo o jornal *A Capital*, que detonara a reforma quando de sua implantação, em 1926 já deixara de grafar *accordo*, *official* e *sello*. Permaneciam em suas páginas, entretanto, vários vocábulos que eram corretos segundo a norma adotada em Portugal, mas não consoantes com a cartilha da Academia Brasileira – *facto*, *anaes*, *directo*, *quási*, *jâmais* e *certâme*.

Em 3 de janeiro de 1931, o formulário ortográfico elaborado por Laudelino Freire foi aprovado. Agora, cada academia tinha seu modelo léxico, sendo que o de Portugal era oficial, e o do Brasil ainda uma proposta à espera de oficialização. As diferenças entre ambos não eram muitas, nem eram irreconciliáveis, mas nenhum dos dois países iria dar o braço a torcer sem uma boa discussão. O caso mais grave envolvia centenas de palavras que levavam acento agudo em Portugal, como *orgânico*, *grémio*, *nómade* e *triénio*.

A conciliação

Em busca do entendimento que unificaria definitivamente as duas ortografias, em março de 1931 foi enviada à Academia de Lisboa uma súmula conciliatória – o Brasil adotaria a reforma portuguesa de 1911, desde que a Academia de Lisboa concordasse com meia dúzia de alterações simples sugeridas pela Academia Brasileira. O avanço teria uma acolhida mais calorosa que os anteriores. Não só pelos acadêmicos lisboetas, mas também, desta vez, pelo governo de Portugal.

O acordo seria assinado em 30 de abril de 1931 e a Academia de Lisboa, sem estipular uma data para incorporar à sua ortografia as alterações sugeridas pelo Brasil (o que só viria a fazer em 1940), considerou o compromisso como sacramentado. Dois meses depois, em 27 de maio, o governo de Portugal deu seu aval à empreitada, levando alguns atentos e vigilantes jornais brasileiros (principalmente o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro), que continuavam firmemente ancorados na ortografia antiga, a trombetear que tal simpatia até podia ter um nobre motivo literário, mas havia outro ainda mais substancial, o comercial.

A ditadura de lá

A arenga do *Correio da Manhã*, se verdadeira não fosse, verossímil parecia. Em 28 de maio de 1928, um golpe havia encerrado o curto período republicano de Portugal (apenas 21 anos) e alçado ao comando do país uma ditadura militar. Com desdobramentos e mudanças de nome, ela se manteria no poder até 1974, quando o regime democrático seria restabelecido com a Revolução dos Cravos. Como em 1930 o Brasil também tinha seu ditador, a situação parecia propícia a uma mudança que fosse imposta, e não mais negociada.

Ditaduras se entendem, porque falam a mesma língua. A dúvida era se essa língua poderia também ser escrita de maneira idêntica. Os ditadores d'além-mar se convenceram de que valeria a pena discutir o assunto depois de ouvirem os queixumes do setor editorial – devido à incongruência das duas grafias, havia vários anos Portugal estava vendo um bom faturamento ir pelo ralo (em latim, *descendit in exauriunt*).

O censo e o bom senso

Os números falavam por si. Em 1930, Portugal tinha 5,7 milhões de habitantes, dos quais 30% eram considerados analfabetos. No Brasil, o analfabetismo beirava os 70%, mas ambos os países tinham o que hoje se convencionou chamar de analfabetos funcionais, pessoas capazes de reconhecer palavras isoladas, porém inaptas a entender o sentido de uma frase quando as palavras eram agrupadas. Mesmo considerando-se uma hipótese extrema (para a banda brasileira) de que 40% dos portugueses e 90% dos brasileiros não tinham condições de ler, ou não tinham recursos para comprar livros, a população estimada do Brasil – 36 milhões – ainda fazia com que o número de potenciais leitores de cá superasse de longe o de lá.

O vil metal

Durante anos, enquanto o Brasil adotou a ortografia de Portugal, a produção de livros no Brasil seguiu uma mecânica simples e produtiva. As páginas dos livros eram gravadas em chapas fundidas em bronze que, depois da impressão em Portugal, eram embarcadas às casas editoras brasileiras para reimpressão. Quando as grafias tomaram caminhos diferentes, o trabalho a ser feito no Brasil aumentou sobejamente – primeiro, os livros de autores portugueses necessitavam ser “traduzidos” para a ortografia aqui utilizada, e em seguida as editoras nacionais precisavam gravar suas próprias chapas. Isso demandava mais tempo, mais mão de obra especializada, mais material e bem mais recursos financeiros.

Além dos livros regulares, havia também outra mina de contos de réis, ainda mais apetitosa – os livros didáticos. Os impressos em Portugal não podiam ser usados nas escolas brasileiras, e isso significava que as editoras portuguesas estavam deixando de participar de uma fatia em torno de 500 mil livros anuais, que os alunos do Brasil precisavam compulsoriamente comprar. Ou, nas estimativas de defensores da reforma, “5 milhões de livros, sem exagero”. Evidentemente, era um exagero duplo – além de não existirem tantos alunos matriculados nas escolas brasileiras, a conta deixava de considerar que, em casa de pobre (caso da maioria das famílias), um mesmo livro muito raramente era usado por um único aluno e depois

guardado no porão. Era repassado para irmãos menores, primos e filhos de vizinhos.

Rir não cura, mas ajuda

As peremptórias suspeições do *Correio da Manhã* podiam carecer de provas cabais, mas as informações de que tanto as academias quanto os governos de Portugal e Brasil estavam bem próximos de um entendimento ouriçaram novamente os bigodes dos etimologistas. A maioria voltou a bater na catilinária da conspiração contra a secular herança linguística, mas alguns preferiram apelar para o humor.

O célebre autodenominado Barão de Itararé, Apparicio Torelly, em seu jornal satírico *A Manha*, do Rio de Janeiro, não se furtou a oferecer sua própria sugestão:

“Agora deve escrever-se bela em vez de bella; amarelo em vez de amarello. Excetua-se pistolla que, de acordo com o consenso universal, se deve escrever com um ‘ele’ quando for de um cano, e com dois ‘elles’ quando for de dois canos”.

Já o apócrifo poema “Reforma Orthographica” começava lembrando que a severa crise econômica mundial já derrubara o preço do principal item de exportação do Brasil, o café, para um terço do que era cinco anos antes:

Quando a crise nos afronta / Com as garras afiadas
É medida de alta monta / Cortar as letras dobradas.
Pena de penna difere / Em nada, meus senhores.
Que a pena tanto nos fere / Com um *n*, ou com dois.
Para o aluno decretado / Vai ser um céu aberto
Ele escreve tudo errado / E no fim vê que está certo.

Cumpra-se o disposto

Mas, desta vez, a coisa era mesmo séria. Em 15 de junho de 1931, “considerando a vantagem de dar uniformidade à escrita nacional”, Getúlio Vargas emitiu o decreto 20.108:

Artigo 1º. Fica admitida nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino a ortografia aprovada pela Academia

Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa.

Artigo 2º. No *Diário Oficial*, e nas demais publicações oficiais, será adotada a referida ortografia.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitória?

Assim, 23 anos depois de ter delineado a reforma ortográfica, a Academia conseguia torná-la oficial. Mais ou menos. “O decreto do sr. Getúlio não impõe a cacografia, apenas manda admiti-la”, escreveu o ácido *Correio da Manhã*, mantendo sua posição anterior e ironizando a euforia do presidente da Academia, Fernando Magalhães, que via no decreto a possibilidade de “uma economia de 200 contos só no *Diário Oficial*, em mão-de-obra, papel e tipografia”. “Foi com anedotas desse tipo – escreveu o jornal – que a academia conseguiu impingir a reforma ao governo.”

Novamente, a maioria dos periódicos mais influentes não adotou a nova ortografia, e o Brasil ficou com dois modelos simultâneos de escrita rodando em paralelo. Um na imprensa oficial e nas escolas públicas, e outro no noticiário diário. A discussão se arrastou por todo o ano de 1931, até que, em novembro, a Associação Brasileira de Imprensa, pressionada pelas reclamações dos jornalistas, voltou atrás na posição assumida um ano antes: “O Conselho Deliberativo da ABI votou ontem, por unanimidade, moção dirigida ao governo provisório no sentido de ser revogado o decreto que oficializou o acordo homologado entre a ABL e a Academia de Ciências de Lisboa”.

Vale ou não vale?

Em nome da Academia, Fernando Magalhães redarguiu, considerando os opositores “individualidades sem expressão literária ou científica”, e reforçando que o decreto era para valer e deveria ser cumprido de imediato: “A Academia entende que o governo apenas dispensou, por dois anos, a preferência obrigatória dos livros escolares em grafia moderna, contados a partir da assinatura do decreto 20.108”. Não foi essa a interpretação do ministro da Educação, Francisco Campos, que esclareceu a situação por

meio de um despacho publicado no *Diário Oficial* em 19 de dezembro de 1931, admitindo a coexistência temporária das duas grafias, mas enfatizando que o decreto seria cumprido na data estipulada.

Chega de procrastinação

Assim, começava a contagem regressiva para que a nova ortografia se tornasse, indiscutivelmente e definitivamente, a única existente. O prazo terminava em 15 de junho de 1933 e seria cumprido, mas não sem um último empurrão. Duas semanas antes, no dia 2 de junho, uma comissão de membros da Academia, tendo à frente o presidente Gustavo Barroso, foi ao palácio do Catete para entregar em mãos a Getúlio Vargas “um memorial sobre a obrigatoriedade da adoção da ortografia simplificada”.

A pressão surtiu parcialmente o efeito desejado. Em 2 de junho, Getúlio assinou outro decreto, ordenando que o primeiro fosse cumprido de imediato e determinando que, a partir de 1º de janeiro de 1935, não fossem mais admitidos nas escolas públicas livros didáticos que não estivessem conformes ao modelo ortográfico da Academia. Como soía, a penada getuliana foi devidamente celebrada pelos vencedores, mas havia um leve porém. Ela se aplicava a toda a malha oficial, dos gabinetes ministeriais mais requintados aos cursos primários nos cafundós dos sertões, mas, porém, não podia ser imposta aos jornais, que pertenciam a empresas privadas.

Teimosia

Naturalmente se esperava que os principais jornais do Rio de Janeiro aderissem à nova ortografia e, com isso, influenciassem toda a imprensa brasileira. Assim que o decreto entrou em vigor, uma rápida vista d’olhos aos cabeçalhos dos jornais nas bancas era bastante e suficiente para se descobrir quais eram os aderentes – aqueles que trouxessem a palavra sábedo na linha da data. Os resistentes continuariam a grafar sabbado.

Para decepção da Academia, somente um jornal carioca de prestígio adotou a nova grafia – o *Jornal do Brasil*. Todos os demais, teimosamente, se recusaram a substituir seus assumptos por assuntos. É especulativo, mas

não de todo improvável, que motivos empresariais possam ter influído na cisão do JB. Nele, eram publicados os decretos da prefeitura do Rio de Janeiro, praticamente um minijornal dentro do jornal, não raramente ocupando cinco páginas diárias em letrinhas miúdas.

Como a prefeitura era obrigada a adotar a ortografia simplificada em seus decretos, essa obrigatoriedade era obviamente extensiva a qualquer jornal que os imprimisse. E quem poderia assegurar que algum outro jornal carioca não aceitasse de bom grado rever seus conceitos ortográficos em troca do faturamento que a publicação gerava? Ou, talvez, o JB tenha realmente abraçado a causa por ideologia, como publicou: “Por ótima deliberação de sua diretoria, o JB se tornou o pioneiro, o propugnador, o propagandista da nova ortografia”.

Mas, tudo bem, deve ter ponderado a Academia. Um jornal influente não era muito, mas, dali a bem pouco tempo as crianças que aprendessem a nova ortografia se recusariam a ler periódicos com encontros consonantais do tempo da rua do Sabão, e a reforma prevaleceria para todo o sempre. Supunha-se que isso já seria suficiente para considerar o tema ortográfico como página virada, e que tão cedo não se tocaria mais nele. Mas, por uma circunstância, se tocou, e bem mais cedo do que se poderia imaginar.

A Constituinte

Em novembro de 1930, logo depois de assumir as rédeas da nação, Getúlio Vargas emitira uma lei orgânica que previa a convocação de uma Assembleia Constituinte, cujo objetivo seria redigir, emendar e votar uma nova Constituição, mais em consonância com os tempos hodiernos (a anterior estava em vigor desde 1891). Getúlio não havia especificado quando essa Constituinte seria formada, e talvez não tivesse a intenção de convocá-la tão cedo, mas a Revolução Constitucionalista deflagrada por São Paulo, em julho de 1932, levou o chefe do governo provisório a apressar seus planos.

No dia 3 de maio de 1933, o povo foi às urnas para escolher os constituintes, e os trabalhos de apuração e recontagens dos votos consumiram quatro meses (o mundo analógico era um pouquinho mais lento que o digital). Dentre os duzentos eleitos, havia uma única mulher, a

deputada paulista Carlota Pereira de Queiroz. Além dos escolhidos pelo sufrágio popular, haveria também quarenta delegados eleitores, representando diversas associações nacionais de classe (agrônomos, engenheiros, advogados, professores, militares, funcionários públicos etc .) e indicados diretamente por elas. A partir da simbólica data de 15 de novembro de 1933, essa heterogênea gama de 240 cidadãos iria debater as grandes questões nacionais, entre as quais, em princípio, não figurava a ortografia. Em princípio.

A emenda

Um dos constituintes eleitos era o deputado baiano Manuel Paulo Telles de Mattos Filho, mais conhecido como Paulo Filho, que havia sido presidente da Associação Brasileira de Imprensa em 1928, mas que era ainda mais conhecido por ser o diretor do *Correio da Manhã*, o jornal que combatia com maior veemência a reforma ortográfica da Academia. Em abril de 1934, quando mais de mil emendas já haviam sido submetidas pelos parlamentares para arredondar a nova Constituição, Paulo Filho apresentou uma que tiraria a discussão sobre a ortografia dos gabinetes oficiais e a levaria para uma deliberação em plenário: “Emenda 1099. Esta Constituição será impressa e publicada na ortografia usual do povo brasileiro”.

Na tribuna, defendendo sua proposição, Paulo Filho argumentou que “A língua de um povo quem a faz é esse mesmo povo. Uma família de 40 milhões de almas não desistirá de falar e escrever na consonância de seus hábitos para se submeter docilmente às implicações de uma minoria”. Os “anais da Assembleia Nacional Constituinte” registram que naquele momento foram ouvidos gritos de “muito bem”. Paulo Filho encerraria seu discurso com uma admoestação: “Impressa e publicada nessa cacografia que o povo em consciência não adotou, a Nova Constituição seria um estatuto deformado e aleijado que à coletividade repugnaria” (“Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado”, registram os anais).

Mais emendas

Apesar da manifestação da claqué, a emenda parecia ser apenas uma voz solitária clamando no deserto, mas logo dois outros deputados apresentaram emendas que ampliavam a de Paulo Filho. A de número 1384, de Xavier de Oliveira, apontava tanto a grafia a ser utilizada (“A Constituição será publicada na ortografia em que foi publicada a de 1891”), quanto a fonte para dirimir possíveis dúvidas (“O dicionário contemporâneo de Caldas Aulete”). E a emenda 1483, de Soares Filho, repetia a de Xavier de Oliveira e acrescentava a ela uma frase curta, porém de profundas implicações: “Passando a ser esta a ortografia da língua nacional”.

Em junho de 1934, depois das inevitáveis “questões de ordem” e outras usuais injunções parlamentares, as três emendas foram submetidas à votação da Constituinte e aprovadas por 109 votos a 74. Isso significava que, a partir da publicação da nova Constituição no *Diário Oficial*, a reforma ortográfica da Academia perderia seu cunho oficial, as discussões com a Academia de Lisboa voltariam ao terreno hipotético e as editoras de livros no Brasil e em Portugal ficariam a ver caravelas.

Adoptada no paiz

Promulgada em 16 de julho de 1934, a nova Constituição se encerrava com um capítulo de “Disposições Transitórias” composto por 26 artigos, e o último deles explicitava: “Esta Constituição, escripta na mesma orthographia da de 1891, e que fica adoptada no paiz (...) entrará em vigor na data de sua publicação”. Entrou e foi devidamente comemorada pelos etimologistas, mas bem depressa começaram a surgir indícios de que a conquista não passara de uma “vitória de Pirro”, o general macedônio da Antiguidade que vencera uma batalha às custas do esfacelamento da maior parte de seu exército.

Algo não cheira bem

Um mês antes, quando a emenda de Paulo Filho era somente um susto, o *Jornal do Brasil* escrevera: “Há esperanças de que não seja consumado o crime contra a instrução e a cultura do país”. Crime perpetrado, cartas de leitores aos jornais e manifestos de intelectuais que nunca haviam se envolvido nas polêmicas ortográficas começaram a levantar uma lebre. Por que, indagavam, se não se concedera a quarenta reconhecidos especialistas (os imortais da Academia) a prerrogativa de decidir os destinos da língua escrita do Brasil, a mesma prerrogativa havia sido assumida por 109 deputados, aos quais ninguém pedira para opinar ou decidir, e muitos dos quais pouco ou nada tinham a ver com o mundo das letras?

Mesmo para quem mantinha distância da política, não deixava de soar estranho que, em um tema tão específico quanto a ortografia, o voto do delegado eleitor apontado para representar os atacadistas (com todo o respeito às frutas e aos legumes) pudesse ter o mesmo peso do voto do constituinte Olegário Mariano – imortal da cadeira 21 e, ademais, eleito pelo voto do povo como representante do Distrito Federal.

Uma perda

Aparentemente, mesmo tendo perdido a batalha, a Academia estava saindo dela mais fortalecida do que nela entrara. Mas teria que continuar sem seu paladino dos 27 anos anteriores, Medeiros e Albuquerque, que falecera em 9 de junho, aos 67 anos, no momento em que o retorno forçado à antiga orthographia já não parecia mais tão inevitável. O tema do último artigo de Medeiros, publicado no jornal paulistano *A Gazeta*, não poderia ter sido outro – ele caiu de bengaladas na emenda que propunha usar a ortografia da Constituição de 1891 na nova Carta Magna que a Constituinte discutia.

Seu argumento era elementar: “É impossível tomar um documento qualquer como modelo ortográfico”. E perguntava, depois de concordar que era fácil escrever as palavras que apareciam na antiga Constituição: “Como imaginar de que modo se escreveriam as que ali não estão?” (e que constituíam um volume absurdamente maior). E finalizava explicando, didaticamente, que a Constituição de 1891 trazia “um pequeno vocabulário, que não obedece a nenhum método”, e não havia sido baseada em qualquer regime ortográfico oficial que pudesse ser consultado em 1935.

O precursor

Em sua elegia fúnebre a Medeiros, o acadêmico Félix Pacheco não poupou palavras e começou por definir o falecido como fundibulário, termo que deve ter feito a maioria dos que se postavam contritos à beira do túmulo se entreolhar, com aquela expressão de “o quê?”. Ao acertar uma certa pedrada na testa do gigante Golias, o rei bíblico Davi se tornou o mais famoso dos fundibulários – os atiradores de funda, capazes de enfrentar sozinhos adversários maiores e mais fortes. Félix Pacheco reiterou que Medeiros fizera algo semelhante, ao “levar à parede, na questão ortográfica”, os acadêmicos de 1907.

O futuro imortal Múcio Leão (que seria eleito no ano seguinte) relatou: “No dia de sua morte, Medeiros anunciou o seu fim às pessoas de sua família, com uma melancolia bem-humorada – ‘Afinal, essa questão da ortografia liquidou-me’, disse ele”. Para Múcio Leão, a partida de Medeiros, causada por uma síncope cardíaca, “foi quase um protesto da inteligência brasileira contra a imbecilidade da Constituinte”.

Professora, qual é o certo?

No segundo semestre de 1934, o retorno oficial à antiga ortografia iria causar um razoável rebuliço. O ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, decidiu suspender a Convenção Nacional de Ensino, um gigantesco evento anual que reunia educadores de todo o país, por receio de que as discussões se concentrassem em um único tema – a impossibilidade de oferecer aos pais de alunos uma explicação minimamente plausível para o fato de que seus filhos haviam sido submetidos a três mudanças em quatro anos. Um aluno que houvesse entrado no curso primário em 1931 teria aprendido durante meio ano a escrever segundo a ortografia antiga, passaria três anos usando a nova, e terminaria o curso de volta à antiga.

Em agosto, na falta de um evento nacional, o Centro do Professorado Paulista realizou seu próprio encontro, batizado, como temia Capanema, de Congresso Orthographico. Além de fazer um apelo ao governo para manter, até o final do ano letivo, a ortografia simplificada (no que não seriam atendidos), os professores expressaram sua opinião de que a decisão da Constituinte havia sido “um mau serviço prestado à infância brasileira”.

Por seu lado, as editoras andavam sôfregas com os trabalhos tipográficos, reimprimindo livros que haviam saído de circulação por obsolescência forçada apenas três anos antes. E o maçudo manual *Orthographia Nacional* (no caso, nacional de Portugal), dicionário de Cândido de Figueiredo, foi desencavado dos depósitos em que estivera guardado e voltou às prateleiras das livrarias – seus dois volumes, com 2.124 páginas, podiam ser adquiridos ao salgado preço de 150 mil réis (12,50 dólares da época, equivalentes a 215 dólares de 2013).

Mais bello

Enquanto isso, para edulcorar um pouco o amargor ortográfico, o suplemento *A Noite Illustrada* promovia um concurso para eleger “o mais bello verso brasileiro”, copiando uma iniciativa da Academia Francesa vinte anos antes. Iniciado em abril de 1934, o concurso contou com votos dos membros da Academia, de jornalistas e de intelectuais. Bem votado foi um verso do imortal Coelho Netto, que todas as mães brasileiras adotariam como lema, “Ser mãe é padecer num paraíso”, mas o grande vencedor foi

“Auri-verde pendão da minha terra”, do vate baiano Castro Alves em sua épica poesia “Navio Negreiro”. Em dezembro, foi inaugurado na sede da Academia um marco comemorativo, com o auri-verde ostentando o hífen que dali a cinquenta anos se tornaria alvo de novos reformadores da língua.

Mas a vida continua

O dia 5 de janeiro de 1935 foi um sabbado para todos os jornais e revistas do Rio de Janeiro, com uma exceção – o *Jornal do Brasil*, que se mantinha irredutível no sabado da ortografia não oficial. A resistência se estenderia até ao *film A Edade da Innocencia*, estrelado por Irene Dunne. Pouco se importando com o que estava escrito na marquise dos cinemas e nas programações dos outros jornais, o JB grafou Idade e Inocencia, e só perdoou o *n* dobrado de Dunne porque a Academia permitira uma colher de chá aos nomes próprios.

Como o *Jornal do Brasil* podia impunemente afrontar uma decisão estabelecida pela Constituição? A explicação era a mesma que valera para todos os demais jornais nos três anos anteriores. O governo podia decretar a ortografia a ser empregada nos documentos oficiais e nos livros didáticos das escolas públicas, mas nunca houve no Brasil qualquer lei que impedisse um cidadão de grafar as palavras da maneira que preferisse. Não só ninguém pode ser processado por escrever em desacordo com a ortografia oficial (como os internautas fazem hoje nos *chats* e nas redes sociais), como não existe qualquer dispositivo legal que impeça alguém de inventar seu próprio idioma, se assim o desejar.

Nuova artograffia

Foi o que fez na década de 1920 o paulista Alexandre Marcondes Machado. Usando o pseudônimo de Juó Bananére (João Bananeira, na grafia oficial), Alexandre se encantou com a maneira como os imigrantes italianos misturavam sua língua pátria com o português nos bairros paulistanos do Brás e do Bom Retiro (o dito Bixiga). Sem ser descendente de italianos, Alexandre adaptou à palavra escrita a sonora macarronada linguística que grassava pelas ruas.

Em 1933, em seu jornal *Diário do Abax'ó Piques*, subtulado “Diário Semanale di Grande Inpurtanza, pruprietá de uma sucietá anônima cumpretamenti disconhícida”, Juó Bananére expressou seus sentimentos em relação à nova ortografia (segundo ele, nuova artograffia) em uma carta endereçada ao dottore Gitulio:

“O signore mi adiscurpe a osadia, ma io non cuncordo. No causo particolare da língua ufficiali du Abax'ó Piques, o signore non si metta, perché aqui chi manda sono io. Fui io che inventê a língua i a grammatiga. A Gademia sô io”.

A evolução das línguas

Imagine-se um povo vivendo em alguma região da Europa há dois mil anos. Como, por exemplo, os que habitavam a península ibérica. No longo contato com os soldados romanos, que durou séculos, eles aprenderam as palavras do latim. Não mais do latim escorreito do topo do organograma, mas aquele que os serviçais incapazes de dominar o ablativo e o dativo já haviam simplificado para poder comprar um naco de pernil na feira livre. Mesclando o latim popular ao idioma que já falavam, os aldeões acabariam por desenvolver línguas híbridas, uma miscelânea cuja base era a mesma, mas cujas palavras passaram a diferir levemente na forma e na pronúncia por falta de contato direto e prolongado entre seus povos. Daí nasceriam, no milênio seguinte, o português, o espanhol e o catalão e mais meia dúzia de dialetos.

Juó Bananére seguiria o mesmo caminho, vinte séculos depois. Se o Bixiga tivesse sido uma região do globo sem contato com outras civilizações por um longo período, com o tempo sua *insalata* idiomática teria desabrochado em outra das inúmeras flores do Lácio. Daí a conclusão de Juó em sua carta: “Fui eu que inventei a língua e a gramática. A Academia sou eu”. Assim, enquanto Juó exercitava seus próprios pendores linguísticos, o diretor de redação do *Jornal do Brasil* também optava por adotar um padrão ortográfico não oficialmente reconhecido, e nenhum dos dois estava descumprindo qualquer lei brasileira.

Reforma radical

Embora a ortografia brasileira estivesse passando por um período caótico em 1935, sua uniformização, quando finalmente viesse, e qualquer que fosse o sistema a ser adotado, seria fichinha se comparado à reforma que ocorrera na Turquia, apenas nove anos antes. Depois de constituir sua República em 1923, os turcos foram tomados pelo mesmo frenesi reformista que outros povos já haviam experimentado antes.

Mas o fundador da República turca, Mustafa Kemal Atatürk, superaria qualquer outro reformador visionário ao decretar, em 1926, a substituição da escrita em caracteres arábicos, usada há mais de mil anos, pelo alfabeto ocidental. Que, não bastasse a complicação das letras em si, ainda era escrito da esquerda para a direita, em sentido oposto ao arábico. A mudança foi recebida pelos setores conservadores com o fragor com que os guerreiros otomanos brandiam suas cimitarras, mas Atatürk levou o projeto adiante e, certamente, passou a ser o paradigma da Academia Brasileira no quesito reforma ortográfica – perto do que ele havia conseguido, trocar um *ph* por um *f* parecia brincadeira de criança.

Tem hora para tudo

Os mesmos direitos que os jornais tinham de decidir a ortografia a ser adotada em suas páginas, tinham também os estabelecimentos particulares de ensino ao escolher a ortografia que seria utilizada em suas aulas. Em fevereiro de 1935, os diretores dos colégios do Recife optaram pela ortografia simplificada, no primeiro recado concreto ao governo de que talvez a Constituinte pudesse ter metido os pés pelas mãos. Logo, memoriais de associações de professores começaram a surgir em todos os Estados, solicitando a reinstalação da nova ortografia.

Para resguardar a ordem constitucional, Gustavo Capanema, ministro da Educação, tomou então uma decisão que já havia trazido dores de cabeça às academias de Lisboa e do Rio de Janeiro – determinou que um vocabulário, organizado com base na Constituição de 1891, fosse rapidamente compilado e distribuído às escolas. Ou o ministro estava mineiramente tentando ganhar tempo para esfriar os ânimos, ou ignorava que “rapidamente”, no que tange à elaboração de dicionários, era sinônimo de “alguns anos”.

Nas altas esferas

Em abril, a Cia. Editora Nacional, do Rio de Janeiro, alegando vultosos prejuízos financeiros com livros encalhados, levou o assunto à Suprema Corte (que, simplesmente, leu o que estava escrito na Constituição e fez saber que a grafia que vigorava em 1891 era a única autorizada nos órgãos e colégios públicos, mas não era compulsória nas entidades privadas). Em junho, atenta aos anseios dos eleitores, a Câmara dos Deputados nomeou uma comissão de onze membros para estudar o assunto ortográfico (que concluiria seus trabalhos sugerindo o uso do dicionário de Caldas Aulete como padrão nacional de grafia).

Os meses foram se passando, o ano de 1935 se tornou página virada, e parecia que a tática de ficar na moita do ministro Capanema iria acabar prevalecendo, quando ocorreu um fato inusitado e inesperado. Numa cálida noite de verão em 1936, no recôndito de seus aposentos na temperada Petrópolis, Getúlio Vargas fez uma interpretação pessoal e conscienciosa do artigo da Constituição que versava sobre a ortografia, e redigiu uma mensagem sobre a conclusão a que havia chegado.

Distribuída aos jornais por sua assessoria, a mensagem de Getúlio viraria notícia de primeira página nos jornais do dia 10 de fevereiro:

“O presidente interpretou o dispositivo da Constituição de uma maneira ampla, julgando que a ortografia em vigor é exatamente a simplificada, visto que a Constituição de 1891 não havia adotado a ortografia etimológica, mas a mista”.

De maneira ampla

Vale aqui registrar que Getúlio já havia deixado de ser o chefe do governo provisório e se tornara oficialmente o presidente, eleito que fora pelo Congresso depois da promulgação da Constituição no ano anterior. Extraoficialmente, Getúlio continuava a ser “o ditador” (ou “o usurpador”, como o denominava o *Correio Paulistano*), e sua incrível interpretação ampla, que virava pelo avesso um parágrafo cristalino da Carta Magna, foi recebida com a reverência devida aos ditadores-usurpadores. Para deixar patente sua posição no assunto, sua excelência grafara a mensagem na

ortografia simplificada, o que era um recado claro à nação em geral e ao ministro Capanema em particular.

Capanema captou a mensagem e reagiu com a velocidade esperada, ao expressar uma opinião nunca antes manifestada:

“Urge pôr termo à balbúrdia ortográfica que existe presentemente no país. Não há uniformidade de grafia em qualquer dos sistemas , pois tanto no fonético, como no misto ou etimológico, o que se verifica é que cada um escreve como bem entende. A disposição constitucional que manda restabelecer a grafia anterior se tornou letra morta. É muito vaga e nada define”.

A comissão

Ato contínuo, Capanema emitiu um parecer facultando às escolas públicas o uso da ortografia simplificada, e tal medida foi suficiente para que o governador Pedro Ernesto assinasse uma resolução adotando-a no Distrito Federal. Alguns senadores reagiram, indignados, a esse “atentado contra a Constituição”, e Capanema prontamente constituiu uma comissão com o fim de “apresentar as bases para a solução do problema ortográfico, tendente à uniformização e à simplificação”. A comissão, de apenas quatro membros, era constituída por Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, padre Augusto Magne e Fernando Magalhães.

Todos eram figuras ilibadas no cenário das letras nacionais. Francês de nascimento, padre Magne emigrara para o Brasil aos dezessete anos e se tornaria um catedrático na filologia do latim e do grego clássicos depois de construir um vasto currículo recheado de cursos superiores em universidades estrangeiras (Itália, Inglaterra, Áustria e Espanha). Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira era professor emérito de filologia e linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E Antenor Nascentes, professor de português do colégio Pedro II, já acumulava em 1936 um repertório de uma dezena de obras sobre fonética e etimologia, incluindo os cinco volumes de *O Idioma Nacional*.

Rumo inexorável

Mas a presença na comissão do médico Fernando Magalhães era uma indicação inequívoca do rumo que as discussões iriam tomar. Defensor sem tréguas da ortografia simplificada, e duas vezes presidente da Academia, Magalhães era um negociador que já conseguira emplacar adesões e decretos em favor da nova grafia (foi em sua gestão que a ortografia de 1931 se tornara oficial). Com Magalhães no quadrunvirato, o máximo que os defensores da ortografia etimológica poderiam esperar seria um esforço dos outros três membros para encontrar algum pálido equilíbrio entre os dois sistemas.

Reunindo-se na Casa de Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro, a comissão levaria vinte meses para publicar suas conclusões, mas foi impossível evitar, durante esse tempo, que o teor das discussões vazasse para a imprensa. Ao perceber que o retorno à ortografia simplificada seria apenas uma questão de tempo, vários órgãos oficiais passaram a adotá-la por arbítrio próprio, levando o deputado Motta Lima a apresentar, em março de 1937, um requerimento à mesa da Câmara, indagando “se houve qualquer revogação clandestina do Artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição”. A resposta viria de forma indireta, porém arrasadora – na mesma semana, o *Diário Oficial* voltaria a utilizar a ortografia simplificada.

A volta ao sábado

Em 23 de janeiro de 1938, um mês antes que o trabalho da comissão fosse oficialmente publicado, o jornal *A Noite* antecipou o que estava por vir, ao informar a seus leitores: “*A Noite* passará a empregar a partir de 1º de fevereiro a grafia simplificada que o governo deverá adotar brevemente em todo o país”, e juntar-se ao *Jornal do Brasil* na abolição do sabbado de seu cabeçalho. No mês anterior, o ministro da Fazenda havia sido ainda mais específico, ao tornar obrigatório, “em todas as suas repartições pelo país, o uso da ortografia simplificada de 1931”.

Em 23 de fevereiro de 1938, para surpresa de mais ninguém, foi publicado o decreto-lei 292, que restaurava a ortografia simplificada:

Artigo 1º. É obrigatório o uso da grafia resultante do acordo a que se refere o decreto 20.108, de 1931, no expediente das

repartições públicas e nas publicações oficiais em todo o país, bem como nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo setor público.

Artigo 2º. Será publicado pelo Ministério da Educação um vocabulário que terá uso obrigatório.

Artigo 3º. A partir de junho de 1939 não serão admitidos livros didáticos escritos em ortografia diferente da disposta nesta lei.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

A acentuação

Ao decreto, foi anexado um manual de acentuação gráfica (um tema que não havia constado nas normas de 1907 e 1931), com a finalidade de eliminar a democrática regra que vinha sendo adotada desde sempre, a de que cada cidadão era livre para distribuir os acentos como bem entendesse (sendo que a maioria preferia, simplesmente, ignorar-lhes a existência). A primeira regra era apenas informativa – “Serão usados os acentos agudo, circunflexo e grave; não será usado o trema”. Assim, ficaria por conta do freguês descobrir se o *u* de *linguiça* era ou não pronunciado.

Das restantes, três regras causariam impacto, porque iriam mexer com mais de um terço do vocabulário:

“Levarão o acento conveniente (agudo ou circunflexo) as palavras esdrúxulas. Exemplos: pássaro, pêssago”. Parece algo corriqueiro, mas, até então, tanto *catastrophe*, quanto *catastrofe*, nunca haviam sido acentuadas no Brasil. A norma da língua, que deu origem à regra, determina que a base fonética do português é paroxítona. Logo, vocábulos que fossem paroxítonos não seriam acentuados, e receberiam algum acento todos aqueles que não o fossem – as palavras esdrúxulas, fora do padrão, mas que na origem italiana do termo significam proparoxítonas, como também significam na poesia (versos esdrúxulos são, por exemplo, os da composição “Construção”, de Chico Buarque de Holanda, na qual todas as linhas acabam em proparoxítonas).

“Acento nas oxítonas terminadas em vogal.” Todas seriam, incluindo as que terminavam com *i* e *u* (Itú, tupí), com o acento permanecendo na forma plural (tupís).

As demais regras cuidavam dos casos mais específicos:

“Acento nas formas verbais agudas ou monossilábicas tônicas que terminam em vogal por ter caído a consoante final. Exemplos: dá-lo, tê-lo, vê-lo-ei.”

“Acento agudo nas vogais *e* e *o* dos ditongos *éu*, *éi*, *ói*. Exemplos: jibóia, fiéis, chapéu.”

“Acento no *i* tônico de sequências vocálicas. Exemplos: baía, caía.”

“Acento nos monossílabos terminados em *a*, *e*, ou *o*, seguidos ou não de *s*. Exemplos: Brás, pés, sós.” A regra não dizia (diria mais tarde), mas este advérbio – mas – não seria acentuado.

“Acento no *o* tônico fechado que precede outra vogal. Exemplos: vôo, perdôa.”

“Acento grave na contração do artigo com o pronome. Exemplos: àquela, àquilo.”

O sabbado teimoso

Portanto, a anarquia da grafia era um assunto encerrado? Mais ou menos. Como sempre, o decreto abarcava os órgãos públicos e as escolas sob tutela do governo. Não incluía, portanto, os jornais, principal meio de informação e referência do povo letrado. Dois meses e uma semana depois do decreto, o Brasil viajaria à França para disputar o III Campeonato Mundial de Futebol. Sob um estrépito de aplausos, a delegação embarcou no navio *Arlanza* no dia 30 de abril, um sábado, segundo *A Noite* e o *Jornal do Brasil*. Um sabbado, segundo todos os demais jornais cariocas. Teimosamente, eles continuavam empregando em suas páginas a ortografia de 1891, a chamada etimológica (menos para o presidente Getúlio, que tinha uma “interpretação pessoal” diferente).

Já as revistas tiveram atitudes diferentes. *O Tico-Tico*, direcionado ao público infantil, imediatamente adotou a nova grafia que as crianças aprenderiam nas escolas. *Eu Sei Tudo*, filhote do original francês *Je Sais Tout*, publicava artigos científicos e literários e era lido por um público adulto, e por isso decidiu manter a grafia antiga a que seus leitores já estavam acostumados. E o *Jornal das Moças*, voltado ao público feminino, decidiu que a ortografia era o de menos se os artigos fossem atraentes, e mudou para a ortografia simplificada. Duas outras revistas líderes de

vendagem, uma de artes e outra de esportes, permaneceram na ortografia antiga porque, para elas, seria incoerente mudar os textos e manter os títulos – *A Scena Muda* e *O Sport Illustrado*.

A diarréia

Um exemplo típico de como a ortografia vinha apanhando sem piedade havia muito tempo era o vocábulo diarréia (do grego *diárrhoia*, vazamento por todos os lados), que aparecia com frequência diária nos jornais. Em uma época em que eram rudimentares os métodos de manipulação, preparação e conservação de alimentos, diarréias não apenas eram constantes, como podiam ser letais. A rainha dona Maria I, “a Louca”, havia sido uma de suas vítimas, como relatou em seu diário o bispo Dom José de Caetano Coutinho, capelão-mor imperial:

“Uma grande diarrheia e fastio a pôs em grande debilidade, e sobrevindo-lhe uma febre, esta (a rainha) quedou-se e em três dias se concluiu, aos 20 de março de 1816 pelas 11 horas da manhã”.

Mais de cem anos haviam se passado desde que a infausta rainha “se concluía”, mas a diarréia continuava a azucrinar os aparelhos digestivos. Entre 1923 e 1927, foram atribuídas a ela 12.049 mortes no Rio de Janeiro, a cidade brasileira que mais contava com auxílio médico. Proporcionalmente, em cidades do interior o número de fatalidades era cinco vezes maior.

Como se grafa?

O dicionário Madureira de 1734 registrava só uma grafia, diarrhéa (definindo-a como “fluxo do humor, cursos continuados”). No Brasil, nos 111 anos entre 1828 e 1939, a palavra apareceu nos jornais escrita de dez maneiras diferentes: diarreya, dyarrhéa, diarrhéia, diarrheia, diarrhéa, diarrhea, diarréa, diarrea, dyarrêa e diarreia. E não eram formas que substituíam umas às outras com o decorrer do tempo – a grafia diarrheia, encontrada em 1842, continuava ativa em 1939, enquanto a simplificada diarréa teve, como dizia Madureira, um fluxo continuado de 1830 a 1927.

Agora, de acordo com o novo manual de acentuação da Academia, só haveria uma forma correta: diarréia.

A década de 1940

Outros dezoito meses se escoariam sem que o panorama fosse alterado – na entrada do ano de 1940, as duas grafias continuavam coexistindo, uma nos papéis oficiais e outra em bancas de jornal. Mas havia quem não estivesse envolvido diretamente nas encencas, embora dependesse da comunicação escrita. Nas propagandas (chamadas então de *réclames*, à francesa), prevaleceu a ortografia antiga – tônicos para dyspepsia e neurasthenia, remédios homeopáticos, Creme Rugol para a pelle, Modess para a hygiene íntima, Loção Brilhante para os cabellos. E, evidentemente, Eldoformio para a diarrhea.

Pouco a pouco, porém, a situação iria mudar, com a adesão à ortografia simplificada de um jornal aqui, outro ali. No início de 1941, já havia quase um equilíbrio na imprensa entre as duas frentes ortográficas. Vale aqui uma pequena pausa para um comentário sobre a resistência brasileira às mudanças em seu cotidiano. Em 1º de novembro de 1942, ocorreu a troca da unidade monetária brasileira – o cruzeiro substituiu o real. Por decisão do governo, as cédulas de réis (plural arcaico de real) continuariam normalmente em circulação por mais oito anos, sendo substituídas sempre que dessem entrada em agências bancárias.

Só que bem poucos brasileiros tinham conta em banco – as compras eram feitas a dinheiro e os réis teimavam em não desaparecer. Em dezembro de 1950, o governo reiterou que a hora fatal havia chegado – as notas remanescentes de réis deveriam ser rapidamente trocadas por cruzeiros nas agências bancárias, porque dali em diante haveria um deságio progressivo a cada novo mês. Apesar do aviso, e do óbvio prejuízo de manter os réis no bolso, as derradeiras notas somente saíram de circulação três anos depois, quando já haviam perdido metade de seu valor de face.

O golpe fatal

Talvez pelo mesmo apego aos usos e costumes, em 1940 (dois anos depois da implantação da ortografia simplificada), a velha ortografia com seus românticos *ph* ainda fazia marolas em alguns tenazes bolsões de resistência. Eventualmente, surgia a notícia de uma nova adesão à mudança – *A Tarde*, maior jornal da Bahia, entrou no clube em fevereiro de 1940 e acabou influenciando os demais periódicos soteropolitanos a seguir seu exemplo. O golpe nacional de misericórdia na antiga grafia, entretanto, seria desferido por uma figura que jamais houvera se manifestado na polêmica ortográfica – Lourival Fontes.

Sergipano, em 1917 Fontes se transferira para o Rio de Janeiro a fim de estudar Direito. Concluiu o curso em 1922 e já no ano seguinte era auxiliar de gabinete do prefeito do Distrito Federal, Alaor Prata. Fontes representaria o prefeito em uma dezena de atos públicos em 1923, e daí em diante sua carreira deslancharia. Em 1930, quando a revolução estourou, muitos funcionários públicos perderam a boquinha, mas não Fontes, que imediatamente mostrou de que lado estava – em 1931, ele ajudou a formar uma organização civil, Legionários de Outubro, em apoio à ditadura. Em seguida, foi um dos fundadores e principal redator de uma nova revista, *Hierarchia*, na qual publicava artigos elogiando o fascismo italiano, do qual Getúlio Vargas também era admirador declarado.

A pleno vapor

Em 1932, Fontes foi nomeado diretor do Conselho de Turismo do Rio de Janeiro, e no exercício dessa função deixaria várias obras para a posteridade. No Carnaval, introduziu a figura do rei Momo e usou as embaixadas brasileiras no exterior para, pela primeira vez, divulgar os festejos carnavalescos e os pontos turísticos da cidade que sempre fora o maior cartão-postal do país, mas pouco vinha aproveitando essa vantagem. Pelos meses seguintes, Fontes promoveria uma miríade de festas, congressos, exposições e competições esportivas, fazendo com que seu nome fosse citado diariamente pelos jornais cariocas.

Com toda essa visibilidade, e com o merecido reconhecimento pelo trabalho que vinha desenvolvendo, em 1933 Fontes decidiu lançar sua candidatura à Assembleia Constituinte como representante de seu estado

natal, Sergipe, mas de olho nos votos do eleitorado carioca (o estado da inscrição não restringia o voto dos demais). O resultado foi um decepcionante 111º lugar na apuração, com míseros novecentos votos redondos em um total de 350 mil, tombo que acrescentaria uma última informação ao currículo político-profissional de Fontes: notável propagandista, soberbo articulador, ruim de voto.

Nas altas esferas

Apesar disso, ou talvez por isso, a ascensão funcional de Fontes iria se acelerar ainda mais nos anos seguintes. Depois de chefiar a delegação da Seleção Brasileira que disputou a Copa do Mundo de 1934 na Itália, Fontes seria agraciado em julho de 1935 com um cargo federal – a diretoria do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural. A nova atribuição daria a Fontes a oportunidade de incentivar a produção cinematográfica nacional por meio de incentivos aos cineastas, mas lhe permitiria exercer também controle direto sobre a programação de toda a rede nacional de emissoras de rádio. Fontes levou essa atribuição a sério, tanto que, em dezembro de 1937, os proprietários das rádios encaminharam a ele uma petição pleiteando “a dispensa da apresentação de seus programas para censura prévia”.

A situação foi contornada (afinal, Fontes era um soberbo negociador), mas não seria apenas um caso isolado de desentendimento. Em dezembro de 1939, os tentáculos do governo iriam se alastrar e abarcar todos os órgãos de imprensa com a criação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, que seria dirigido por Fontes. O decreto presidencial que criou o DIP era minucioso e não poderia ser mais claro: “Fazer a censura do teatro e do cinema, e de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa”. Embora a imprensa aparecesse por último, quase caindo pela borda do decreto, uma das subdivisões do DIP era a Divisão de Imprensa, em maiúsculas.

Fechando o cerco

Não era difícil descobrir a fonte que havia inspirado o decreto. Em 1925, o ditador Benito Mussolini criara na Itália a *Ordine dei Giornalisti*, entidade controlada pelo Ministério da Justiça que concedia aos jornalistas o direito ao exercício da profissão. Como a Ordem também podia cassar as credenciais a qualquer momento e por qualquer motivo, seus “aconselhamentos” sobre o que devia ou não ser publicado logo se transformaram, na prática, em censura à imprensa. Com o DIP, Getúlio Vargas teria um instrumento semelhante de pressão.

As rádios também ficaram sabendo que o programa *Hora do Brasil*, que vinha sendo apresentado desde 1932, com um misto de músicas e informações culturais, passaria a ter difusão obrigatória a partir de janeiro de 1938, e com um novo coquetel de programação, orientada para a política e farta de elogios ao governo.

No tocante à propaganda, outra responsabilidade do DIP, Fontes mostraria incomum esmero. As cartilhas de alfabetização passaram a trazer em suas páginas ilustrações de Getúlio Vargas – já cognominado “o Pai da Pátria” – confraternizando com crianças. No cinema, foram financiadas obras que exaltassem o patriotismo, como *Inconfidência Mineira*, produzida e dirigida por Carmen Santos, e *O Descobrimento do Brasil*, com direção de Humberto Mauro, o maior cineasta brasileiro da época.

Óh, meu Brasil

Na música, os temas “incentivados” eram os de exaltação ao Brasil. A primeira dama, sra. Darcy Vargas, adotou uma composição de Ary Barroso, “Aquarela do Brasil”, e promoveu no Teatro Municipal uma pré-estreia beneficente da peça *Joujoux e Balangandans*, em que a música de Ary era o grande destaque. Ao contrário do que hoje comumente se escreve, porém, não foi nessa peça que a “Aquarela” debutou. A música, cantada por Aracy Côrtes, já havia sido apresentada em outra peça anterior, a revista cômica *Entra na Faixa*, que ficara um mês em cartaz no Theatro Recreio.

Mas outra composição musical, “Terra Virgem”, de Mário Rossi e Vicente Celestino, interpretada por este último, “a Voz Orgulho do Brasil”, seria a epítome do ufanismo pregado pela ditadura: “Óh, meu Brasil, para aumentar a tua glória / Dia virá no teu futuro ascensional / Em que o mundo

invejará a tua história / Porque serás o paraíso universal”. [...] “Óh, meu Brasil, quando contemplo o teu passado / Sinto em minh’alma a ressonância de um clarim / E descortino o teu futuro deslumbrado / Porque não vejo outro país tão grande assim.”

Pegando pesado

Assim, diligentemente, Fontes ia levando adiante as tarefas que lhe haviam sido confiadas, até que, em 13 de março de 1941, pela primeira vez, seu nome apareceu ligado à questão ortográfica. Os jornais noticiaram que, “depois de levar em conta uma exposição de motivos feita pelo diretor-geral do DIP”, Getúlio Vargas emitira um fulminante despacho, determinando que “seja adotada a ortografia oficial, obrigatoriamente, por todos os órgãos de imprensa”, e concedendo o prazo de noventa dias para a obediência à medida.

Fontes se incumbiria, pessoalmente, do par de comunicados seguintes. O primeiro, em 6 de junho de 1941, fixava a data de 14 de junho e expedia às autoridades estaduais uma recomendação para que fossem “impedidos de circular os órgãos de imprensa que deixarem de observar aquele ato legal”. Foi o suficiente para que a maior parte dos jornais nem esperasse pela data fatal, e passasse a usar a grafia simplificada. Aos recalcitrantes, como o combativo *Correio Paulistano*, o derradeiro alerta de Fontes chegaria no dia 13 de junho, sexta-feira: “Os órgãos de imprensa que não adotarem a ortografia oficial em suas edições do dia 15 de junho devem ser alvo de medidas enérgicas, impedindo a circulação do periódico com o auxílio das autoridades policiais, se preciso”.

No dia seguinte, o *Correio Paulistano* imprimiu o último sabbado em seu cabeçalho. A partir da edição do domingo, dia 15, a determinação do DIP seria cumprida por ele e por todos os jornais do país. Pelos 26 anos seguintes, até sua morte, em 1967, quando exercia mandato de senador pelo Sergipe, Fontes não voltaria a tocar no tema, como não houvera tocado antes de março de 1941. Depois de tanta gente ter preenchido intermináveis laudas de papel e gasto toneladas de saliva para atacar ou defender as reformas ortográficas, não deixa de ser irônico que as exéquias da antiga

ortografia tenham sido obra de alguém cuja opinião intelectual sobre o tema sequer era conhecida.

A diarréia

Graças a Lourival Fontes, a partir de 1941 diarréia deixava de ser um problema para as crianças do Brasil escolar. Doravante, a saúde pública continuaria a registrar os inúmeros casos patológicos de sempre, mas, em compensação, os alunos aprenderiam que havia somente uma forma de escrever corretamente a palavra.

O professor Nascentes

Em 1940, a Academia de Lisboa cumprira finalmente o acordo assinado com a Academia Brasileira nove anos antes, ao publicar o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, uma maçaroca de setecentas páginas e 147 mil vocábulos. Em relação ao acordo de abril de 1931, os doutos filólogos lusos introduziram quatro modificações de pequena monta, com a anuência da Academia Brasileira. Permaneceram em Portugal, porém, os tradicionais acentos agudos em anónimo e arquitectónico, além de consoantes ainda pronunciadas lá e não mais cá, como o *c* em arquitecto.

Restava agora o Brasil publicar seu próprio vocabulário – que seria uma cópia da obra portuguesa, com as devidas adições dos termos de origem africana e indígena que já faziam parte do repertório falado nacional. Para tanto, o ministro Capanema contratou os serviços do professor Antenor Nascentes, do colégio Pedro II do Rio de Janeiro, e já mandou pagar pelos serviços: “O ministro da Educação autorizou, em 13 de março de 1940, o pagamento de 12 contos de réis, a título de remuneração, ao professor Antenor Nascentes, para composição do vocabulário nacional”.

O professor Nascentes dedicou a maior parte dos dezoito meses seguintes à compilação, definição e redação dos verbetes, e em setembro de 1941 submeteu o calhamaço ao escrutínio de uma comissão formada por eruditos da Academia e do Ministério da Educação. Supunha-se que a aprovação seria lépida, mas já no primeiro encontro, em 14 de outubro, a comissão notou que o professor Nascentes, um pouco por empolgação e

outro tanto por erudição, havia se desviado em alguns pontos do acordo de 1931. Várias sessões depois, em 14 de dezembro de 1941, o trabalho do professor foi rejeitado.

A entrega da rapadura

Para desconsolo do ministro Capanema, dois anos inteiros tinham, em bom latim, *abiit paludem* – ido para o brejo. Felizmente para o professor Nascentes, não lhe foi solicitada a devolução da remuneração percebida. Em 29 de janeiro de 1942, Capanema proferiu uma longa e vibrante peça de oratória na Academia e, em síntese, entregou a rapadura. Depois de lamentar que “em matéria de ortografia, vivemos num sistema de incertezas”, Capanema propôs que a Academia assumisse o projeto do vocabulário e, enquanto ele não fosse ao prelo, que se adotasse como sistema nacional transitório o vocabulário de Lisboa.

A Academia aceitou de bom grado a incumbência, nomeando de imediato a enésima comissão de filólogos para tocar o bonde ortográfico. “Agora 60 milhões de indivíduos falarão a mesma língua”, declarou satisfeito o primeiro secretário da Academia, Pedro Calmon, incluindo na conta os residentes em Angola, Moçambique e Timor-Leste (um pleonasma linguístico, já que, no idioma malaio, timor significa leste). Falar do mesmo modo, a bem da verdade, essa multidão lusófona havia muito não falava, e jamais viria a falar. Mas, quem sabe, poderia vir a escrever de modo idêntico.

Igual, mas com desigualdades

À imprensa, Capanema informou quais diretrizes o vocabulário nacional iria seguir. Ele seria “igual ao lusitano”, apenas com quatro modificações que os confrades d’além-mar certamente apoiariam:

Inclusão de neologismos e estrangeirismos de uso corrente no Brasil, e de brasileirismos de origem indígena e africana.

Supressão dos regionalismos usados somente em Portugal e suas colônias.

Substituição de determinadas formas vocabulares de uso em Portugal pelas de correspondente uso no Brasil (entre elas, “puto”, que em Portugal é “menino”).

Retificação da grafia de nomes próprios geográficos, como fixado pela Conferência de Geografia promovida em 1926 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O acento distintivo

Como parte da combinação, o formulário ortográfico de 1931, acrescido das mexidas promovidas por Portugal, se tornaria o novo modelo brasileiro. A medida foi oficializada pelo decreto 5.186, de 13 de janeiro de 1943, e três meses depois o Ministério da Educação baixou a portaria 259, determinando que os livros didáticos a serem impressos seguissem a grafia do vocabulário de 1932 da Academia. Que existia havia onze anos, mas, devido às confusões causadas pelos decretos da década de 1930, nunca havia sido efetivamente posto em prática.

Havia, porém, um pequeno detalhe nesse vocabulário que renderia uma homérica dor de cabeça aos estudantes pelas três décadas seguintes. A adoção do acento diferencial, então chamado distintivo, devidamente empregado com parcimônia em Portugal (algumas palavras o tinham, mas não a maioria das que poderiam tê-lo). Sua função era a de ajudar quem lia a diferenciar, através de um insignificante sinal diacrítico, a grafia de palavras homógrafas e homófonas.

A homografia

Era simples. Se houvesse uma palavra com as vogais *e* ou *o*, fechadas, e se houvesse outra palavra com forma idêntica (do grego homógrafo, escrita igual), mas com as referidas vogais abertas, as vogais fechadas levariam acento circunflexo. Forma, aí na linha de cima, era um caso típico. Como existia o substantivo forma, significando maneira, e o tempo verbal “ele forma”, a fôrma para cozinhar bolos passaria a portar um chapéu no *o*.

Bom, não era tão simples assim, porque o vocabulário brasileiro não adotara a parcimônia portuguesa – aqui, tudo o que pudesse ser acentuado,

seria. Tudo bem que não haveria dificuldade em saber que olho teria acento, porque “eu olho”, do verbo olhar, era algo corriqueiro na linguagem cotidiana. Todavia, ao grafar uma palavra que lhe era sobejamente familiar, o aluno precisaria descobrir se não havia outra, de construção igual, mas que raramente, ou nunca, aparecera nos textos que ele lera na vida – ou seja, para poder escrever corretamente uma palavra, o aluno precisaria saber duas.

A pêra e as peras

Um exemplo era pêra, a fruta. A palavra era acentuada porque existia a preposição pera, com *e* aberto, forma arcaica de para. Tão arcaica que não era usada desde os idos em que se escovava os dentes com areia e carvão, e nem era mais registrada nos dicionários. Como preposição não tem plural, uma pêra levava acento, mas duas peras não. E os alunos, coitadinhos, morriam de medo só de imaginar quantos arcaísmos defuntos haviam sido exumados com o único propósito de permitir que os professores baixassem a nota da redação.

Como a esquizofrênica regra da homografia abrangia milhares de vocábulos, e como somente filólogos com doutorado conheciam todos eles, as dúvidas seriam infinitamente maiores que as certezas:

- Cabelo tem acento?
- Acho que não.
- Não existe o verbo cabelar? Eu cabelo, tu cabelas...
- Nunca ouvi.
- Nem eu. Mas se tem descabelar, deve ter cabelar.
- Então é melhor errar por excesso do que por falta. Bota o acento.

A homofonia

Há palavras homófonas (do grego “som igual”) que não são homógrafas, como cessão, sessão e seção. E há outras que são, como a preposição por e o verbo por, que eram abarcadas pela nova regra. E qual das duas deveria carregar o acento distintivo? Aquela que o vocabulário decidisse. No caso, o verbo, como em “é preciso pôr os pingos nos is”. Esse acento em pôr não

era extensivo a seus parentes próximos (compor, dispor, recompor, que não tinham homógrafos), mas não era raro encontrar nos jornais um repôr, e menos raro ainda nos trabalhos escolares, porque pôr e repôr se pareciam demais. E, por via das dúvidas, o circunflexo pendia também sobre repôlho, porque, sabe, vai que existe o verbo repolhar?

A inundação de acentos ascendeu a categoria profissional dos revisores a um novo patamar salarial. Eles já existiam antes na imprensa, mas agora somente magistrados teriam embasamento para se incumbir da tarefa. E a lição começava com a própria função: não se acentuava “revisores”, mas professôres e doutôres tinham circunflexo, dada a existência dos verbos professorar e doutorar. Como as duas formas plurais eram acentuadas, não é de estranhar que as inocentes criancinhas deduzissem que o singular também deveria ser. Era difícil fazê-las entender que doutôra e doutôres eram formas corretas, mas doutôr não era.

E, para culminar, havia o todo, sem acento, e seu feminino tôda, com acento. Isso porque existe um passarinho, a toda, cientificamente *todus todus*, que os jamaicanos chamam de *tody*, e só eles chamam, porque a Jamaica é o único lugar do mundo em que a toda subsiste. Mas... e se algum dia viesse a ocorrer no Brasil um Seminário Mundial de Ornitologistas e um deles se referisse à toda? Então, para prevenir, acento em tôda.

O ém do também

A adoção do vocabulário de 1932 criaria, ainda, um caso curioso. Por regra, receberiam acento as oxítonas com mais de uma sílaba, terminadas em *em*. Se a aposição do acento era compreensível, o som não era, já que o acento agudo indica uma vogal aberta, e todos os *em* em questão eram fechados. Foneticamente, o correto seria escrever ninguém, também, porêm, e por aí vai. A regra, entretanto, estava em vigor em Portugal desde 1911 (havia sido proposta por Cândido de Figueiredo), e seria adotada também no Brasil a partir de 1943. E se enraizou, sem causar incômodo. Hoje, ninguém mais se dá conta de que somente nessas poucas palavras o som não se coaduna com a escrita.

A convenção

Os últimos retoques no dicionário brasileiro foram dados pela comissão de vocabulário, coordenada por José Carlos de Macedo Soares. Em agosto de 1943, o trabalho foi aprovado pela Academia, e em dezembro foram impressos 60 mil exemplares do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. A questão da ortografia estava decidida, depois de tantos anos de intensa labuta, e somente faltava um mero papiro oficial que convencionasse de vez tudo o que ainda houvesse a ser convencionado.

Expressamente

A convenção foi devidamente assinada em 29 de dezembro de 1943 pelo embaixador do Brasil em Portugal, João Neves da Fontoura, e pelo ministro plenipotenciário português, António Salazar (na prática, o ditador luso), sendo oficializada pelo governo brasileiro em janeiro de 1944. Não trazia qualquer nova instrução ortográfica, mas enfatizava dois relevantes aspectos político-culturais.

Artigo 3º. “Nenhuma providência legislativa sobre matéria ortográfica deverá ser de futuro posta em vigor sem prévio acordo entre os dois governos, após ouvidas as respectivas academias.”

Artigo 4º. “A Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa serão declaradas órgãos consultivos de seus governos em matéria ortográfica, competindo-lhes, expressamente, estudarem as questões que se suscitarem na execução desta convenção, e tudo mais que repute útil para manter a unidade ortográfica da língua portuguesa.”

Bem calçada

Assim, deputados não poderiam mais dar pitacos na ortografia, e a Academia passava a ser de direito o que já era de fato, a única entidade autorizada a opinar oficialmente sobre matéria ortográfica no Brasil. Que essa segunda determinação seria respeitada não havia a mais tênue dúvida, já que o mais novo acadêmico era o próprio presidente Getúlio Vargas, eleito para a imortalidade das letras em agosto de 1941, mas que só decidira assumir sua cadeira, a 37, em 29 de dezembro de 1943. Ao ser eleito,

Getúlio já havia escrito e lido, ou só lido, centenas de discursos, que foram reunidos nos sete volumes da coletânea *A Nova Política do Brasil*.

Getúlio não se furtaria a demonstrar sua generosidade para com a Academia que tão bem o acolhera. Em abril de 1943, autorizou a doação do terreno do Petit Trianon, que a academia ocupava havia vinte anos. E em novembro de 1944, assinaria decreto concedendo graciosamente à entidade “um terreno na avenida Presidente Wilson, pertencente à Marinha, onde deverá ser construída a nova sede da ABL”.

Minúcias

O ano de 1944 começava auspicioso para a ortografia luso-brasileira. Os dois vocabulários estavam na praça e a convenção garantia os entendimentos futuros. Tudo resolvido? Quase. Para ser oficialmente adotado no ensino público, o recém-publicado vocabulário da Academia necessitava de uma portaria do Ministério da Educação. Nada que fosse tirar o sono de alguém, porque o ministro Capanema já havia assinado tantas e tantas resoluções na vida. O ministro, porém, deixou o primeiro trimestre de 1944 se escoar sem que a portaria fosse baixada. Por dois motivos.

Os vocabulários das duas academias garantiam que ambos os países pudessem grafar perto de 99% de seus vocábulos de maneira uniforme. Porém, ainda existia uma coisinha aqui, outra ali, que não custaria conjuminar. Desta vez, definitivamente (advérbio que vinha sendo empregado em todas as conversações, mas sempre se descobria que ficara faltando alguma derradeira conjuminância). Esse era o primeiro motivo. O segundo seria mais preocupante. Ao perscrutar cuidadosamente a nova cartilha, imprensa e educadores perceberam que a tarefa de praticá-la seria mais complicada do que em princípio parecia.

Mesmo o *Jornal do Brasil*, defensor perene da nova ortografia, não deixou de reclamar: “Aparecem no vocabulário inúmeras palavras com acentuações que nem sempre correspondem à fonética brasileira”. Gênero, por exemplo, levava circunflexo no Brasil e agudo em Portugal – género. Além disso, palavras homógrafas acentuadas cá não o eram lá, como formas e todas.

Nada a discutir

Para a Academia, as opiniões contrárias podiam ser válidas, mas eram estéreis, como frisou seu presidente: “O assunto da reforma ortográfica se acha definitivamente resolvido pelo decreto 14.533 de 18 de janeiro de 1944, que aprovou a convenção entre Portugal e Brasil. O vocabulário da ABL foi consagrado por essa mesma convenção e publicado no Brasil por ordem do governo”. Portanto, a aludida portaria de Capanema nem se fazia necessária.

Não era o que Capanema pensava. Já que mais de três décadas haviam sido consumidas na busca da tão ansiada unificação ortográfica, ampla, geral e irrestrita, o que custaria investir mais um mês ou dois? Não seria de bom alvitre que as duas academias voltassem a confabular? Seria uma última, derradeira, definitiva conversa. Casualmente, os portugueses tinham opinião semelhante. E, como rezava o artigo 4º da convenção, as duas academias decidiram “reputar útil” um entendimento que pusesse um ponto final na questão.

O conflito

Havia apenas um único inconveniente. Aquele não era o momento mais propício para uma viagem transoceânica. Em 1944, a Segunda Guerra (ou, conforme muitos historiadores atuais, a segunda parte da guerra de 1914-1918) estava atingindo seu estágio crucial. Prudentemente, Getúlio Vargas havia conseguido manter o Brasil à margem das escaramuças durante alguns anos, mas desde 1942 navios brasileiros vinham sendo torpedeados por submarinos alemães. Em 29 de janeiro de 1943, uma reunião em Natal entre Getúlio e o presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, selou o ingresso do Brasil no conflito. Agora, formalmente, o país estava em guerra com a Alemanha e os submarinos alemães não hesitariam em disparar seus torpedos contra navios brasileiros que ousassem singrar o Atlântico.

As primeiras tropas brasileiras embarcaram para a Itália em julho de 1944, exatamente quando a Academia já tinha constituído a comissão que iria a Lisboa discutir a questão ortográfica (os imortais Barbosa Lima Sobrinho, Olegário Mariano e Rodolfo Garcia). Como explicaria o presidente da Academia, Múcio Leão: “A comissão designada estava pronta

para partir, mas, em uma situação dramática como esta, como vamos pensar na mais protelável e frívola das questões acadêmicas, como é a questão ortográfica?”. E filosoficamente indagava, “frente às enormes dificuldades da humanidade”, que consequência poderia ter o fato de um brasileiro continuar a escrever “perguntar”, e um português “preguntar”?

A viagem

O embarque foi então sendo adiado, sempre com expectativas otimistas de que a guerra estava por um fio. Em fevereiro de 1945, o *Jornal do Brasil* noticiou: “Vai ser discutido em Lisboa o problema ortográfico. A comissão da ABL é esperada em março”. No final de abril, nova informação: “Agora mesmo está a seguir para Portugal uma comissão da ABL”. Como se sabe, no Brasil “agora mesmo” tem um sentido mais cósmico que temporal, e somente em julho a comissão desembarcaria em terras lusitanas para expurgar os entretantos e acordar os finalmentes. Havia um motivo para Portugal nunca ter vindo acordar cá – as iniciativas de propor acordos bilaterais eram sempre brasileiras.

O cerimonial se compunha de duas partes. Primeiro, seria acordado o formulário ortográfico, um conjunto de 51 regras básicas que norteariam as decisões. Em seguida, passar-se-ia à discussão das exceções. Que começavam com o próprio substantivo exceção, que em Portugal tinha um *p*, exceção – o mesmo *p* que o adjetivo derivado, excepcional, tinha no Brasil e em Portugal. A parte do formulário básico foi resolvida num átimo: no dia 11 de agosto, o ditador Salazar ofereceu um banquete para comemorar o acordo celebrado na véspera. Já a segunda parte – tira o *p* ou deixa o *p* – tomaria bem mais átimos.

Sá Nunes e Rebelo

O catedrático José de Sá Nunes, da Universidade de São Paulo, foi o relator das proposições brasileiras, cabendo ao filólogo Rebelo Gonçalves defender a causa lusitana. E os dois se entenderam até nas reticências, porque Rebelo também dera aulas na USP entre 1935 e 1938. Em 8 de outubro, foram assinados os últimos instrumentos complementares, os miniacordos que

determinavam como cada palavra da língua portuguesa seria grafada por todo o sempre. Ou até o dia em que alguém decidisse convocar uma nova comissão.

No dia 8 de dezembro, o *Diário Oficial* publicou o decreto que dava fé à “assinatura do acordo para a unidade ortográfica da língua portuguesa”. Com os devidos jamegões das duas academias, o acordo estipulava que o novo formulário ortográfico seria adotado no Brasil e em Portugal a partir de 1º de janeiro de 1946, e que os dois vocabulários existentes continuariam em vigor até que fosse impresso o vocabulário único, indiscutível, e comum aos dois países. Em 29 de dezembro, a convenção ortográfica luso-brasileira foi oficializada por decreto, mas passaria a ser denominada acordo de 1945 para a devida economia de espaço na imprensa.

A queda

Quem firmou o decreto, entretanto, não foi Getúlio Vargas. Dois meses antes, às onze horas da noite do dia 29 de outubro, terça-feira, ele deixara de ser o mandatário da nação, cinco dias depois de celebrar o 15º aniversário no cargo. Como noticiaram os jornais do dia seguinte, ainda não se sabia se havia ocorrido uma deposição ou uma renúncia, e até hoje persistem dúvidas, embora um dos partícipes do processo, o general José Pessoa, declarasse uma semana depois que a renúncia havia sido “uma fórmula lançada por Getúlio e generosamente aceita pelos militares de terra, mar e ar”.

O que se sabe é que Getúlio realizou o segundo grande sonho de todo ditador, o de sair pela porta da frente (o primeiro grande sonho é nunca sair). Deposto, Getúlio passaria o dia seguinte no palácio Guanabara, limpando gavetas e empacotando pertences, e embarcaria em um avião militar com a família para seu latifúndio em São Borja. Muitos fatos pontuais são apontados para a queda de Getúlio (como a nomeação de seu irmão Benjamin para a chefatura de polícia do Rio de Janeiro, à véspera do golpe), mas o mais provável é que o motivo tenha sido o que derruba todos os governos de exceção – o desgaste. Para Getúlio, no entanto, o afastamento seria apenas um período sabático. Logo, ele estaria de volta.

Linhares

Teoricamente, o regime político do Brasil era republicano, o que implicaria a existência de um vice-presidente para assumir a cadeira presidencial. Ditadores, porém, têm ojeriza à palavra vice, e no Brasil o cargo não existia, como também não constava na Constituição qualquer dispositivo nomeando o substituto em caso de impedimento do titular. Os militares decidiram então fazer “um convite” ao presidente do Supremo Tribunal Federal, o cearense José Linhares, para assumir um mandato-tampão até que novas normas pudessem ser democraticamente aplicadas.

Quem fizer uma busca nos jornais do primeiro semestre de 1945 descobrirá que neles há menos referências a José Linhares do que ao “Granulado Lycetol contra Arthritismo e Rheumatismo” (e, também, flagrantemente contra a ortografia oficial). Pouco afeito aos holofotes, Linhares seria presidente durante escassos três meses e cinco dias. Tempo suficiente, porém, para que ele organizasse as próximas eleições presidenciais (que já estavam previstas para o dia 2 de dezembro e seriam mantidas) e assinasse o decreto-lei 8.286, em 5 de dezembro, aprovando o acordo ortográfico de 1945.

O acordo da discórdia

Em sua edição de 13 de dezembro de 1945, o jornal *A Noite* foi de um otimismo extremado: “Com a aprovação do acordo, encerra-se largo período de confusões, envolvidas em peripécias inúmeras, que tornou os vocábulos do idioma nacional uma charada ou questão de palpite”. Encerra-se? Em teoria, o acordo deveria apenas ratificar o que havia sido combinado em 1943, mas, como logo se veria, havia bem coisas entre Lisboa e o Rio de Janeiro do que meras ratificações.

A imprensa começou a digerir os termos do novo acordo somente em dezembro de 1945, porque a comissão mantivera seu conteúdo em segredo. Com a publicação na íntegra dos detalhes, em 8 de dezembro, gentileza do *Diário Oficial*, é que se descobriu que o conteúdo do acordo iria dar muito pano para manga (*multa pannus manicas*, em latim).

As transigências

Ao desembarcar de volta de Lisboa, o professor Sá Nunes declarou exultante que os trabalhos haviam sido extenuantes (27 sessões diárias), mas que o resultado compensara: o acordo havia sido “um grande sucesso”, posto que “todas as propostas brasileiras foram aceitas”. Supunha-se que isso significasse que todas as portuguesas tivessem sido rejeitadas, mas o próprio texto do acordo explicava que havia sido compreendida e colocada em prática “a necessidade de transigir, de parte a parte”. Da parte do Brasil, tais transigências iriam reincorporar ao vocabulário palavras que pareciam de outro século, mas que eram adotadas em Portugal: húmido, objecto, olfacto, amnistia, indemnização, fractura, adopção, actor, direcção, character, Egipto.

No tocante à acentuação, transigiu-se a favor de Portugal no caso de polémica, fenómeno, anatómico, género, trinómio e dezenas de outras proparoxítonas que no Brasil portavam acentos circunflexos. E Antonio, aqui grafado com chapeuzinho no *o*, e no além-mar com acento agudo, passaria a ser António. Ademais, assembléia, colméia, e todas as palavras com o ditongo aberto *éi*, que eram acentuadas no Brasil, não mais o seriam, porque não o eram Portugal – lá, se grafava epopeia, ideia e aneis.

Embora no acordo constasse que “cada palavra da língua portuguesa terá uma grafia única”, as comissões concordaram que permaneceria em Portugal (mas não no Brasil) a diferenciação na acentuação de formas verbais consagradas, como o pretérito louvámos, com acento, para evitar confusão com o presente louvamos, sem acento. E, para horror dos baianos, o professor Sá Nunes declarou ao desembarcar na volta ao Brasil: “Para nomes de lugares, não há exceção. Bahia não tem mais *h*”. Os baianos ameaçaram pegar em armas – o vocabulário de 1931 mandava conservar os “topônimos de tradição histórica secular” e dava, como único exemplo, justamente a Bahia com *h*.

Deferências

É bem verdade que Portugal também oferecera sua cota de sacrifícios em nome de uma unidade linguística (talvez mais até que os brasileiros), ao ceifar uma boa quantidade de acentos já de domínio público, embora não

bem explicados (lêr, fêz, impôr, nêsse). No Brasil, todavia, o favoite lusitano ficou em segundo plano face à gritaria pela descaracterização que as mudanças causariam na ortografia destas bandas. Como o decreto do presidente Linhares prescrevia que as alterações só se tornariam obrigatórias no ensino escolar depois de uma portaria do Ministério da Educação, a reação inicial negativa de pais e professores (para não mencionar os jornalistas) gerou um hiato de um mês, durante o qual Linhares deixou o posto.

Entra o marechal

O novo presidente eleito, o marechal cuiabano Eurico Gaspar Dutra, começou tomando uma medida extrema – em 30 de abril, proibiu os jogos de azar em todo o território nacional, o que implicava o encerramento do jogo do bicho (que sobreviveria forte e rijo na clandestinidade aberta) e no irremediável fechamento dos cassinos que, em alguns casos, sustentavam cidades inteiras.

No tocante à ortografia, entretanto, Dutra houve por bem não se deixar levar por conclusões apressadas e a reforma entrou em estado de animação suspensa, na qual permaneceria por sete meses. E só saiu dela porque, em outubro de 1946, dois deputados, Beni Carvalho e Fernandes Távora, decidiram apresentar um projeto de lei para a revogação do decreto do presidente Linhares que aprovara o acordo. Um mês e meio depois, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados emitiu parecer assentindo que o acordo fosse declarado sem efeito. Um dos membros dessa comissão era o escritor baiano Jorge Amado, que em 1945 havia sido eleito deputado pelo Partido Comunista Brasileiro e dezesseis anos depois, já perdoado por seu voto contra o acordo, seria introduzido na Academia Brasileira de Letras.

Enquanto a discussão prosseguia, os acadêmicos não ficaram sem trabalho: em junho de 1947, o general Liberato Bittencourt propôs que a frase do “Hino Nacional”, “deitado eternamente em berço esplêndido”, fosse trocada por “erguido ousadamente em gesto esplêndido”. O deputado Aureliano Leite, da Comissão de Cultura da Câmara, repassou o tema à Academia para um estudo mais acurado.

Vai ou não vai?

O Hino ficou como estava, mas, no concernente à ortografia, o parecer da Comissão da Câmara iria dar início a um debate que se prolongaria por inacreditáveis dez anos. No começo, entretanto, a impressão era de que tudo se resolveria com uma pitada de diplomacia, e por isso a Academia deu continuidade à tarefa de publicar um vocabulário moldado no novo acordo. Em 24 de dezembro de 1947, o *Vocabulário Reduzido da Língua Portuguesa* (que, apesar do “reduzido” do nome, tinha 1.300 páginas e 43 mil palavras), foi lançado simultaneamente no Brasil e em Portugal.

Alguns deputados e senadores ficaram pasmos. Como poderia o vocabulário ser publicado, se o assunto ainda estava em debate? E com que propósito, se o próprio ministro da Educação ainda não decretara seu uso didático? Para prevenir novos mal-entendidos e acalmar os ânimos legislativos, em março de 1948 o ministro da Educação, Clemente Mariani, decidiu submeter o Acordo de 1945 à aprovação do Congresso. Um gesto cordial calcado no bom senso, mas que não resultaria no desfecho esperado. Bem ao contrário.

Inconstitucional?

Em outubro de 1948, a Comissão de Educação e Cultura do Senado nem entrou no mérito do conteúdo cultural e literário do acordo. Simplesmente, considerou que ele era inconstitucional. A culpa era do artigo 3º, aquele que determinava: “Nenhuma providência legislativa sobre matéria ortográfica deverá ser de futuro posta em vigor...”. Segundo a comissão, sendo prerrogativa do Congresso “legislar sobre bases e diretrizes da educação, não se pode impedi-lo de exercer seu direito de fazê-lo sobre matérias ortográficas”. O parecer da Comissão colocava em xeque não apenas o acordo de 1945, mas também o de 1943, que não havia sido ainda aprovado pelo Congresso.

Uma nova rodada de discussões não conduziu a qualquer conclusão prática, e em junho de 1949, falando em nome da Academia, Pedro Calmon reclamou: “O acordo luso-brasileiro está concluído e devidamente legalizado. Para que entre em vigor aguarda-se apenas que o Congresso aprove a convenção diplomática que o firmou”. Esse era o breque de mão

da situação, porque a Constituição estabelecia: “É de competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados e convenções celebrados com estados estrangeiros pelo presidente da República”. Se o Congresso aprovasse a convenção, concordaria que não mais poderia legislar sobre ortografia. Se não aprovasse, menosprezaria o governo e a Academia de Portugal. Se não fizesse uma coisa nem outra, tudo continuaria no limbo.

A volta de Getúlio

E foi no limbo que a situação boiou até outubro de 1950, quando Getúlio Vargas voltou a assumir a presidência da República, só que, desta vez, pelo voto democrático de 49% dos eleitores brasileiros, que nunca haviam deixado de ver nele “o Pai dos Pobres”. O cantor Francisco Alves, o “Rei da Voz”, gravou uma marchinha para saudar o retorno de Getúlio: “Bota o retrato do velho outra vez / Bota no mesmo lugar / O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”. Se não deve ter-se sentido lá muito lisonjeado com o tratamento de “velhinho”, pelo menos no tocante a fazer todo mundo trabalhar Getúlio certamente não deixou de manifestar, como presidente e como imortal, sua contrariedade pela morosidade com que o acordo ortográfico de 1945 vinha sendo tratado.

Nem assim, no entanto, os trâmites se aceleraram (Getúlio já não tinha mais o DIP para mandar prender e mandar soltar). Em março de 1951, o *Diário de Notícias* lamentava: “São passados três anos e dois meses da publicação simultânea do *Vocabulário Ortográfico Reduzido da Língua Portuguesa* e até agora só Portugal o adotou. No Brasil, ele ainda não ganhou a última formalidade”. Tal formalidade finalmente se materializaria em dezembro, quando a Comissão de Educação e Cultura da Câmara enviou ao plenário um projeto a ser votado: “Fica revogado o decreto-lei que aprovou o acordo ortográfico de 1945, firmado em Lisboa em 10 de agosto daquele ano”.

Tergiversações

Agora vai? Não. O projeto não chegou ao plenário, e o limbo apenas ganhou mais um inquilino. Quase um ano depois, em novembro de 1952, o deputado Coelho de Souza apresentou outro projeto, que revogava o decreto-lei de 5 de dezembro de 1945, e restaurava oficialmente o sistema de 1943, “aliás, em uso em todo o país”, como explicou o nobre parlamentar. De fato, embora o sistema ortográfico de 1943 estivesse sendo adotado na prática, pelas instituições de ensino e pela imprensa, o sistema oficialmente em vigor era o último que havia sido referendado, o de 1931.

O nó legal seria desatado em março de 1954, quando a Comissão de Justiça do Senado ratificou a convenção ortográfica firmada em 29 de dezembro de 1943. Assim, ratificava-se também o conteúdo do acordo. Porém, ainda não estava resolvida a questão sobre o acordo de 1945, cuja solução os portugueses vinham cobrando, e uma alvissareira notícia foi publicada em maio de 1955: “O Senado deverá, em regime de urgência, apreciar a convenção ortográfica de 1945”. A possibilidade de uma drenagem no limbo imediatamente levou escritores e editoras a se manifestarem contrários à medida, preferindo a via mais simples da manutenção do acordo de 1943.

Café Filho

Em 25 de agosto de 1954, Getúlio Vargas produziria sua obra escrita mais famosa, a carta-testamento, escrita com a mesma mão que, minutos depois, apertaria o gatilho de um revólver e dispararia uma bala contra seu coração. Deixando a vida para entrar na história, Getúlio partiria sem ter visto a solução do debate ortográfico. Seu vice, Café Filho, teria a oportunidade de colocar uma pá de cal no assunto. E, para surpresa de mais ninguém, não a aproveitaria.

Em agosto de 1955, a Câmara aprovou o vocabulário de 1943 e propôs que a convenção de 1945 fosse esquecida. Café Filho, usando de seus poderes, vetou a resolução. Não haveria como explicar ao governo de Portugal, deve ter pensado Café Filho, que seria enviada ao arquivo-morto uma convenção assinada por dois representantes de fina estirpe (um deles, o ditador Salazar). O veto agradou aos portugueses, mas desagradou em maior intensidade aos brasileiros: “Vem despertando viva repulsa nos meios

intelectuais e editoriais o ato do sr. João Café Filho, vetando o acordo ortográfico de 1943 e adotando o de 1945”, escreveu o *Correio da Manhã*.

O veto do veto

A Câmara Brasileira do Livro, associação que reunia todas as editoras brasileiras, veio a público para informar que o prejuízo seria monumental – “uma quantia superior a 10 milhões de livros didáticos” seria inutilizada caso não houvesse rejeição ao veto presidencial. Em outubro, o Congresso se reuniu para debater o veto de Café Filho e votou por derrubá-lo e por reafirmar o vocabulário de 1943. Bom democrata, Café Filho aceitou a decisão e talvez tenha explicado a Salazar: “Tentar, tentei, mas não deu”. Ato contínuo, em 21 de outubro Café Filho emitiu o decreto-lei 2.623, restabelecendo o que havia vetado.

Em dezembro de 1957, o Senado chegou a um meio-termo salomônico para ajeitar o lado diplomático da questão: engavetou a convenção de 1945 e aprovou a de 1943, sobre a qual legalmente se sustentava o sistema ortográfico em uso. Mera formalidade, porque a Academia já havia anunciado que as próximas impressões do vocabulário trariam a grafia de 1943.

Decorridos cinquenta anos da primeira reforma ortográfica, a Academia havia cumprido sua primeira meta, a de simplificar a grafia do português, mas ainda não a segunda, a da unificação das ortografias de Brasil e Portugal. Mas, pelo menos, haveria uma boa notícia no âmbito da educação – o Brasil, finalmente, depois de 460 anos de história, saía de uma década com mais alfabetizados do que analfabetos. O índice de alfabetização, de 49,5% em 1950, subiria para 60% em 1960. Parece alto, e realmente era. O índice não levava em conta o diploma de conclusão do curso primário. Mesmo sem ele, um funcionário que fosse capaz de assinar seu nome no recibo de pagamento entrava na conta dos alfabetizados.

Os anos 1960

Em ritmo de chá-chá-chá com letra de bolero, em apenas dois anos e dez meses o Brasil veria a inauguração de uma nova capital, a renúncia de um

presidente, Jânio Quadros (considerado comunista porque condecorara o guerrilheiro Che Guevara), a restrição das Forças Armadas à posse do vice, João Goulart (considerado ainda mais comunista, porque estava em visita oficial à China quando Jânio renunciou), a adoção do sistema parlamentarista, o entra e sai de três primeiros-ministros, um plebiscito para a volta do presidencialismo e a posse de João Goulart como presidente.

Em 1962, o latim, matéria obrigatória nos cursos ginasiais desde que o ensino secundário havia sido introduzido no Brasil, foi eliminado da grade de matérias pela Lei de Diretrizes e Bases do Ministério da Educação. A medida era retroativa: alunos que haviam sido reprovados em 1961 por insuficiência em latim, foram “aprovados” quando se apresentaram para repetir o ano. Em compensação, por sugestão do consagrado maestro e compositor Heitor Villa-Lobos, presidente da Academia Brasileira de Música, foi introduzida no currículo a matéria canto orfeônico, para desespero dos alunos que preferiam o twist, a dança do momento.

Quanto à ortografia, seu estado de banho-maria foi brevemente levado à ebulição em novembro de 1963, com o lançamento de um livro de Nestor de Holanda, *A Ignorância ao Alcance de Todos*, com o subtítulo “Cartilha de Analfabetização sem Mestre”. Uma gozação em desenhos e textos sobre os acordos ortográficos e a dificuldade que eles haviam criado para professores e alunos, o livro vendeu 70 mil cópias, um fenômeno para a época. Todo mundo se divertiu, mas a grande dúvida persistia: novelo tinha acento? Existia o verbo novelar? Sim, existia. Então novêlo tinha acento.

A década de 1960 causou inúmeras convulsões sociais pelo mundo afora. No Brasil, a ortografia se manteve imune aos movimentos revolucionários, mas a pátria amada não escaparia – no último dia de março de 1964, o presidente João Goulart foi deposto pelas Forças Armadas e o Brasil voltava a ser comandado por uma ditadura. Assim como Getúlio Vargas fizera em 1930, os militares prometeram que o regime de exceção seria apenas transitório. Como se descobriria, não só não seria, como superaria em seis anos a ditadura civil de Getúlio, permanecendo no comando do país até março de 1985.

De volta à ortografia

Em 1967, Portugal ainda não havia deglutido bem a desfeita brasileira de combinar uma coisa e fazer outra em relação ao acordo de 1945, mas, mesmo assim, decidiu tentar novamente. No mês de maio, foi realizado em Coimbra o I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, promovido por eméritos filólogos portugueses. A novidade era que a Academia Brasileira de Letras não havia sido convidada a participar – os lusitanos preferiram debater com os membros da Academia Brasileira de Filologia. O objetivo do encontro, como não poderia deixar de ser, era a unificação ortográfica.

Persistentes, os portugueses propuseram, sem pejo, o que já havia sido aceito 22 anos antes pela Academia Brasileira e rejeitado pelo Congresso. A saber: a eliminação, no léxico do Brasil, dos acentos diferenciais nas palavras homógrafas. Em troca, Portugal varreria suas consoantes mudas, permitindo seu uso facultativo somente em alguns casos especiais (como *facto* em Portugal e *fato* no Brasil). O *trema* continuaria banido em Portugal, mas, como vinha sendo tolerado no Brasil desde 1943, seu emprego ficaria por conta e gosto dos brasileiros – quem quisesse poderia usá-lo, mas quem não o usasse não incorreria em erro ortográfico.

Setenta outonos

Enquanto os filólogos se esfalfavam em Coimbra, no Rio de Janeiro a Academia celebrava seu septuagésimo aniversário. Em relação ao grupo inicial de quarenta ilustres escritores que a fundaram em 1907, a Academia de 1967 congregava menos escritores de grande público, mas, nas palavras do presidente Austregésilo de Athayde em seu discurso, os membros atuais haviam sido admitidos pelo “alto saber e erudição acessíveis apenas às camadas intelectuais”. O que excluía autores populares como o escritor carioca José Mauro de Vasconcelos, maior vendedor de livros do país no ano seguinte com seu frutífero *Meu Pé de Laranja Lima*.

Uma exceção era o diplomata Guimarães Rosa, escritor mineiro de peso indiscutível. Eleito em 1963, ele passaria mais de três anos protelando sua posse, até finalmente se assentar na cadeira 2 em novembro de 1967. Guimarães Rosa era o escritor brasileiro mais em evidência em 1967. Seu novo livro, *Tutameia*, atingira rapidamente o topo dos mais vendidos.

Baseado em seu livro anterior, *A Hora e Vez de Augusto Matraga*, o filme homônimo dirigido por Roberto Santos, um dos gurus do Cinema Novo, fazia sucesso nas telas. Além disso, Guimarães Rosa era um dos autores brasileiros mais publicados no exterior.

Parecer

E, além de tudo isso, fazia parte do Conselho Federal de Cultura, o CFC, órgão que havia sido criado em 1962 para dar suporte ao governo nas questões da língua portuguesa. Nessa condição, Guimarães Rosa defendeu em agosto de 1967 o parecer emitido pela Câmara de Letras, uma das quatro subdivisões do CFC, em relação à unificação ortográfica que os filólogos haviam discutido em Coimbra. “A proposta tira-nos bastante e, se paga, paga pouquinho. Somos por sua rejeição”, dissertou Guimarães Rosa. Não que a Câmara de Letras estivesse a favor dos acentos; estava contra a unificação da grafia luso-brasileira com o Brasil pagando a parcela maior da conta.

Gustavo Corção, respeitado pensador católico que representava a Câmara de Ciências Humanas do CFC, defendeu a adoção da proposta. Posta em votação, a unificação pretendida pelos filólogos foi rejeitada por 10 votos a 8. No lado dos vencedores estava a futura imortal Rachel de Queiroz, que declarou: “Não ocorre a norte-americanos e ingleses unificar a maneira de escrever de seus países, em vários pontos já bem diversificada”. Já o sociólogo Gilberto Freyre, conselheiro da Câmara de Ciências, se declarou incompetente para opinar: “Escritor é chofer, e não mecânico”.

A volta à origem

Decidiu-se também, dada a apertada margem de votos que minara a unificação, que o tema se mostrara controverso e que uma nova apreciação da matéria deveria ser feita, oportunamente, pelo organismo encarregado das reformas da língua – a Academia. A proposta dos filólogos, entretanto, assanharia setores que haviam há muito desistido de se manifestar sobre ortografia. Falando em nome dos editores de jornais e revistas de São Paulo,

Edmundo Monteiro disparou contra a acentuação, argumentando que ela tomava um tempo enorme dos linotipistas e dos revisores.

Escritores adentraram a arena para atacar o absurdo de uma regra ser aplicada mesmo quando era desnecessária. Por exemplo, o acento nas oxítonas terminadas em *a*, que fazia sentido no caso de palavras com mais de uma sílaba, mas era redundante e totalmente dispensável nos monossílabos – de que outra maneira alguém pronunciaria *pa*, *ca*, *ja* e *la*? Outra regra considerada sem sentido era a que mandava trocar por grave o acento agudo na formação de um diminutivo (*pèzinho*), ou de um advérbio terminado em *mente* (*temporàriamente*), ou de uma derivação com sufixo em *z* (*cafèzal* e *sòzinho*). No mesmo rol de queixas entrava o circunflexo em economicamente.

Na Câmara e nas ruas

Atento ao burburinho, o deputado paulista Alceu de Carvalho nem quis aguardar a manifestação dos literatos – em agosto de 1967, apresentou projeto propondo a eliminação do acento circunflexo diferencial e a supressão de mais algumas perfumarias ortográficas. Segundo Alceu e os seus, a ortografia simplificada em vigor era tudo, menos simples. A Academia de Filólogos aplaudiu a iniciativa (o projeto era calcado no simpósio de Coimbra), enquanto a Academia de Letras era convidada pelo Conselho Federal de Educação a compor uma comissão mista para debater o assunto.

Ao contrário do que ocorrera em décadas passadas, em 1967 não houve um debate polarizado, com etimologistas conservadores de um lado e fonéticos liberais do outro. A verdade é que o povo letrado, na impossibilidade de promover mudanças na cúpula do governo, já que o direito ao voto lhe havia sido retirado e a censura à livre expressão corria solta, decidiu formar uma frente ampla contra os perniciosos acentos, e somente uma alma ilustre se alevantou para defendê-los – Aurélio Buarque de Holanda, imortal e lexicógrafo que, na época, ganhara súbita notoriedade popular por ser “o tio do Chico Buarque”.

Pelos escaninhos

Enquanto Guimarães Rosa falecia em 19 de novembro de 1967, legando à literatura brasileira um oceano de neologismos, a proposta de Alceu de Carvalho recebia o carimbo de aprovação da Comissão de Justiça da Câmara – cuja tarefa era decidir se projetos de lei feriam algum dispositivo legal. Daí em diante, porém, os labirintos burocráticos se encarregariam de desacelerá-lo. Enviada para análise aos deputados que compunham a Comissão de Educação, a matéria se tornaria refém dos pareceres e das sugestões de órgãos consultivos.

Consultado, o Conselho Federal de Cultura sugeriu que o assunto fosse deixado nas laboriosas cabeças pensantes das academias brasileira e lusitana. Até aquele momento, todos os envolvidos se mostravam dispostos a varrer os acentos, mas parecia não haver muita pressa para começar, de fato, a limpeza. E então, não mais que de repente, o que era doce (com acento) se acabou e se começou a dançar outra ciranda, bem mais séria, que levaria a discussão ortográfica a desaparecer dos jornais por três anos.

Tempos bicudos

O general Costa e Silva, que havia substituído o marechal Castelo Branco na presidência em março de 1967, desde o princípio de sua gestão dera mostras de que os militares não pretendiam tão cedo restaurar a democracia. Grupos de brasileiros descontentes com a situação já haviam começado a se formar na clandestinidade e seu primeiro atentado teria como alvo o próprio Costa e Silva, quando ainda era pretendente à sucessão presidencial – em 12 de julho de 1966, uma bomba explodiu no aeroporto dos Guararapes, no Recife, matando duas pessoas (um jornalista e um almirante) e ferindo outras catorze. Costa e Silva escapou porque nem estava no local, graças a uma pane no avião que o traria de João Pessoa a Recife.

O governo militar partiu resolutivo para a repressão, mas os militantes civis não se intimidaram e a temperatura do caldeirão político-social foi aumentando até ferver no segundo semestre de 1968. Para conter manifestações estudantis, o governo havia ordenado o fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais e a invasão da Universidade de Brasília pela tropa de choque da Polícia Militar. No dia 2 de setembro, o deputado Marcio Moreira Alves foi à tribuna da Câmara para protestar, e

não mediu palavras. Sugeriu que o povo, em represália às ações militares, boicotasse as comemorações do Sete de Setembro. E, de quebra, propôs que as moças brasileiras não namorassem oficiais militares.

O ato

Afrontado, e apoiado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, o governo militar solicitou (eufemismo para ordenou) que o Congresso cassasse o mandato de Marcio Moreira Alves, para que, desprovido da imunidade parlamentar, o deputado pudesse ser processado por difamação, injúria, falta de patriotismo e o que mais a legislação permitisse. No dia 12 de dezembro, o plenário da Câmara corajosamente negou o pedido de cassação. Vinte horas depois, Costa e Silva emitiu um Ato Institucional, instrumento que lhe permitia baixar decretos sem submetê-los à aprovação do Congresso. O ato de 1968, o AI-5, fecharia as portas da Câmara e do Senado por quase um ano, até 22 de outubro de 1969.

Em 1969, mandatos foram cassados; prisões arbitrárias foram feitas; artistas foram exilados; e estudantes rotulados como subversivos foram proibidos de se matricular em universidades. Costa e Silva deixaria a presidência em 31 de agosto de 1969, impossibilitado de continuar governando por motivo de saúde, mas o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de assumir. Em vez dele, tomou posse uma Junta Militar. Ao mesmo tempo em que tudo isso acontecia, a economia brasileira começava a crescer de maneira espetacular – os quatro anos seguintes seriam rotulados como o período do “milagre econômico”.

Ame-o ou deixe-o

Em 30 de outubro de 1969, entrou em cena o terceiro presidente do ciclo militar, o general gaúcho Emílio Garrastazu Médici. Paralelamente ao sistema de repressão instalado para lidar com a subversão, o governo investiria – como Getúlio Vargas já fizera e nenhuma ditadura jamais deixara de fazer – na propaganda de que no mundo não havia país melhor que este. “Eu te amo meu Brasil” seria o grande sucesso musical de 1970. Surgiram adesivos de “Brasil, ame-o ou deixe-o”, e outras similares frases

de efeito. E, para celebrar a grandeza da pátria, a Seleção Brasileira se tornaria tricampeã mundial no México com uma campanha irretocável – seis jogos nas eliminatórias e seis na Copa, e doze vitórias.

A propaganda, somada ao bom momento econômico e ao tricampeonato, faria efeito nas eleições de 1970, quando o partido governista, a Arena, recebeu sete de cada dez votos depositados nas urnas. Submetida à mordida da censura, durante anos a imprensa só iria noticiar o que interessava aos militares, e a resistência seria feita de forma visual – preenchendo as lacunas deixadas pelas tesouradas dos censores, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava versos de *Os Lusíadas* e receitas de bolo, enquanto a revista *Veja* preferia ilustrações de demônios medievais. Dois brasis viveriam alguns anos em paralelo, o da superfície, feliz com as conquistas da classe média (chegava a seis meses o tempo de espera para receber uma Brasília, recém-lançada pela Volkswagen, e mesmo assim se o comprador não fizesse questão da cor), e o Brasil subterrâneo, cujos detalhes só começariam a ser dragados duas décadas depois.

Um novo porvir

“Em ritmo de Brasil grande”, como afiançava o slogan oficial, o Brasil voltaria a se ocupar da ortografia em 1970. Em janeiro, a banca examinadora do vestibular do curso de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro abrandou a dureza do exame: “A correção levará em conta o conteúdo da redação. A ortografia terá valor menor, exceto em caso de erros muito graves”. O que, presumivelmente, além de subordinar a grafia às ideias, excluía os erros de acentuação da categoria de “muito graves”.

Em abril, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados desengavetou o projeto de Alceu de Carvalho, que dormitava já fazia mais de dois anos, e se dedicou a avaliá-lo. O resultado foi a nomeação do professor Antenor Nascentes para encabeçar uma comissão de filólogos encarregada de redigir um anteprojeto mais detalhado, que pudesse ser levado ao plenário. Ouviu-se, então, pelos corredores da Câmara a voz de quem já tinha visto aquele filme – o congressista Gustavo Capanema, o mesmo que, 35 anos antes, como ministro da Educação, se envolvera até a medula na questão ortográfica.

Agora deputado por Minas Gerais, Capanema lembrou que continuava em vigor o acordo de 1943, celebrado entre Brasil e Portugal, que estipulava: um país não pode mexer na ortografia sem a concordância do outro. E havia um caminho pré-determinado a ser seguido: o Conselho Federal de Cultura consultaria a Academia de Letras, que se entenderia com a Academia de Lisboa. Havendo acordo entre os acadêmicos, os representantes diplomáticos dos dois governos assinariam um novo convênio, em substituição ao de 1943, e – aí sim – a reforma poderia ser aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República.

Novos acordos

O presidente da Academia, o insigne pernambucano Austregésilo de Athayde, deu inteira razão a Capanema. Sem a Academia, nada se faria. Mesmo assim, em junho de 1970 a comissão de filólogos finalizou seu parecer, aprovando todos os itens do projeto de Alceu de Carvalho. Ato contínuo, o documento foi enviado às duas academias, a de Letras e a de Filologia, para a devida bênção. Nada tendo a opor, a Academia de Letras procedeu como ordenava o protocolo, enviando o parecer à Academia de Lisboa.

A resposta não demorou (pelo menos, em relação a situações passadas): em novembro de 1970, os portugueses começaram a escarafunchar a proposta, e em janeiro de 1971 informaram a seus colegas da Academia Brasileira que topavam extirpar as ervas daninhas que atravancavam a ortografia. Não só isso, como, pela primeira vez, o próprio presidente da Academia de Lisboa, Amorim Ferreira, se declarou disposto a cruzar os mares e vir ao Brasil para sacramentar os entendimentos.

Enfim

Em 22 de abril de 1971, dia da comunidade luso-brasileira, o acordo foi assinado em Brasília pelos presidentes das duas academias. Extasiado, o professor Celso Cunha, participante do simpósio em Coimbra que a tudo dera origem, declarou que a ortografia, do jeito que estava, com seu

complexo sistema de acentuação, “só poderia ser utilizada corretamente por filólogos conhecedores das variedades da língua no tempo e no espaço”.

Poucos alunos devem ter entendido, e alguns podem ter pensado que o professor Cunha confundira Camões com Einstein, mas todos concordaram que só o fato de não se precisar perder mais tempo matutando se garota levava acento, pela existência de um implausível verbo garotar, já valia o aplauso. E, sim, o verbo garotar existe.

O que muda

As mexidas, que os mais eufóricos chamaram de nova ortografia, quando ela era mais velha que a penicilina, se resumiam a quatro pontos:

Desaparecia o trema nos hiatos átonos (como em saúde). Como tal enfeite nunca havia sido usado no Brasil, e já deixara de sê-lo em Portugal, a regrinha servia apenas para que a floresta ortográfica ficasse livre de um pé de urtiga.

Ia-se tarde o acento diferencial sobre as vogais fechadas *e* e *o* se o acento fosse resultante de palavras homógrafas com essas vogais abertas. Essa era a grande mudança, mas, como nada é perfeito, haveria uma exceção: pôde e pode. Como bem explicou o filólogo Antônio Houaiss, “porque sem o acento não saberemos se estamos falando do passado ou do presente”. A mudança, entretanto, não afetava Portugal, onde homógrafas como apoio, gosto, forma e toda já não eram acentuadas desde 1945.

Sumia o acento grave nas formas derivadas de palavras que tinham acento agudo, quando o sufixo da formação começava com o infixo *z* – como em sòzinho e cafèzal. Sufixo que começa com infixo. Realmente, tem nome pra tudo.

Como parte da mesma regra, se escafediam os acentos (grave em lugar de agudo, e circunflexo em lugar dele mesmo) nos advérbios terminados em *mente* – como em sistemàticamente e cômодamente.

Não mais se acentuariam no Brasil os ditongos *éu*, *éi*, *ói*, pelo fato de não o serem em Portugal. Uma diarréia aguda manteria a patologia, mas perderia a agudez do acento respectivo.

Calma

Aos apressadinhos, foi informado que “as alterações entrarão em vigor somente depois de aprovadas pelo Congresso e decretadas pelo presidente da República”, mas aí já era abusar demais da paciência geral. Quando o presidente Médici finalmente sancionou a lei 5.765, sete meses depois, em 19 de novembro de 1971, todo mundo já tinha havia horas adotado as mudanças por conta própria, com o compreensivo beneplácito dos professores. Mas até que foi rápido – em Portugal, a sanção oficial ocorreria em 31 de janeiro de 1973, se bem que poderia ter sido depois, porque lá bem pouco, quase nada, iria mudar.

Para os otimistas que preconizavam a unificação da grafia luso-brasileira, ficou um gostinho amargo. No fundo, a reforma servira apenas para que o Brasil adotasse algumas das regras que havia concordado em adotar em 1945, mas, ao contrário de Portugal, não adotara. Daí, o efeito da nova ortografia de 1971 foi somente a de deixar parte do vocabulário brasileiro igual àquele que Portugal vinha utilizando nos últimos 26 anos.

Como dantes

Muitas diferenças ainda persistiam. Os portugueses conservavam as monolíticas consoantes de adopção, direcção, céptico e espectáculo. Acentos agudos continuavam a ornamentar palavras que, no Brasil, requeriam o circunflexo (comité, génio, incómodo, pseudónimo e idóneo). Permaneciam formas verbais que eram acentuadas lá, mas não cá (tirámos), e algumas que cá eram, não o eram lá (tirâmo-lo). Mantinham-se as diferenças na grafia (dezasseis e dezesseis) e, não menos importante, os Antónios portugueses escaparam de ganhar chapéus circunflexos novinhos em folha.

Logo se viu que medidas adicionais, que poderiam ter sido tomadas e não o foram, acabariam, um dia, desembocando em novas negociações. Para Silveira Bueno, professor da USP, a reforma de 1971 não passara de “uma vassourada na teia de aranha da ortografia”. Para o filólogo Antônio Houaiss, a reforma não tinha sido “a rigor, uma reforma, apenas um retoque muito pequeno”. E Aurélio Buarque de Holanda, o único inimigo declarado da remoção dos acentos diferenciais, manifestou sua contrariedade: “Caminhamos cada dia mais para a anarquia ortográfica”.

Os onomásticos

Como parte do acordo, a Academia Brasileira ficou de publicar o vocabulário onomástico, visto que nomes de cidades e países formam uma categoria à parte, os toponímicos. Em algum momento, alguém (no caso brasileiro, por deferência da Academia, o Instituto Histórico e Geográfico) decide como se aportuguesará um nome como Burkina Faso. Burquina? Fasso? Em alguns casos, o nome original é mantido (Boston é Boston, até pelo risco); em outros, há uma tradução literal (Asunción é Assunção); em outros, uma adaptação fonética (Zürich é Zurique). Mas nem sempre os ditames são seguidos – New York é Nova Iorque, mas poucos jornais usaram essa forma; a maioria preferiu Nova York, embora grafasse o gentílico novaiorquinos.

Em muitos nomes, porém, até hoje as agências internacionais de turismo continuam avisando aos navegantes que o português do Brasil não bate com o de Portugal. Mais adeptos a falar o que lhes soa melhor, os brasileiros não chamam, por exemplo, Stuttgart de Estugarda, ou Amsterdã de Amesterdão, como fazem os portugueses. Em outra demonstração de que muita água ainda correrá sob a ponte até que as duas grafias se unifiquem, se escreve em Portugal, mas não no Brasil, Helsínquia, Dusseldórfia, Saragoça, Moscovo, Copenhaga, Francoforte, Utreque e Lião. As três últimas, as cidades de Frankfurt, na Alemanha, Utrecht, na Holanda, e Lion, na França.

Sede do saber

Em 1971, o ministro da Educação, o coronel acreano Jarbas Passarinho, transformou em assinatura sonora do Mobral – Movimento Nacional de Alfabetização, criado em 1967 para erradicar de vez o analfabetismo no país – a música “Você também é responsável”, obra da dupla de irmãos cearenses Dom e Ravel, também responsáveis pelo hino lírico-cívico “Eu te amo, meu Brasil”. No tom do patriotismo veemente apreciado pelas ditaduras, a música começava: “Eu venho dos campos, subúrbios e vilas / Sonhando e cantando, chorando nas filas”, e depois desembocava no refrão “Você também é responsável / Então me ensine a escrever / Eu tenho a minha mão domável / Eu sinto a sede do saber”.

Com as mãos domáveis devidamente aliviadas por não precisarem mais se arriscar na loteria dos acentos, seria razoável supor que, por um bom tempo, não se falaria mais em reforma ortográfica. Mas, resistir, quem há de? No Brasil, logo foi diagnosticado um preocupante sintoma de “acentite” que poderia se tornar uma epidemia se não fosse debelado. Além de descartar os antipáticos acentos colocados fora da lei, estudantes estavam também, em nome da liberalidade, deixando de usar outros que deveriam continuar em uso. Em 1975, depois de uma série de matérias do *Jornal do Brasil* ter mostrado que as provas de redação nos vestibulares estavam caminhando para um deus nos acuda no quesito gramatical, a Academia Brasileira emitiu um documento se mostrando preocupada com a “desídia” a que estava sendo relegada a língua portuguesa.

125 milhões em ação

Em 1975, o português era a sexta língua com maior número de falantes no mundo – 125 milhões de lusófonos, número que incluía os nativos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e enclaves como Goa e Macau. Com a crescente inobservância das regras gramaticais no Brasil, que abrigava três de cada quatro falantes do idioma, corria-se o risco de ver a vala que as academias haviam tentado aterrar se transformar em um fosso. Nada mais premente, portanto, do que um encontro entre as academias para discutir um novo acordo ortográfico.

Se a iniciativa era boa, a hora talvez não fosse. Em Portugal, Marcello Caetano, que substituíra seis anos antes o ditador António Salazar, foi derribado pela revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Pela primeira vez em mais de trinta anos, os patrícios puderam livremente se expressar, e sobre tudo ruidosamente se expressaram. Exceto sobre o acordo ortográfico imposto quatro anos antes, já que a acentuação, que tanto incomodara os brasileiros, nunca amofinara os portugueses. E, mesmo que amofinado estivesse, Portugal tinha questões muito mais prementes a resolver.

Bafafás

Assim que a Revolução dos Cravos foi cravada, o líder socialista Mário Soares, que estava exilado em Paris desde 1970, retornou a Portugal e foi aclamado como a salvação da lavoura. Os acontecimentos imediatos, porém, mostrariam o poder conquistado pelo Partido Comunista Português, PCP, que controlava os principais sindicatos do país – empresas foram estatizadas e bens privados expropriados. Sem cerimônia, o PCP assumiu o controle do *Diário de Lisboa*, de orientação democrática, e de mais dois jornais de grande circulação.

Em 1975, a tormenta ainda não amainara. Na economia, o déficit na balança comercial portuguesa, de mais de 1 bilhão de dólares, forçara o governo a desvalorizar o escudo em 15%. Na política, enquanto uma Assembleia Constituinte se punha a redigir uma nova Carta Magna para Portugal, o novo governo teve que enfrentar levantes em Angola e Moçambique, que exigiam suas independências. Em março, foi frustrada uma tentativa de golpe, encabeçada pelo general António de Spínola. E, ademais, para desagrado das democracias europeias, Portugal parecia estar sendo atraído à influência soviética (para se tornar “uma espécie de Cuba europeia”, como definiu Mário Soares). Por isso, no que dizia respeito à ortografia, o Brasil preferiu aguardar que Portugal cuidasse primeiro de seus tirolíros, e depois se passaria aos tirolírolás.

O acordo

Citado em várias bibliografias, o acordo ortográfico de 1975 é, muito provavelmente, uma peça ficcional. Não há referências a ele nos jornais brasileiros e portugueses da época, nem notícias de delegações acadêmicas se reunindo. Somente dois anos e meio depois da Revolução dos Cravos a questão da língua portuguesa voltaria a ser publicamente abordada, numa visita do primeiro-ministro Mário Soares ao Brasil.

O principal objetivo de Soares era convencer o governo brasileiro a aceitar a imigração de milhares de “retornados de Angola” (portugueses natos ou seus descendentes considerados indesejados no país africano depois que os angolanos conseguiram sua independência, em novembro de 1975) que a precária situação econômica de Portugal não permitia absorver em terras lusitanas. Alertado na antevéspera da partida de que o Brasil

recusaria sua solicitação, Mário Soares decidiu vir mesmo assim e passaria sete arrastados dias em solo brasileiro, participando de reuniões mais sociais que práticas, e sendo homenageado com infintos jantares e coquetéis.

No dia de sua chegada, 15 de dezembro, Mário Soares até deu a impressão de que a questão linguística seria devidamente atacada:

“A emancipação dos povos irmãos da África nos impõe a responsabilidade de defendermos a posição que a língua portuguesa deverá ocupar no contexto internacional. O português é falado por 140 milhões de pessoas”.

Escusado o fato de que ninguém parecia chegar a um consenso quanto ao número certo de lusófonos que havia no mundo, a fala de Soares renderia apenas um compromisso assinado por ele e pelo presidente Ernesto Geisel, que teria como intuito “aperfeiçoar e tornar efetiva a comunidade linguística entre os países de expressão portuguesa”, sem data marcada ou providências específicas.

Lá e cá

Duas outras visitas poderiam ter gerado algum tipo de comprometimento mais formal em relação à ortografia. Em outubro de 1977, o senador Luiz Viana Filho, nomeado membro-correspondente da Academia de Lisboa, foi a Portugal para a cerimônia oficial de aceitação. Em sua companhia, viajou o acadêmico Pedro Calmon, que levou na bagagem um busto de Machado de Assis a ser ofertado aos acadêmicos lusitanos. Se de ortografia se falou, e certamente se falou, nada ficou registrado.

Sete meses depois, o Brasil recebeu a diplomática visita do presidente de Portugal, general António Ramalho Eanes (mas quem mandava de fato, ou de facto, era o primeiro-ministro, Mário Soares). Eanes abordou novamente o tema da cooperação, enfatizando “a premente necessidade de nos associarmos, brasileiros e portugueses, aos povos africanos de expressão comum, para que possa florescer uma comunidade de culturas”. Mais uma vez, porém, apesar da florida jactância, nenhuma medida concreta seria posta em prática.

O general

Além da imposição da revisão ortográfica em 1971, as maiores agitações na Academia na década de 1970 ficariam por conta de três eleições de imortais que dariam o que falar, ao contrário da maior parte delas, já que poucos dos candidatos que se apresentavam eram conhecidos do grande público. Em abril de 1970, o pleito opôs o general paraibano Aurélio de Lyra Tavares ao poeta alagoano Lêdo Ivo. Dois meses antes, o escritor Alceu de Amoroso Lima (que usava o pseudônimo de Tristão de Athayde e ocupava a cadeira 20 desde 1935), pedira que ficasse consignado nos anais da Academia seu mais veemente protesto contra a censura prévia nos livros.

Na vida militar desde 1917, o general Lyra Tavares tinha obras publicadas sobre cartografia e assuntos militares, embora quase todas tivessem ficado restritas ao âmbito das Forças Armadas. Mais recentemente, havia sido ministro do Exército e membro da Junta Militar que governara brevemente o país em 1969, e que decretara a censura contra a qual Amoroso Lima veementemente protestara. Certamente, toda a Academia compartilhava dessa indignação, mas, contados os votos, o general venceu o poeta por 21 a 15.

Na festa que se seguiu, Lyra Tavares deu uma patinada ao confessar espontaneamente aos jornalistas que, em seus tempos de moço, cometera algumas poesias com o pseudônimo Adelita, extraído das letras iniciais de seu nome. Até hoje, o epíteto é usado pela imprensa quando a passagem do general pela Academia é mencionada, mas a Lyra Tavares pouco se lhe deu. Depois de sua posse, ele se bandeou para Paris, onde assumiria o cargo de embaixador do Brasil na França. Se à Academia houvera sido possível reunir uma biografia literária de Lyra Tavares, para o Itamaraty foi bem mais difícil encontrar uma plausível explicação para a mais cobiçada de suas embaixadas (em termos de *très chic*) haver sido concedida a alguém que não era diplomata de carreira.

O presidente

Em 1975, quem se candidatou a imortal foi o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o JK. Considerando-se o bafafá político que o Brasil vivera depois do término de seu mandato em 1961 (a renúncia de Jânio Quadros, a

deposição de João Goulart e a tomada de poder pelos militares), JK ainda era, até por falta de concorrentes, a personalidade pública mais estimada do país. Quando homologou sua candidatura à cadeira 1, houve até uma pequena campanha de jornalistas para que nenhum outro pretendente se apresentasse. Mas um resolveu tentar, o contista e ensaísta goiano Bernardo Élis.

Contra JK, só havia uma peninha. Em 1964, ele tivera seus direitos políticos cassados por dez anos pelos militares. Portanto, embora conservasse o contagiante sorriso, já não mais possuía o poder para realizar coisas quase impossíveis como a construção de Brasília, cidade que erigira do nada no planalto central entre 1956 e 1960. Mesmo assim, todas as sondagens prévias davam vitória fácil a JK, que jamais perdera uma eleição na vida, mas desta vez perderia – Bernardo Élis foi eleito por 20 votos a 18.

JK se declarou “desolado” e o *Jornal do Brasil* explicou que tudo era uma questão de momento: “Se JK fosse candidato em 1957, bateria o próprio Machado de Assis”. Nos dois casos, o do general e o do presidente, a Academia escolhera quem mais podia colaborar com a causa das letras e com o prestígio da casa. Essa filosofia tem o nome de pragmatismo – o dever e a objetividade acima dos sentimentos.

A mulher

O Artigo 17 do regimento da Academia determinava: “Os membros efetivos serão eleitos dentre os brasileiros que tenham publicado, em qualquer gênero de literatura, obras de reconhecido mérito”. Em 1930, o imortal jurista cearense Clóvis Beviláqua (na cadeira 14 desde a fundação da Academia) apresentara como candidata sua mulher, Amélia, escritora piauiense com luz própria. A Academia recusou a inscrição, com base na interpretação de que a palavra “brasileiros” se referia a “homens brasileiros”. Magoadado e ressentido, Clóvis Beviláqua nunca mais apareceria para o chá das cinco.

Em outubro de 1976, a Academia acatou uma proposta de Osvaldo Orico (cadeira 10), e o remendo “brasileiros do sexo masculino ou feminino” foi costurado ao regimento. Dez meses depois, a medida permitiria a eleição da primeira mulher, a cearense Rachel de Queiroz, para

ocupar a cadeira 5. O concorrente derrotado por 23 votos a 15, o jurista e embaixador Pontes de Miranda, também entraria para a história da Academia, embora não do jeito que teria preferido. Aos 85 anos, Pontes de Miranda se candidatava pela segunda vez – a primeira havia sido cinquenta anos antes, em 1926 – e se tornava o não eleito com o maior período de tempo entre duas eleições frustradas.

Pontes de Miranda possivelmente entendeu que não eleger Rachel de Queiroz pegaria muito mal para a Academia, porque uma representante feminina entre os imortais vinha sendo havia muito reclamada. Mas Pontes de Miranda ofereceu outra explicação além do feminismo – o pragmatismo. “Ganhou o governo”, ele declarou. Rachel de Queiroz era membro do Conselho Federal de Cultura desde 1967. Mágoa de perdedor, certamente. Ou não.

O hino

Mas a década também teve seus bons momentos de relax literário. Em abril de 1970, o senador paraense Catete Pinheiro, que havia sido ministro da Saúde no infausto governo de Jânio Quadros, apresentou projeto de lei para alterar o primeiro verso da segunda estrofe do “Hino Nacional” (“Deitado eternamente em berço esplêndido”) para “Atento aos desafios que enfrenta e vence”. Segundo o senador, o verso original sugeria uma “eterna inação” que não coadunava com a eficiência com que tudo era feito no Brasil.

Não era a primeira tentativa de “corrigir” o hino e nem seria a última, mas, como um senador não pode receber um não na caradura, o tema foi repassado ao Conselho Federal de Cultura. Antes que houvesse um pronunciamento oficial, o projeto foi esquartejado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade em uma de suas crônicas. Para começar, ele se posicionava não contra a estrofe visada, mas contra a letra inteira do hino (“Cada verso é um crime”). Quanto à proposta do senador, Drummond a classificou como um atentado contra a métrica e a audição – “uma melopeia que tem alguma coisa de disfasia”.

O hino, parte 2

Um ano depois, em abril de 1971, o deputado gaúcho Amaral de Souza tentou novamente. Apresentou projeto para que o fatídico “Deitado...” fosse substituído por “Altivo eternamente em gesto esplêndido”. Em seu arrazoado pela mudança, Amaral argumentou: “O verso não se harmoniza com o Brasil de hoje, que acordou e se pôs de pé, perfilado com as nações mais avançadas do mundo moderno”.

Desta vez, a Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados nem esperou que um poeta esculhambasse a ideia. Manifestou-se contra o projeto com base na “tese da intangibilidade dos símbolos nacionais”. Pode-se inferir que, em um período ditatorial, durante o qual os governantes podiam baixar seus atos institucionais e dispensar a opinião do Congresso, não sobrava muito trabalho para alguns congressistas. O idioma nacional, porém, em princípio tão intangível quanto a letra do hino ou a posição das estrelas na bandeira, nunca merecera a mesma consideração.

Até na China

A década de 1970 não poderia acabar sem que a ortografia ganhasse destaque na imprensa mundial. Em janeiro de 1979, a agência oficial de notícias da China distribuiu um comunicado informando qual passaria ser a maneira correta de grafar, em caracteres latinos, milhares de nomes de locais e pessoas do país. A intenção, segundo a agência, era a de “unificar a grafia mundial dos nomes chineses”. Assim, Mao Tsé-Tung passaria a ser Mao Zedong, o então mandachuva Teng Hsiao-ping se tornava Deng Xiaoping, e os vários nomes usados para a capital (Pequim em português, Peking em inglês e alemão, Pékin em francês, Pechino em italiano) deveriam mudar para Beijing.

O resultado foi híbrido. Cada periódico adotou o que lhe parecia melhor visualmente, ou mais interessante do ponto de vista tipográfico, ou menos complicado para escrever. Mais ou menos como o povo brasileiro estava procedendo em relação às regras ortográficas em geral. Assim, Mao Zedong foi rejeitado, mas Deng Xiaoping foi adotado. Pequim continuou sendo Pequim no Brasil, mas nos Jogos Olímpicos de 2012 parte da imprensa brasileira se referiu a Pequim e outra a Beijing (o cachorrinho continuou a

ser chamado de pequinês, porque beijinguês nem madame consegue pronunciar). Se em 1979 a China tivesse pedido a opinião das academias de Brasil e Portugal, provavelmente a resposta teria sido: “Vocês são otimistas, nós estamos tentando essa coisa de unificação há setenta anos e ainda não conseguimos”.

Começo de arrasar

A década de 1980, que seria futuramente apodada de década perdida (entre outras coisas, o Brasil perderia nela duas Copas do Mundo, algo que só acontecera na década de 1930), começou com o último general-presidente, João Figueiredo, dando constantes sinais de que chegara a hora de o regime militar pegar o quepe e deixar de ser vidraça. A cada dia, mais gente se juntava ao coro dos que queriam eleições diretas para presidente. Pelos lados do ABC paulista, as massas se insuflavam com as pregações do líder sindical Lula. E, se tudo isso não bastasse, a economia era um vale de lágrimas, com a inflação batendo em 100% anuais. Na verdade, essa era a única coisa cem por cento daqueles anos.

No tocante à ortografia, se a década de 1970 terminara morna, a de 1980 começaria fervendo. A se acreditar nas estatísticas oficiais, um em cada quatro brasileiros não era alfabetizado em 1980. Porém, além do quarto de analfabetos, havia também um razoável contingente de semialfabetizados, cidadãos que oficialmente eram considerados aptos a ler e a escrever, mas não necessariamente escreviam corretamente e mostravam dificuldades primárias na compreensão de textos. Dois problemas que poderiam ter meia solução. Se alterar as complexas regras gramaticais que alicerçavam a língua soava como sacrilégio, havia uma solução mundana ao alcance da mão – dar uma guaribada na grafia das palavras.

Nos pampas

Em agosto, na hospitaleira cidade gaúcha de São Leopoldo, meia centena de gramáticos se reuniu e, depois de sete dias de intensas deliberações, concluiu que a ortografia brasileira precisava ser simplificada. Muito simplificada. Das radículas aos pistilos e estames. Embora o próprio nome

da associação que promoveu o encontro representasse uma contradição a seus propósitos – Movimento Neodidático do Centro de Estudos Sintagmáticos – a solução para os males que afligiam a fonética e a ortografia seria bem mais simples: “Um fonema para cada letra e uma letra para cada fonema”. Ou seja, o que tem som de *xis*, com *x* se escreve: xave, xinês, xocolate.

O *x* do problema

A bem da história, o dramaturgo gaúcho Qorpo Santo (pseudônimo de José Joaquim de Campos Leão) já tivera semelhante desvario 112 anos antes. Além de acabar com as letras dobradas, trocar o *y* por *i* e suprimir o *h* não sonoro, Qorpo Santo propunha uma reforma tão castradora que faria a palavra guerra virar “gera”. E, na década de 1940, o general Bertholdo Klinger (autor do opúsculo *Ortografia Simplificada Brasileira*) grafava em um estilo próprio tão depurado que ardia nos olhos de quem lia:

“Ora, dá-se ce o omem é ‘brazileiro da jema’ e se magoou com a nósa inofemsiva ipóteze, presipitou-se a nos replicar e niso se revelou fundamente emvenenado”.

Mas haveria mais apoio ao movimento neodidático de 1980 do que seus irônicos críticos em princípio imaginavam. Iniciado sete anos antes pelo professor Francisco Dequi, na gaúcha Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o levante contra a ortografia complicada conseguiria reunir em Belo Horizonte, um ano e meio depois, 132 educadores representando associações de doze estados.

O congresso reformador começou proclamando que “ninguém tem o direito de elitizar a nossa língua” (isto é, se não dá para enriquecer os pobres, vamos empobrecer os ricos). Em seguida, defendeu a adoção de uma pronúncia sônica, e passou a enumerar os absurdos a que os alunos eram submetidos. Um único som, o do *s*, era grafado de nove maneiras diferentes: santo, nosso, faço, cresço, exceto, descer, auxiliar, cercar, feliz. O som do *z*, de três: exame, casa, azar. E um *x* escrito podia ser pronunciado de quatro maneiras diferentes, *ch* em mexer, *c* em auxílio, *z* em exato e *cs* em fixar, além de não ter pronúncia alguma em exceção. Podia haver quem

discordasse da tese geral, mas era impossível ignorar as evidências individuais.

Mea culpa

O efeito do conchavo de Belo Horizonte foi o de um toque de despertar – todo mundo que estava dormitando saltou da cama, e as explicações começaram. Os jovens escreviam errado porque o ensino era deficiente. O ensino era deficiente porque os professores eram despreparados. Os professores eram despreparados porque ganhavam mal – escolas particulares visavam apenas o lucro e as públicas não dispunham de verbas para melhorar os salários dos educadores. Logo, a qualidade tendia a decrescer a cada nova leva de professores que se formava, e seus alunos aprendiam cada vez menos.

Como pedagogicamente explicava a propaganda do comprimido Fontol sobre o “círculo vicioso da dor de cabeça”, a dor aumentava a tensão, que aumentava a pressão, que causava mais dor, produzindo mais tensão, mais pressão, e mais dor. Como não existia à venda nas farmácias um Fontol gramatical que oferecesse “doze horas garantidas de proteção contra solecismos e cacofonias”, o placebo mais à mão era a simplificação da ortografia. Se fosse mais fácil de aprender, seria mais fácil de ensinar, e tudo entraria nos eixos sem necessidade de mexer nos salários dos professores. Logo, a medida mais apropriada seria a de sempre – “formar comissões para debater o assunto em profundidade”, frase que passava a impressão de que algo estava sendo feito. E outro ano se passou sem que nada fosse feito.

Criança sofre

Se a ortografia incomodava os jovens, um bálsamo para esse e outros incômodos da vida infantojuvenil surgiria em janeiro de 1984. Na UD, Feira de Utilidades Domésticas de São Paulo, foi apresentado o Odissey, da Philips, o primeiro videogame vendido no Brasil. Seis meses depois, chegaria às prateleiras o Atari VDS 260, então o modelo mais vendido no mundo. O efeito hipnótico causado pelas novidades não deixou de ser

notado por atentos educadores. Logo, o videogame seria acusado de “roubar um tempo precioso que jovens e crianças deveriam dedicar a atividades mais educativas”. A mesma acusação já havia sido feita antes em relação aos gibis e à televisão, e seria futuramente dirigida aos computadores e à internet. Ou seja, o complô da tecnologia contra a ortografia nunca parava de aumentar.

O caipirês

Em março de 1985, o Ministério da Educação e Cultura finalmente tomou uma medida para resguardar o bom nome da ortografia nacional. Uma petição que partira da Câmara Municipal de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e desbravara terras sem fim até chegar a Brasília, acusava a revista infantil *Chico Bento*, de Mauricio de Sousa, de atentar contra a linguagem, visto que os personagens falavam à moda caipira, inconsistente com as normas sônico-ortográficas em vigor. Com uma legião de fãs mirins pelo Brasil, Chico Bento não estava entendendo que sua missão nesta Terra era a de suprir as lacunas da alfabetização.

Sem delongas, o MEC solicitou, ao filólogo Evanildo Bechara e ao imortal Abgar Renault, pareceres a respeito do crime flagrante cometido assiduamente por Chico Bento e seus asseclas dos quadrinhos. Mauricio de Sousa se safou comprometendo-se a caprichar no cunho educacional de outras publicações, e as crianças respiraram aliviadas.

Para elas, seria um espanto que Chico Bento, matuto esperto que nem sapato tinha, se dirigisse à sua amiga Rosinha do modo como preconizaria Machado de Assis, que também teve o seu Bento, o Bentinho de *Dom Casmurro*, enternecido por Capitu, a Rosinha d’antanho. Assim, em vez de “Rosinha, hoje vô coiê uns repôio a mode prepará uma repoiada”, Francisco Bento assim se expressaria: “Rosa, no dia de hoje dedicar-me-ei à colheita de repolhos, e utilizarei os referidos na cocção de um quitute ao qual atribuí o epônimo de repolhada”. E Rosinha, toda dengosa, responderia: “Francisco, apreciei sobremaneira a mesóclise que usaste na construção da frase”.

Definitivamente

Um ano depois, o pernambucano Marco Maciel (apelidado “mapa do Chile”, por ser comprido e estreito) estava à frente do Ministério da Educação, e nomeou uma comissão para elaborar um programa de aperfeiçoamento da língua portuguesa. Essa, ao contrário de outras, seria serelepe. Em março de 1986, a imprensa reportava que “o relatório de nossos maiores filólogos, gramáticos e linguistas já foi entregue ao presidente Sarney”. Talvez isso devesse ter constado em alguma página anterior, mas em 1986 o presidente da República era o maranhense José Sarney. O mineiro Tancredo Neves, eleito presidente por via indireta em 1985, falecera sem ter chegado a governar. E Sarney, o vice, assumira o trono.

Ademais de governante, Sarney era também imortal – ocupava a cadeira 38 da Academia desde 1980. Juntando-se essas duas atribuições, se alguém podia resolver definitivamente a questão da ortografia era ele. Já em maio de 1986, a Academia recepcionou uma comitiva de peso que iria discutir a unificação ortográfica Brasil-Portugal – seis representantes da Academia de Lisboa, e um de cada país que tinha o português como primeira língua: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe. Pelo lado brasileiro, toda a responsabilidade recairia sobre os eruditos ombros de um único negociador, o filólogo Antônio Houaiss.

O acordo

Concessões de parte a parte haveriam de existir, como sempre existiram, mas, segundo as previsões de Houaiss, elas recairiam 80% sobre Portugal e 20% sobre o Brasil. Os portugueses concordariam, por exemplo, em suprimir o *p* de adoptar. O Brasil, em escorraçar o trema. No decorrer das conversações, Houaiss aumentou a cota de concessões brasileiras para 40%, e fez uma revelação que o povo da Boa Terra considerou mais indigesta que acarajé frito com óleo de milho: “Cai o *h* de Bahia, mesmo que um deputadozinho queira abrir exceção”.

Um acordo foi assinado entre os acadêmicos dos sete países e o conteúdo das deliberações foi dado a conhecer aos bocadinhos, mas os críticos nem precisaram descer às minúcias dos versículos para encontrar inconsistências – o inofensivo hífen, que sempre vivera mais ou menos em

liberdade no Brasil (as antigas professoras costumavam se referir aos compostos hifenizados como “palavras de mãos dadas”), se transformou no primeiro argumento contra a reforma.

Um inocente traço

O capítulo sobre o uso do hífen estabelecia: o hífen não é empregado, exceto quando o prefixo é *sem*, *ex*, *além*, *recém* e *aquém*, ou quando tem acento gráfico próprio, como *pós*, *pré*, *pró*.

Em outras palavras, o hífen seria *muito* empregado. O texto da reforma não oferecia uma explicação (aceitável ou não) para o fato de haver hífen depois de *ex*, mas não depois de *sub*, ou qualquer outro prefixo terminado por uma consoante. De qualquer forma, pela regra não teriam mais hífen contra-regra e guarda-roupa, mas, para evitar que o isolamento do *r* central prejudicasse a leitura, ele seria dobrado – contrarregra e guardarroupa. Dava a impressão de um alemão falando português. E bem-amado, ao perder o hífen, ficaria com cara de cacófato: bemamado.

Uma sub-regra ditava: Se um *h* inicial passa a ser interior em uma palavra composta, e o elemento em que figura se aglutina ao precedente, o *h* é suprimido.

Traduzindo, anti-higiênico perderia o hífen, se tornando antihigiênico, e em seguida o *h*, se transformando em antiigiênico. E super-homem, que passaria a ser superhomem, já que o prefixo *super* não requeria hífen, se tornava superomem pela perda do *h*. Era como se uma rocha de kriptonita houvesse atingido o nome do super-herói, que seria rebaixado primeiro a superherói e em seguida a supererói.

Às armas!

Mas isso foi no Brasil. Em Portugal, seria muito pior. No *Jornal das Letras*, o respeitado professor e historiador Vitorino Magalhães Godinho, na sapiência de seus 68 anos, classificou o acordo como “analfabetismo em forma escrita”. Aproveitando o clima geral de contestação no país (que não perdera o ímpeto desde 1974), surgiu em Lisboa o Movimento Contra o Acordo Ortográfico, que proclamava em seu indignado panfleto:

“O movimento não reconhece a umas escassas oito ou nove pessoas o direito de porem em risco a língua utilizada por 150 milhões de falantes, sem debate prévio, nem análise cuidadosa dos resultados previsíveis. E considera inaceitável que uma aparente negociação internacional se apresente como facto consumado, irreversível e vinculativo”.

Formado, segundo seus próceres, por “prestigiosos literatos e intelectuais portugueses”, o movimento fez chegar às mãos das autoridades competentes um manifesto popular com 15 mil assinaturas, exigindo que o acordo não fosse ratificado pelo governo português. Precavido, já que qualquer ato oficial desnecessário poderia atear fogo ao já abrasivo rastilho das manifestações populares, o primeiro-ministro Mário Soares preferiu aguardar um contato do presidente Sarney. O qual, por seu turno, tinha outras prioridades naquele momento.

O plano furado

Em 28 de fevereiro de 1986, Sarney decretara o Plano Cruzado, um pacote de medidas econômicas para segurar a disparada da dívida externa (100,8 bilhões de dólares no final de 1985) e breçar a galopante inflação, que havia atingido 225% em 1985 e continuava piorando: só nos dois primeiros meses de 1986, a cotação do dólar já havia subido 31%. Além de sua face mais visível – a troca da moeda de cruzeiro para cruzado, com o corte de três zeros – o Plano Cruzado congelava preços e salários por doze meses.

Nos primeiros três meses, tudo pareceu mais que perfeito. A inflação sumiu e o povo começou a colar nos vidros de seus carros adesivos de “Sou fiscal do Sarney”, porque o presidente os havia informalmente nomeado: “Cada brasileiro será um fiscal de preços, um fiscal do presidente”. Mas, lentamente, o plano começou a fazer água. Ou por erros em sua confecção, ou pela falta de correções necessárias durante seu curso. A derrocada começou com o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, que resultou em ágio nos preços, não repassado ao índice oficial de inflação porque as contas eram feitas com base nos preços tabelados.

Em junho, quando o acordo ortográfico havia sido assinado, Sarney era a figura pública mais popular do Brasil. Em novembro, enquanto Portugal

ainda bradava contra as famigeradas modificações ortográficas, Sarney patrocinava, agora sob desconfianças gerais, o lançamento do Plano Cruzado II, que teve efeito inverso ao esperado – a inflação reprimida voltou com força total.

A Constituição

Mas havia outro grande acontecimento em curso no Brasil: uma nova Constituição estava sendo elaborada, e deveria ser outorgada em 1988. Antônio Houaiss, sentindo que aquele não seria o melhor momento para enviar ao Congresso o anteprojeto da reforma ortográfica, comunicou que isso somente seria feito depois da nova Constituição entrar em vigor. Mesmo destino que teria um vilão de longa data, a censura.

Como ainda estava em vigor a Constituição que concedia à ditadura militar poderes plenos e incontestáveis para fazer o que lhe desse na telha, um projeto para transformar o Conselho Superior de Censura em Conselho Superior de Liberdade, pronto desde abril de 1987, ficou para ser decretado depois de a nova Constituição ser aprovada pelo Congresso. A existência legal da censura permitiria ao presidente Sarney um derradeiro espasmo ditatorial, ao proibir, pessoalmente, a exibição no Brasil do filme *Je Vous Salue Marie*, do cineasta francês Jean-Luc Godard. Motivo: o filme insinuava um romance entre Jesus e Maria Madalena.

Agora, sim

A nova Constituição (que já estava competindo em número com as reformas ortográficas, porque era a quinta em 99 anos de República, sem contar os ajustes paralelos), foi promulgada em 5 de outubro de 1988. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou a nova carta sob aplausos intermitentes dos parlamentares (59 interrupções em 33 minutos de discurso), e não se furtou a disparar sua bazuca verbal contra os congressistas que haviam ajudado a ditadura militar a permanecer por quase duas décadas e meia no poder. “Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.” Um dos estilhaços deve ter atingido o presidente Sarney, que durante doze anos havia militado no partido que dava sustentação política ao

governo militar, a Arena, da qual fora presidente. Dali a alguns minutos, trêmulo de emoção, Sarney juraria a nova Constituição ao lado de Ulysses.

Antônio Houaiss, pai da reforma ortográfica, viveria os anos de 1988-1989 curtindo uma exposição pública jamais experimentada por qualquer outro filólogo na história do Brasil. Ele parecia onipresente, porque qualquer cerimônia no Rio de Janeiro – literária, gastronômica, sindicalista, urbanizadora, teatral – contava com sua radiante presença. Na política, Houaiss assumiria a presidência interina do PSB, e nessa condição se candidatou a vice-presidente na chapa de Lula, em sua primeira tentativa de chegar à presidência pelo PT. Apoiado feericamente por artistas e intelectuais, Houaiss acabaria não conseguindo a indicação e Paulo Delgado, deputado pelo PT, explicaria a razão: “O partido levaria uns três meses nas portas das fábricas para explicar o que é filólogo”.

Não à reforma

Enquanto isso, em Portugal, a questão da reforma ortográfica já havia saído do âmbito educacional e se tornado ideológica. O Brasil estava sendo acusado de imperialista e colonialista, por querer atrair para seu âmbito de influência os países africanos recém-independentes, Angola e Moçambique. Ao que se saiba, ninguém no Brasil havia cogitado isso, mas o fato de que angolanos e moçambicanos sempre houvessem utilizado livros didáticos de Portugal, e agora pudessem estar sujeitos a uma nova grafia “imposta pelos brasileiros”, já era para os manifestantes um óbvio sintoma de que o Brasil estava mal-intencionado, e não demoraria a tentar convencer os novos dirigentes africanos a trocar o vinho do Porto pela caipirinha.

No tocante à ortografia *per se*, as discordâncias também persistiam. Em fevereiro de 1989, o lexicógrafo brasileiro Mauro de Salles Villar, aproveitando a longa estadia que curtira em Portugal, lançou o *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro*, que listava 9 mil palavras ou expressões que tinham significado diferente nos dois países. Um número altissonante, talvez até maior que as diferenças entre o português do Brasil e o castelhano.

Dois meses depois, o presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Jacinto Nunes, garantiu que “apenas 1,98% das 110 mil palavras mais

usuais da língua nos dois países tem diferenças”. Se o número amenizava um pouco as 9 mil de Mauro Villar, continuava sendo uma prova cabal de que a pretendida unificação linguística era uma miragem. E, se era, ponderavam os manifestantes do movimento contra a reforma, não seria de bom alvitre implantar uma nova ortografia, que só serviria para inflar o ego de alguns poucos que insistiam em enxergar um oásis onde só havia areia.

Encerrando o expediente

Assim, a década de 1980 terminaria como começou, com muito falatório e nenhuma providência colocada oficialmente em curso. As duas últimas regurgitações aconteceriam no final de 1989. Na campanha presidencial, o candidato Enéas Carneiro, que dispunha de quinze segundos de tempo no horário político da TV, e por isso precisava falar em ritmo de metralhadora, prometeu “uma campanha de salvação nacional da língua portuguesa, com um choque de ortografia e sintaxe e a correção de todos os erros de português em revistas, jornais, livros, anúncios e até placas de sinalização”. Como Enéas era uma figura folclórica, no aspecto e no discurso, poucos eleitores se deram conta de que o português que ele falava era o mais escurrito entre todos os candidatos à presidência.

José Sarney, já às vésperas de entregar a chave do Palácio da Alvorada ao próximo ocupante, promoveu uma despedida à altura da diplomacia brasileira. Por sugestão da Academia de Letras, convidou os presidentes dos seis países lusófonos para um encontro no Maranhão. Em São Luís, entre visitas a pontos turísticos e culturais, homenagens e degustações, o grupo discutiu a formação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que teria como meta “unificar a ortografia e padronizar a pronúncia do idioma”. O instituto seria de fato constituído, dez anos depois, e tem sede em Cabo Verde. Seus dois princípios básicos, por enquanto, ainda não foram atingidos, e o segundo jamais será.

Dobrando letras

Em 1989, foi eleito presidente da República (o primeiro pelo voto direto desde Jânio Quadros, em 1960) o carioca Fernando Collor de Mello, que

inaugurou a moda das letras dobradas nos nomes. Dali em diante, nenhuma gabriela brasileira teria um *l* só no nome. Para horror da Academia (que, valentemente, alterara até os nomes de seus imortais, incluindo o *y* de Ruy Barbosa, transformado num insosso *i*), a moda chegaria a tal extremo que, em 2008 o Cartório de Registro Civil de Santo Amaro, em São Paulo, afixou à parede um cartaz com o nome da moda naquele ano, Stéfany, com dezessete variações possíveis (de Stefani a Sthephanny) numeradas de um a dezessete, e sugeriu que os pais usassem a “opção sanduíche” para decidir: “Escolha pelo número”.

No tocante à economia, em 16 de março de 1990, um dia depois de assumir seu trono, Collor anunciou um plano de choque – que realmente chocou, porque incluiu o congelamento temporário da poupança de todos os cidadãos brasileiros. Argumentando que a radicalização econômica era indispensável, porque sua escopeta tinha “somente uma bala na agulha”, Collor disparou, e um par de anos depois descobriria que havia errado o alvo. Por vários quilômetros. Mas, enquanto a bala da economia viajava, Collor atacaria várias outros grandes problemas nacionais, como o da educação.

A falta de educação

Desde 1988, a pedido do Ministério da Educação, a Fundação Carlos Chagas, especializada em temas educacionais, vinha testando os progressos de 30 mil alunos da primeira à sétima séries do primeiro grau, em 238 escolas de 69 cidades. Quando o dossiê veio a público, suas conclusões foram desoladoras. A rede de ensino estava sucateada. Os professores possuíam baixo nível de conhecimento e eram mal remunerados, por efeito e causa, ou vice-versa. Os alunos que concluía o primeiro grau mostravam três singelas deficiências: não sabiam ler, nem escrever, nem contar. E os alunos do sétimo grau incorriam em erros elementares da ortografia, além de desconhecer regras gramaticais básicas.

Tanto havia por fazer que nem se sabia ao certo por onde começar. Até que em junho de 1990 surgiu uma notícia que teve na comunidade ortográfica mundial o efeito de um terremoto de nove pontos na escala Richter – a França estava implantando uma reforma ortográfica. Amparado

pela opinião de sua Academia, o governo francês decidira simplificar a escrita que consagrara o imenso repertório de obras e autores clássicos do país.

Acentos circunflexos seriam derrubados (o *i* de *boîte* perderia seu gracioso chapô), hífen seriam decepados, e mais algumas *parfumeries* que só complicavam o idioma desapareceriam do mapa. Prontamente, a Bélgica e a porção francesa do Canadá disseram *oui* à reforma. Até a data para começar a maior revolução francesa desde a queda da Bastilha estava marcada: dali a um ano, quando começasse o novo período escolar. *Sacré bleu!*, exclamaram os conservadores, perplexos com aquela degradação cultural, mas se acalmaram ao notar que o decreto do governo havia deixado uma pequena fresta por onde todo o gás da reforma iria eventualmente se esvaír: seria tolerado o “uso cotidiano” das palavras reformadas.

Nós também

O tempo mostraria que a “grande reforma francesa de 1990” acabaria resultando em nada, mas, no momento em que ela foi anunciada, os etimólogos brasileiros e portugueses que lutavam pela unificação e simplificação da língua se encheram de moral. Se até a França, com o peso secular de todos os algarismos romanos de seus reis luíses, havia mostrado colhões (*en français, testicules*) para mexer em seus vocábulos, nada mais impediria o grande consórcio luso-brasileiro de fazer *le même*, palavra que portava um dos circunflexos condenados ao decepamento em 1990. Agora, ou vai ou racha (em latim, *vadit usque aut rumpit*).

De 8 a 14 de outubro de 1990, em Lisboa, os representantes dos sete países que haviam assinado o acordo de 1986 no Brasil ratificaram suas posições. Segundo informou o presidente da Academia de Lisboa, o acordo mudaria a grafia de não mais que 3 mil palavras, e o vocabulário de Portugal seria mais afetado – cerca de seiscentos vocábulos perderiam as consoantes mudas, como o *p* de *ótimo*, o *c* de *afectivo*. Várias diferenças, entretanto, persistiriam, como *húmido lá* e *úmido cá*, *facto lá* e *fato cá*, *berinjela* e *jiló* com *j* no Brasil e com *g* em Portugal.

O banido trema e o pobre hífen

Nos detalhes que exigiriam mudanças nos dois países, o acento circunflexo não seria mais usado em palavras com vogais dobradas, como vôo e abençoô. O trema seria deportado, possivelmente indo fixar residência na Alemanha, onde seus irmãos eram estimados, e a palavra mais nórdica do léxico português, quinqüênio, perderia seu vistoso par de adereços. Restava saber se os futuros leitores, ao ver a palavra unguento sem trema, não teriam dificuldade para deduzir que o *gue* de unguento seria pronunciado como o de aguento, e não como o de briguento.

No caso do hífen, ambos os países adotariam as complicadas regras que já eram motivo de piadas no Brasil, como a mudança de contra-senso para contrassenso e auto-retrato para autorretrato, em que um traço é substituído por uma letra adicional. Nas “exceções consagradas pelo uso”, a água-de-colônia continuaria com seus dois hífens, mas o pé-de-moleque ficaria sem os seus, gerando dúvidas sobre o critério utilizado pelos acadêmicos para definir a expressão “consagrada pelo uso”. Vendidas no Brasil desde o século XIX, as águas de Colônia nunca haviam portado hífens, nem nos rótulos, nem nas menções da imprensa, enquanto pé-de-moleque, duplamente hifenizado, já era registrado desde 1878 em jornais, e 112 anos de uso parecia ser um período mais que suficiente para uma consagração.

Tanto faz

O acordo não chegaria a conclusões sobre um considerável número de vocábulos, e a decisão foi permitir que eles pudessem ser grafados de duas maneiras (lembrando que um dos objetivos primordiais do acordo era determinar uma grafia única para cada palavra). Assim, um escrevinhador teria liberdade para escolher entre peremptório ou perentório, aspecto ou aspeto .

Recorrer a um dicionário seria a única maneira de descobrir quais palavras haviam sido contempladas com a dualidade gráfica. Mas, por enquanto, nem isso resolve, porque cada lexicógrafo pode ter sua interpretação pessoal nos casos não explicitados no documento oficial. Nos sites (sítios, em Portugal) que orientam os indecisos, é comum encontrar respostas aleatórias para uma mesma pergunta, sendo que o hífen é o

campeão de confusões – a expressão lua de mel, por exemplo, pode ser recomendada com ou sem hífen, dependendo de qual andar da Torre de Babel está o professor que fez a recomendação.

De jeito maneira

O inveterado Movimento Contra o Acordo, entretanto, continuava ativo em Lisboa. Ao chegar à reunião dos filólogos, Houaiss foi apupado pelos manifestantes, que o acusavam de estar menos interessado nos sentimentos do povo português do que estaria em vender seus dicionários em Portugal. O grupo filológico voltaria a se reunir dois meses depois, em dezembro, para elaborar o anteprojeto que seria encaminhado aos respectivos governos para aprovação oficial. Dez dias antes, outro volumoso protesto (9 mil assinaturas) contra a unificação pousou na mesa do presidente da República de Portugal, Mário Soares.

O movimento, não satisfeito em brigar no atacado, agora pelejava também no varejo, mostrando as incongruências da reforma. Não era possível, por exemplo, eliminar o *c* de facto, porque “fato”, em Portugal, era “terno”. Houaiss explicou que tudo era uma questão de interpretação racional – se ele dissesse que iria “comer uma manga”, ninguém iria supor que ele estivesse pensando em abocanhar a extensão lateral do paletó. Por fim, tudo esclarecido e concordado entre os filólogos, o acordo foi oficializado em 16 de dezembro de 1990, e ficou resolvido que o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, quando de sua já programada visita ao Brasil, dali a três meses, aporia sua assinatura ao tratado de unificação, juntamente com o presidente Fernando Collor.

Cavaco

A visita ao Brasil do primeiro-ministro Cavaco Silva (aos que acham o nome meio hilário, fica a lembrança de que o Brasil teve, no período parlamentarista de 1961, um primeiro-ministro chamado Brochado da Rocha), inicialmente marcada para janeiro de 1991, foi adiada duas vezes, até que Cavaco finalmente aportou em maio. Em uma semana plena de reuniões e assinaturas de convênios, o tema da reforma ortográfica foi

deixado para mais tarde. Não houve a assinatura conjunta do compromisso, pelo lado brasileiro porque o presidente Collor estava vivendo uma semana atribulada. Entre outras coisas, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, foi exonerada às vésperas de um encontro que teria com seu par português, o ministro Miguel Beza (em termos de nomes de duplas, Cavaco & Beza batiam qualquer similar nacional).

Pelo lado português, Cavaco andava preocupado com o barulho crescente que o Movimento Contra a Reforma vinha promovendo em Lisboa. Um pouco de prudência nessa hora parecia recomendável, porque um manifesto de 350 intelectuais, rejeitando a reforma, havia sido tornado público pouco antes de Cavaco embarcar. Além disso, o movimento colocara em dúvida a própria validade do acordo, já que um dos signatários, Angola, que se encontrava em estado de guerra civil desde 1975, havia tido uma troca de comando em 1988. Como o acordo estabelecia que a reforma somente seria implantada quando os governos de todos os sete países decretassem sua validade, tudo o que havia sido combinado entre Brasil e Portugal apenas quatro meses antes ficaria sem efeito caso os novos mandatários angolanos retirassem seu aval.

Protocolos

Contrariando a choradeira do movimento, Portugal ratificou o acordo em 23 de agosto de 1991. Como também o fez o Brasil, já presidido por Fernando Henrique Cardoso, em 18 de abril de 1995. Cabo Verde também aderiu oficialmente, mas os quatro países restantes não. Em 17 de julho de 1998, em Cabo Verde, foi assinado um protocolo que retirava do documento original a data de sua entrada em vigor (que já estava prescrita fazia sete anos e meio). Mas o resto do acordo foi mantido e, portanto, as mudanças somente seriam adotadas quando as academias de todos os sete países chegassem a um entendimento com seus governantes.

Não chegaram, obviamente. Em vista disso, um novo protocolo foi assinado em julho de 2004, agora por oito países (entrou no grupo o Timor-Leste, que havia recuperado sua independência em 2002). Pela nova combinação protocolar, a reforma poderia ser implantada se, no mínimo, três países a homologassem (a implantação se daria nos três concordantes,

ou em tantos quantos concordassem, mas não nos demais). O Brasil ratificou o segundo protocolo em outubro de 2004, Cabo Verde em abril de 2005, e São Tomé e Príncipe em novembro de 2006.

Finalmente

Com três aquiescências, o Brasil já poderia colocar as mudanças em vigor se assim o desejasse, mas assim não o desejou, porque não faria sentido instaurar a reforma sem a adesão de Portugal, que ainda não ratificara o segundo protocolo. Mais um ano e meio se foi, até que, em maio de 2008, Portugal oficialmente disse “sim, ora pois”, enfrentando a oposição do Movimento Contra a Reforma (àquela altura, boa parte dos manifestantes já era formada pelos filhos dos descontentes originais). As novas regras entraram em vigor em maio de 2009, mas o governo português concedeu às velhas regras uma generosa sobrevida de seis anos (até dezembro de 2015).

Com tudo aparentemente decidido, o Ministério da Educação brasileiro baixou portaria determinando que os livros didáticos usados nas escolas públicas a partir de 2009 deveriam adotar a nova ortografia, e as editoras soluçaram de emoção. Eram milhões de livros a serem impressos num momento em que o mundo passava por uma severa crise econômica, deflagrada pela insolvência de grandes bancos dos Estados Unidos.

Pausa para pensar

Em janeiro de 2009, já com livros cheirando tinta fresquinha, o Brasil adotou a ortografia reformada “em caráter de transição”, ou seja, a antiga também continuaria valendo até que a nova prevalecesse, a partir de janeiro de 2013. Tudo parecia estar nos trinques, mas, em dezembro de 2012, às vésperas das exéquias do trema e do bumba-meu-boi dos hífens, a presidente Dilma Roussef emitiu decreto prorrogando a convivência das duas ortografias até dezembro de 2015.

A nova data ajustava o cronograma brasileiro ao de Portugal, mas o senador goiano Cyro Miranda, membro da Comissão de Cultura do Senado (que solicitou a prorrogação), fez saber que o adiamento não era devido apenas a uma questão de ajuste de datas – talvez fosse mais conveniente,

opinou ele, “discutir um novo acordo, com maior participação da sociedade, para vigorar a partir de 2018”.

Meia-volta

A demonstração brasileira de que ainda não havia um consenso sobre a implantação da reforma erçou os folíolos capilares em Portugal. De pronto, a Sociedade Portuguesa de Autores comunicou que continuaria a usar a ortografia antiga, por considerar que “o assunto não estava definitivamente resolvido e se encontra longe de ser esclarecido, principalmente depois de o Brasil ter prorrogado sua adoção para 2016 e de Angola ter se pronunciado contra a sua implantação”. Assim, os estudantes brasileiros puderam optar, a seu gosto e arbítrio, por diarreia ou diarréia.

Essência poética

Muita gente gosta de ficar rabiscando estrelinhas ou caracóis em reuniões chatas de trabalho. Manuel Bandeira, poeta e imortal, preferia escrever quadrinhas. Em uma das incontáveis sessões sobre discussões ortográficas na Academia, o poeta transformou em verso a prosa que se arrastava:

Deus deu a palavra ao homem
E o diabo, a ortografia
Por isso os homens se comem
Nesta ortoantropofagia

Essência prática

O professor Napoleão Mendes de Almeida, que durante anos assinou nas páginas de *O Estado de S. Paulo* uma efervescente coluna, “Questões Vernáculas”, na qual vergastava jornalistas que ousassem em seus textos machucar a gramática e a ortografia, tinha uma opinião bem menos poética sobre as inúmeras reformas já perpetradas ou em curso, que ele classificava como “malfadadas e deprimentes”. “O português – ensinava o professor Napoleão – se aprende por assentos nas escolas e não por acentos nas

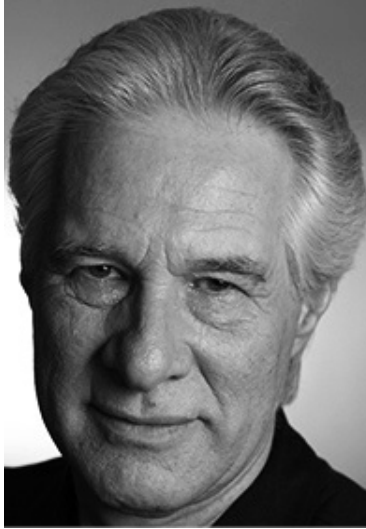
palavras”, sendo que as reformas tinham “o escopo único de vender vocabulários.”

Não perca!

Nos últimos dias de 2015 irá ao éter um novo e emocionante capítulo da palpitante novela “A sanha ortográfica”. Há vários desfechos possíveis. Se Portugal pular do barco (o que não parece improvável), pode ser que o Brasil implante as mudanças. Se o Brasil desistir primeiro, Portugal manterá de bom grado a grafia antiga, porque ela, ao contrário da nova, não tem inimigos nem detratores. Se um país for adiante e o outro não, a unificação ortográfica, lábaro de todos os acordos, ficará temporariamente sem solução. Existe também a possibilidade, nada desprezível, de que ambos os países simplesmente empurrem o problema com a barriga, prorrogando por mais três anos a convivência entre as duas ortografias, a oficial acordada em 2009 e a anterior, tolerada até que um decreto federal determine que a tolerância chegou ao fim.

Qualquer que seja a decisão, uma coisa, e só uma, é tão certa quanto a morte e os impostos – em algum momento, as academias dos dois países voltarão a se reunir para discutir uma “ortografia única e definitiva”. Mais de um século se passou desde que a primeira reforma ortográfica foi colocada em curso, com o objetivo de preservar a língua portuguesa e facilitar seu ensino e aprendizado. Seguiram-se à mancheia adições, alterações, alinhavos, pregas e remendos, mas as palavras do padre Madureira Feijó, escritas há quase trezentos anos, ainda retêm teimosamente seu cheiro de tinta fresca:

“Sendo muitas as ortografias que têm saído à luz, ainda não saiu uma que nos ensine com certeza a escrever corretamente”.



Max Gehringer é uma grife quando o assunto é carreira e mundo corporativo. Com um histórico brilhante, desde o início como *office boy* até a direção de empresas como Pepsi e Pullman, Max é hoje um profissional multimídia: faz programas na tevê e no rádio, dá palestras em empresas, e tem vários *best-sellers* publicados.

Com passagens interessantes e surpreendentes na vida, como a de abandonar a carreira de alto executivo e se dedicar a fazer o que gosta, dar palestras e escrever, Max sempre se dedicou ao apuro da escrita como instrumento para atingir bons resultados na vida profissional.

O que poucos sabem é que além do mundo corporativo, Max tem outras paixões e nos brinda aqui com uma delas, um *e-book* exclusivo para a e-galáxia sobre a língua portuguesa e as inúmeras mudanças impostas a ela. *Quem mexeu no meu trema* é um convite a uma viagem deliciosa pelo mundo da nossa língua e pela história que faz pano de fundo a ela, sem deixar de lado o tom leve e bem-humorado do autor.

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.